

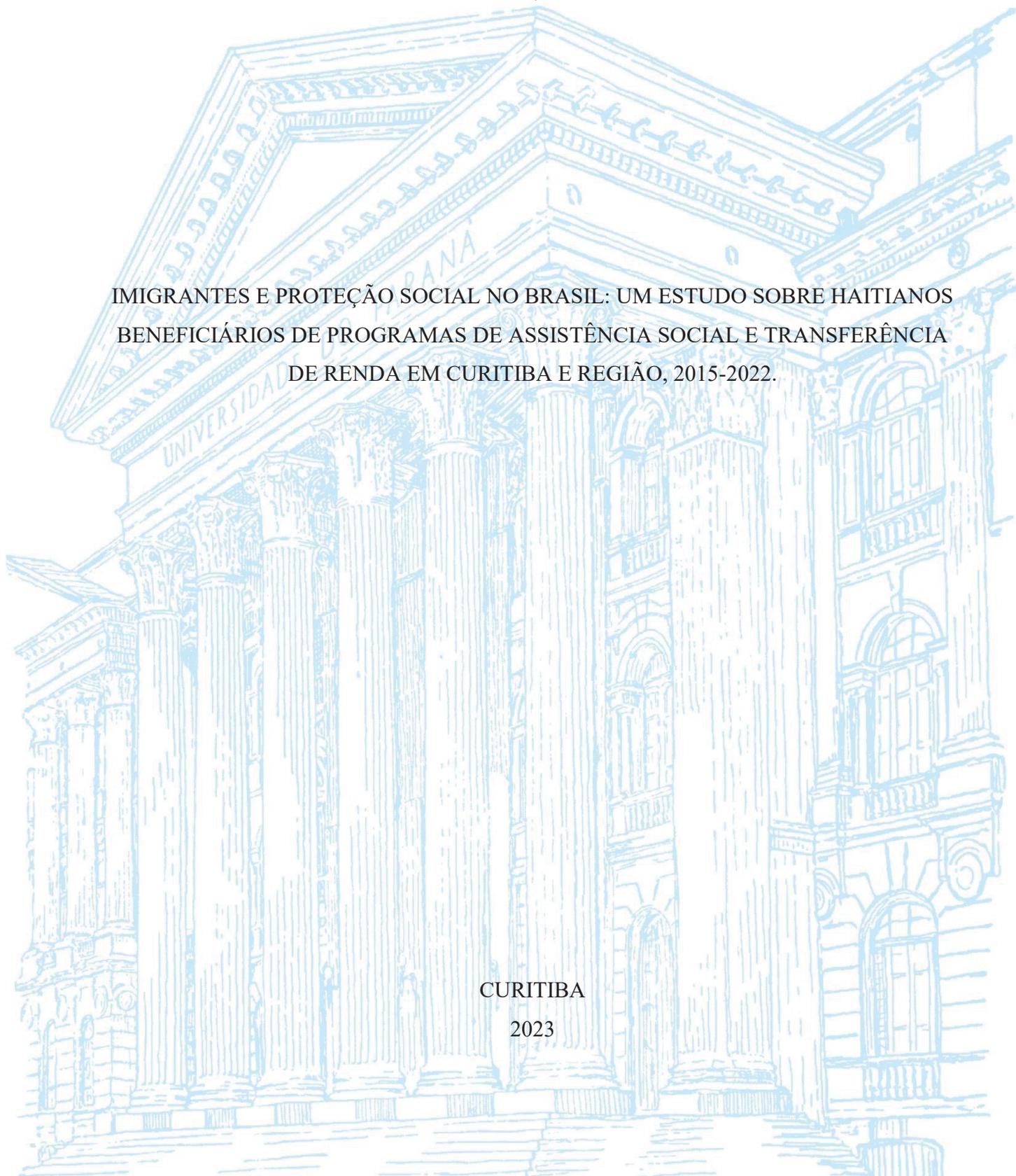
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

JOÃO PEDRO GONÇALVES DA SILVA

IMIGRANTES E PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE HAITIANOS
BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRANSFERÊNCIA
DE RENDA EM CURITIBA E REGIÃO, 2015-2022.

CURITIBA

2023



JOÃO PEDRO GONÇALVES DA SILVA

IMIGRANTES E PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE HAITIANOS
BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRANSFERÊNCIA
DE RENDA EM CURITIBA E REGIÃO, 2015-2022.

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em
Sociologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do
Paraná, como requisito para a obtenção do título de Mestre em
Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Sérgio Batista Silveira de Oliveira

CURITIBA
2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Silva, João Pedro Gonçalves da
Imigrantes e proteção social no Brasil : um estudo sobre
haitianos beneficiários de programas de assistência social e
transferência de renda em Curitiba e região, 2015-2022. / João
Pedro Gonçalves da Silva. – Curitiba, 2023.

1 recurso on-line : PDF.

Mestrado (Dissertação) – Universidade Federal do Paraná,
Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em
Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Sérgio Batista Silveira de Oliveira.

1. Emigração e imigração - Brasil. 2. Haitianos - Paraná.
3. Programas de sustentação de renda - Brasil. 3. Programa Bolsa
Família (Brasil). I. Oliveira, Márcio, 1962-. II. Universidade Federal
do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. III. Título.

Bibliotecária: Fernanda Emanóela Nogueira Dias CRB-9/1607

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação SOCIOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **JOÃO PEDRO GONÇALVES DA SILVA** intitulada: **IMIGRANTES E PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE HAITIANOS BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRANSFERÊNCIA DE RENDA EM CURITIBA E REGIÃO, 2015-2022.**, sob orientação do Prof. Dr. MARCIO SÉRGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Setembro de 2023.

Assinatura Eletrônica

27/09/2023 19:25:28.0

MARCIO SÉRGIO BATISTA SILVEIRA DE OLIVEIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

27/09/2023 14:43:47.0

TÂNIA MARA PASSARELLI TONHATI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA)

Assinatura Eletrônica

28/09/2023 15:07:44.0

MÉLANIE VÉRONIQUE LÉGER MONTINARD

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO)

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada agradeço ao meu querido orientador Márcio de Oliveira, pela prontidão, sabedoria e genuíno interesse em ver essa dissertação se tornar realidade. Agradeço sinceramente por sua paciência, compreensão e confiança em mim. Estou verdadeiramente honrado por ter tido a oportunidade de aprender com alguém tão dedicado e apaixonado pelo que faz e que é uma verdadeira referência nos estudos sobre as migrações internacionais. Suas contribuições não apenas enriqueceram minha compreensão, mas também me inspiraram a buscar constantemente a minha melhor versão em minhas próprias explorações acadêmicas.

Agradeço ao professor Jaime Santos Junior pelas contribuições ao meu trabalho quando este era apenas um projeto e pelos inestimáveis aprendizados sobre o método sociológico. Ao professor Pedro Bodê, pelas inspiradas aulas que deixariam qualquer um apaixonado até pelo mais enfadonho assunto da teoria sociológica clássica. Que sua alma descanse em paz e que suas aulas nunca parem de ecoar pelos corredores da reitoria. Foi uma honra fazer parte de sua última turma.

Agradeço também a professora Maria Tarcisa Silva Bega, e ao professor Antônio Peres Gediél pelos valiosos comentários na banca de defesa de minha monografia. Daí germinaram as primeiras sementes que deram origem a este trabalho.

Gostaria também de fazer um agradecimento especial também ao colega Pedro Marchioro. Seu trabalho e seu empenho no estudo dos haitianos em Curitiba me inspiraram e foram absolutamente imprescindíveis na construção desta dissertação, junto com suas colaborações e apontamentos no momento da qualificação. Outro agradecimento especial a Tânia Tonhati, outra referência absolutamente indispensável, pela qual eu já possuía admiração através de sua obra, e que trouxe uma perspectiva sensível, inovadora e atenciosa a este trabalho e certamente mudou o curso desta dissertação.

À Bianca Guimarães e todo o pessoal do OBMigra, obrigado por todos os valiosos dados. Uma iniciativa incrível, que me atendeu sempre com prontidão e competência quase inacreditáveis.

Ao Professor Leonardo Cavalcanti, que me acolheu na UNB, mesmo que virtualmente, e trouxe ideias e contribuições primordiais.

Ao amigo que fiz na durante a organização da Semana Nacional de Sociologia e Política Eduardo da Silva, pessoa com uma ética de trabalho impressionante e um jeito ímpar de lidar com os problemas e com as pessoas.

À Katiano Cruz e Luciane. Nem é preciso falar nada da secretaria deste curso. É sabido universalmente que se tratam de profissionais exemplares, absolutamente proficientes em resolver problemas e facilitar burocracias.

Às Haitianas e haitianos que participaram desta pesquisa. Não posso citar seus nomes, mas suas participações foram absolutamente imprescindíveis. É imensurável o quanto que consegui aprender conversando com estes migrantes, não apenas para minha pesquisa, mas para minha vida. Por todos os sorrisos, as palavras sinceras, pelas amizades que fizemos no caminho e por disporem de seu tempo para fornecer substrato a esta pesquisa.

Ao André Ribas, por me ajudar na formatação e normalização deste trabalho.

Aos queridos amigos Victor Prado e Vinicius Krachinski, que me deram grande apoio mental nos momentos difíceis e sempre estiveram por perto.

À querida Silvia Cardoso, que me apresentou a alguns destes migrantes e mesmo com uma agenda cheia se dispôs a me ajudar sem receber nada em troca.

À Beatriz dos Santos Burgardt, Jorge Veloso de Lima Júnior e todo o pessoal da prefeitura pelos impreteríveis dados do Cadastro Único.

Finalmente, e mais uma vez com os olhos marejados, assim como quando escrevia os agradecimentos no meu TCC, agradeço a minha mãe e meu pai, alicerces absolutos e incondicionais. Obrigado, mãe, por me ensinar tanto sobre a proteção social e por mostrar que vale a pena sonhar e lutar por um mundo com menos desigualdade e injustiça. Obrigado também por me inspirar e me motivar e por toda a ajuda, principalmente nos momentos limite, nos quais me auxiliou a estabelecer contatos com a prefeitura e com os haitianos. Obrigado pai, pela sabedoria, pelas dicas de como navegar e proceder neste mundo, pelas extensas conversas sobre futebol e outras banalidades, necessárias nos momentos em que precisamos desacelerar a mente. Agradeço também pelas deliciosas e nutritivas refeições deixadas no fogão da cozinha, até quando eu não conseguia chegar a tempo para o almoço. Foram os feijões, os arrozes, as carnes e os legumes, feitos por um professor que também é cozinheiro amador, que alimentaram

muitos dos parágrafos deste trabalho. O fato é que se houvessem mais pessoas como meus pais no planeta, viveríamos num mundo melhor.

A Cidade

*O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas
Que cresceram com a força de pedreiros suicidas
Cavaleiros circulam vigiando as pessoas
Não importa se são ruins, nem importa se são boas
E a cidade se apresenta centro das ambições
Para mendigos ou ricos e outras armações
Coletivos, automóveis, motos e metrô
Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs
A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce
A cidade não para, a cidade só cresce
O de cima sobe e o de baixo desce

A cidade se encontra prostituída
Por aqueles que a usaram em busca de saída
Ilusora de pessoas de outros lugares
A cidade e sua fama vai além dos mares

No meio da esperteza internacional
A cidade até que não está tão mal
E a situação sempre mais ou menos
Sempre uns com mais e outros com menos*

(Chico Science e Nação Zumbi)

RESUMO

A presente pesquisa aborda alguns dos desdobramentos da migração haitiana ao Brasil, e, mais especificamente à Curitiba e Região Metropolitana e busca elucidar a situação da proteção social – principalmente no que tange a distribuição de programas de transferência de renda e assistência social – para haitianos. Para tanto, traça-se, em primeiro lugar, um panorama geral da migração haitiana para o Brasil, Paraná e Curitiba e Região Metropolitana, para que então se observe a situação laboral dos migrantes haitianos em Curitiba e redondezas dos anos de 2015 à 2022, notadamente marcados por momentos com altas incidências de demissões em todo o Brasil. Depois, lança-se um olhar aos dados do Cadastro Único, procurando relacionar os impactos dos períodos de crise e a procura por programas de transferência de renda. Procura-se também desenvolver uma análise que permita observar os impactos dos programas de transferência de renda na integração e na disposição do haitiano a ficar no Brasil, bem como testar hipótese segundo a qual a rede de proteção social pública é um dos fatores que sustentam os processos integrativos e reduzem as adversidades decorrentes da crise do emprego e dos baixos salários. Preliminarmente, afirma-se que sim, fornece uma ajuda substancial, mas funciona apenas como atenuante da vulnerabilidade social.

Palavras-chave: migração haitiana; proteção social; transferência de renda; Programa Bolsa Família; Auxílio Emergencial.

ABSTRACT

This research addresses some of the developments of Haitian migration to Brazil, specifically to Curitiba and its Metropolitan Area, aiming to shed light on the situation of social protection, particularly concerning the distribution of income transfer and social assistance programs for Haitians. To achieve this, firstly, a general overview of Haitian migration to Brazil, Paraná, Curitiba, and its Metropolitan Area is presented, followed by an examination of the labor situation of Haitian migrants in Curitiba and surrounding areas from 2015 to 2022, notably marked by periods of high unemployment rates throughout Brazil. Subsequently, the study looks at data from the Cadastro Único, seeking to correlate the impacts of crisis periods with the demand for income transfer programs. Additionally, an analysis is developed to observe the effects of income transfer programs on integration and the willingness of Haitians to stay in Brazil. Furthermore, a hypothesis is tested, suggesting that the public welfare and social protection network is one of the factors supporting integration processes and reducing the adversities resulting from employment crises and low wages. Preliminarily, it is affirmed that, yes, it provides substantial assistance, but only serves as a mitigating factor for social vulnerability.

Keywords: Haitian migration; social protection; income transfer; Bolsa Família Program; Auxílio Emergencial.

RÉSUMÉ

Cette recherche aborde certains des développements de la migration haïtienne vers le Brésil, plus spécifiquement à Curitiba et sa région métropolitaine, et vise à élucider la situation de la protection sociale - notamment en ce qui concerne la distribution de programmes de transfert de revenus et d'aide sociale - pour les Haïtiens. Pour ce faire, il est d'abord dressé un panorama général de la migration haïtienne vers le Brésil, le Paraná, Curitiba et sa région métropolitaine, afin d'observer la situation de l'emploi des migrants haïtiens à Curitiba et dans les environs de 2015 à 2022, marquée notamment par des périodes de fortes incidences de licenciements dans tout le Brésil. Ensuite, les données du Cadastro Único sont examinées, cherchant à relier les impacts des périodes de crise et la demande de programmes de transfert de revenus. L'objectif est également de développer une analyse permettant d'observer les impacts des programmes de transfert de revenus sur l'intégration et la volonté des Haïtiens de rester au Brésil, ainsi que de tester l'hypothèse selon laquelle le réseau de protection sociale publique est l'un des facteurs soutenant les processus d'intégration et réduisant les adversités découlant de la crise de l'emploi et des bas salaires. D'emblée, il est affirmé que cela apporte une aide substantielle, mais fonctionne seulement comme un facteur atténuant de la vulnérabilité sociale.

Mots-clé: migration haïtienne; protection sociale; transfert de revenu; Programme Bolsa Família; Auxílio Emergencial.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CadÚnico – Cadastro Único

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CF – Constituição Federal

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

CNIG – Conselho Nacional de Migração

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDB (Antigo PMDB) – Movimento Democrático Brasileiro

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

OBMigra – Observatório das Migrações Internacionais

OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde

OMS – Organização Mundial de Saúde

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OXFAM - Comitê de Oxford para o Alívio da Fome

PT – Partido dos Trabalhadores

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PBF – Programa Bolsa Família

RAIS (Relação Anual de Informações Sociais)

RMC – Região Metropolitana de Curitiba

SISMigra – Sistema de Registro Nacional Migratório

UFPR – Universidade Federal do Paraná

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 1 - REGISTROS DE HAITIANOS NO BRASIL: ESTADOS COM MAIOR NÚMERO DE HAITIANOS.....	26
TABELA 2 - HAITIANOS ADMITIDOS/DEMITIDOS EM CURITIBA.....	35
TABELA 3 - HAITIANOS ADMITIDOS/DEMITIDOS EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS..	36
TABELA 4 - HAITIANOS ADMITIDOS/DEMITIDOS EM ARAUCÁRIA, COLOMBO E PINHAIS DA ESQUERDA PARA A DIREITA.....	39
TABELA 5 - HAITIANOS ADMITIDOS/DEMITIDOS EM ALMIRANTE TAMANDARÉ, CAMPO MAGRO, CAMPO LARGO E PIRAQUARA, DA ESQUERDA PARA A DIREITA.....	40
TABELA 6 - HAITIANOS ADMITIDOS/DEMITIDOS POR SETOR EM CURITIBA.....	42
TABELA 7: ENTRADA DE HAITIANOS NO PARANÁ POR GÊNERO.....	71
TABELA 8 - MÉDIA DE REMUNERAÇÃO MENSAL DE HAITIANOS BENEFICIÁRIOS – 2020.....	74
TABELA 9 - MÉDIA DE DESPESAS DE HAITIANOS NO CADÚNICO – 2022.....	77
TABELA 10 - LISTA DE ENTREVISTADOS – 2020.....	83
TABELA 11 – LISTA DOS ENTREVISTADOS 2023.....	83
QUADRO 1 - PARTICULARIDADES E CARACTERÍSTICAS DOS PROGRAMAS.....	44

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - ADMISSÕES/DESLIGAMENTOS DE HAITIANOS EM CURITIBA - 2015 ATÉ 2021.....	33
GRÁFICO 2 - TOTAL DE HAITIANOS EMPREGADOS EM CURITIBA.....	34
GRÁFICO 3 – HAITIANOS INSCRITOS NO CADÚNICO.....	61
GRÁFICO 4 – IMIGRANTES INSCRITOS NO CADÚNICO.....	61
GRÁFICO 5 – IMIGRANTES NO CADÚNICO E SITUAÇÃO NOS PROGRAMAS.....	64
GRÁFICO 6 - DIVISÃO DE BENEFICIÁRIOS HAITIANOS POR REGIONAL – 2020..	70
GRÁFICOS 7 E 8 - DIVISÃO DE SEXO DOS BENEFICIÁRIOS HAITIANOS 2020 E 2022.....	72
GRÁFICO 9 - ESCOLARIDADE ENTRE BENEFICIÁRIOS HAITIANOS DO BOLSA FAMÍLIA – 2020.....	75
GRÁFICO 10 - EMPREGO ENTRE HAITIANOS BENEFICIÁRIOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES.....	79
GRÁFICO 11: SITUAÇÃO DE EMPREGO ENTRE BENEFICIÁRIOS NA SEMANA ANTERIOR AO CADASTRO.....	79

LISTA DE FIGURAS E IMAGENS

FIGURA 1 - MAPA DE PROTEÇÃO SOCIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	38
FIGURA 2 - MAPA DE REGIONAIS E BAIRROS DE CURITIBA.....	69
FIGURA 3 - POSTER DO MUTIRÃO DE EMPREGOS PARA MIGRANTES REFUGIADOS E APATRIDAS, REALIZADO EM CURITIBA.....	90

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. MIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL.....	25
2.1 MIGRAÇÃO HAITIANA E MIGRANTES HAITIANOS NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES.....	25
2.2 CONDIÇÃO LABORAL DE MIGRANTES HAITIANOS EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA.....	29
3. PROTEÇÃO SOCIAL E HAITIANOS: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CADASTRO ÚNICO.....	44
3.1 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UM DIREITO DO IMIGRANTE NO BRASIL.....	44
3.1.2 Lei n. 8.742 de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social).....	46
3.1.3 - Auxílio emergencial.....	48
3.1.4 - Lei n. 13.445 de 24 de maio de 2017 (Lei da Migração).....	52
3.2 CADÚNICO E MIGRANTES HAITIANOS: DADOS E APONTAMENTOS..	55
3.2.1 Brasil.....	55
3.2.2 Curitiba.....	66
4. O QUE DIZEM OS HAITIANOS?.....	81
4.1. ENTREVISTAS: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS.....	81
4.2. ENTREVISTAS.....	88
4.3. AS ENTREVISTAS DE 2020: O ACESSO À INFORMAÇÃO E DADOS OPERACIONAIS.....	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	118

INTRODUÇÃO

Não é difícil entender o fascínio que um tema como as migrações internacionais pode causar num indivíduo. Ora, são histórias variadas, vindas de perspectivas tão inequivocamente distintas das nossas, daqueles que vem de muito longe e fazem a gente pensar: por que justamente aqui? O que ele viu nesse lugar, não exatamente ermo, tampouco uma metrópole ultra populosa, mas minha terra natal, totalmente banal aos meus olhos já acostumados às exuberâncias do Jardim Botânico, às milhares de cabeças ocupadas que vão e voltam pelas calçadas da XV e àquele olho gigante de vidro¹, concreto e aço, logo ao lado da minha casa? Pois o fato de vir gente de tão longe aqui me faz olhar com outros olhos para essa cidade. Ora, Curitiba trata-se de uma cidade com IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)² de 0,823, considerado elevado para os padrões brasileiros, com muitos parques, espaços culturais, comércio, áreas verdes e calçadas limpas. Não se pode negar, portanto, que se trata de uma cidade dotada de alguns fatores de atração³.

Contudo, certamente não são essas as virtudes principais que atraem migrantes internacionais para Curitiba. Atraem, majoritariamente, turistas, viajantes, mochileiros. Os fatores de atração para haitianos são outros. De maneira geral, a imigração aqui analisada é resultado de uma série de condições, dentre os quais a falta de oportunidades no país de origem. Os migrantes consideram que a saída de seus países é a melhor solução para seus problemas. Como veremos em relação à imigração haitiana, os indivíduos e famílias desse grupo nacional chegaram e continuam chegando em Curitiba na esperança de uma vida melhor.

Foi essa a migração que me levou a me interessar por este assunto, afinal, ela aparecia em todos os lugares: nas notícias, nos textos da faculdade. Eu passei, contudo por uma situação que me fez ver a migração de outra forma. Um momento no qual, talvez, a chave virou. Ali eu percebi a grandeza, a complexidade deste tema, e, além disso, importantemente também para o meu processo de incorporação desta área do conhecimento sociológico, o quanto ela se encontra próxima, tangente à minha vida, ao meu dia a dia.

¹ Refere-se aqui ao Museu Oscar Niemeyer.

² IDH é um índice medidor de qualidade de vida calculado a partir das variáveis saúde, renda e educação. Deve ser visto, contudo, apenas como uma aproximação metodológica, uma vez que não é capaz de englobar a complexidade envolvida em definir a qualidade de vida de um determinado espaço geográfico. O índice, por exemplo, não leva em consideração variáveis como desigualdade e liberdades políticas.

³ Aqui me refiro a fatores de atração como fator, como visto em Push and Pull factors.

Certo dia, creio que no ano de 2018 ou 2019, quando eu estava saindo da faculdade, um rapaz me chamou. Ele parecia perdido, andando sem rumo pela General Carneiro⁴. Ele gesticulava, apontava, tentando chamar minha atenção. Chegou me mostrando um endereço. Ele não falava português. Tentei falar em inglês e conseguimos nos comunicar. Ele tentava chegar num apartamento, perto dali, no qual morava um primo. Consegui o direcionar pelo *Google Maps*, mas enquanto o dava direções fomos conversando. Ele havia acabado de sair do Egito, de alguma cidade que, sendo sincero, não lembro mais o nome. O fato é que quando perguntei o nome da cidade ele disse que eu não a conheceria, e ele, com efeito, tinha razão. Confesso que sua nacionalidade me deixara curioso, já que eu jamais conhecera um egípcio. Não conhecia nada de sua cultura, seus costumes. Dessa maneira, comecei a perguntar sobre sua vida e ele pareceu feliz em compartilhar alguns trechos de sua história; confesso que não sem antes falarmos de Mohamed Salah, o grande futebolista egípcio (me disse que não gostava de futebol e que nunca o vira em campo, mas o admirava por passar uma imagem boa do Egito, de vitória).

Contudo, poucas palavras depois a conversa acabou ficando mais séria. Seu semblante mudou, se tornou sombrio, quase melancólico. O fato é que sua vinda ao Brasil não possuía nada de recreacional. Me contou que acabara de perder a mãe, jamais havia conhecido o pai e que viera para Curitiba para encontrar trabalho com um primo que não via há mais de dez anos, que trabalhava num restaurante nas proximidades. Ele me disse que estava sem celular naquele momento, e reclamou que ninguém parava para ajudar; mesmo com suas suplicas todos passavam reto e olhavam com confusão ou medo para ele. Eu, por minha vez, havia ficado estupefato com a situação. Ele veio a cidade com nada além de um papel com um endereço. Uma pessoa de tão longe, com uma bagagem cultural completamente diferente da minha, que saiu do Egito sabe-se lá em que situação. Eu lhe guiei ao seu destino com o *Google Maps*, ele me deu adeus e assim acabou o nosso breve encontro, mas aquilo me deixou absolutamente fascinado. Eu penso naquele rapaz com alguma frequência. Por onde ele anda? Conseguiu achar emprego com o primo?

Essa situação, ao fim e ao cabo, não serviu apenas para atiçar meu interesse pelo tema das migrações internacionais, mas me trouxe algumas reflexões importantes acerca de posturas metodológicas e éticas. É preciso haver, afinal, distinções claras entre interesses pessoais e científicos, e ficou nítido que a postura por mim adotada diante dos fatos que se apresentavam não era a mais adequada em vista do indivíduo à minha frente. Em que medida esse fascínio não acabava por

⁴ Rua de Curitiba próxima ao campus da Reitoria, onde ficam a maioria dos departamentos de Ciências Humanas e Sociais da UFPR.

transformar este indivíduo num alienígena no meu ponto de vista? Não estaria eu trazendo este indivíduo para uma categoria de exótico, exógeno e estranho? Aqui, trata-se de um posicionamento fundamentalmente ético: quem quer ser visto como um objeto de estudo exótico? Afinal de contas, não havia nada de estranho naquele indivíduo. Aliás, muito pelo contrário, suas preocupações e percepções, eu percebia, eram familiares, e certamente me acometeriam se eu passasse pelos mesmos desafios e enfrentasse os mesmos problemas: o luto e dor que relatou sentir pela perda da mãe, o nervosismo por estar longe de casa; a humanidade, em toda a sua diversidade, é uma só.

Claro, não foi apenas esse acontecimento que me fez chegar a este objeto de estudo, apesar de sua indiscutível importância na minha vida. Outra grande catalizadora das minhas inspirações, dessa vez pelo outro pilar desta dissertação, foi, ao fim e ao cabo, a minha mãe, uma assistente social pela qual eu possuo a mais profunda admiração. Ela me ensinou, desde muito cedo, a importância da igualdade e da equidade, bem como me alertou a respeito das doenças sociais causadas pela desigualdade social. Me ensinou também que a caridade jamais leva a mudanças estruturais e que nossa sociedade precisa de instrumentos para diminuir a desigualdade de maneira estrutural e universal. Foi, portanto, em meio a estes discursos e conversas que ela deixou claro que a maneira ideal de sustentar mudanças reais era através de políticas públicas de distribuição de renda.

Agora, dando fim ao relato pessoal que me aproximou ao tema para adentrar de maneira mais direta no que se quer com este trabalho, em mudança de teor representada não apenas pela mudança do tom do texto mas também pela mudança de pronome pessoal, para primeira pessoa no plural – uma vez que é impossível realizar uma pesquisa sem a ajuda de diversos agentes - quais são exatamente esses pilares que cito no parágrafo acima? Queremos na presente dissertação incorporar o tema da proteção social aos estudos migratórios, o que, até certo ponto, constitui-se como uma lacuna, afinal, inúmeros são os artigos, teses e dissertações sobre programas de transferência de renda como o Bolsa Família e Auxílio Emergencial e seus respectivos impactos. Contudo, a ligação destes estudos a aspectos migratórios ainda se constitui como emergente no campo de estudos sobre migrações internacionais no Brasil (CASTRO e AGUILAR, 2017; LANZA et al., 2018). Vale ressaltar que uma série de dados neste sentido vem sendo produzida, e, de maneira geral, aparecem de forma tangencial em trabalhos sobre inserção laboral e situação de migrantes em território nacional (FERNANDES, et al 2020) e aparecem, mais recentemente, diretamente nos relatórios do OBMigra nos trabalhos de Cláudia Ayer (AYER, 2021; AYER, 2022). Existem, também, aqueles que tratam de migrações internas e políticas de transferência de renda (FONTES et al., 2017; GAMA, 2012). Estes, contudo, tratam de outra subárea, qual seja, das migrações de brasileiros dentro do país, entre estados. É notório, portanto, que apesar da lacuna, o assunto da proteção social dirigida aos migrantes

no Brasil tem recebido cada vez mais atenção nos estudos migratórios, e existe um esforço coletivo, ainda que embrionário, para que se olhe para o tema.

Um terceiro pilar, não menos importante, diz respeito a situação laboral, evidentemente relacionada à procura de proteção social, e onde também se encontra justificativa para conduzir este estudo em Curitiba. A região sul, como discriminado no relatório RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) (2019), corresponde a área do país que mais apresentou crescimento no contingente de trabalhadores migrantes no setor formal, apesar de ainda figurar atrás, em números brutos, da região sudeste, que, no entanto, apresentou um decréscimo proporcional no número de trabalhadores estrangeiros nos últimos anos. Em contrapartida, entre 2015 e 2016 (anos nos quais proponho o início do recorte temporal adotado para esta pesquisa), os saldos de contratação/demissão passaram a figurações negativas de forma geral, sendo que no Brasil, em 2016, 17.773 migrantes foram contratados e 20.324 desligados de seus empregos (saldo de negativos 2.551 migrantes) (CAGED 2016). Concomitantemente, o relatório do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) (2016), demonstra um saldo negativo maior que a média nacional entre migrantes em Curitiba a partir de 2015.

Estes, portanto, são os anos de início da análise, uma vez que se constituem como o primeiro contato dos haitianos com um Brasil em crise. Num segundo momento, ou seja, nos anos finais do recorte temporal aqui adotado, a crise ganha outras dimensões, e tanto seu aspecto sanitário (em contexto pandêmico) por um lado, quanto seu aspecto humanitário e econômico por outro, causam impactos profundos no cenário laboral brasileiro, com aumentos severos nos números de desligamentos de haitianos especificamente, o que, como veremos, aumenta significativamente a procura pela proteção social por este grupo. Considerando os imigrantes de maneira geral, os saldos de contratação/demissão são majoritariamente positivos nos quadrimestres de 2020 e 2021 e no primeiro quadrimestre de 2022, no qual foram registrados aproximadamente 53.600 admissões e 41.300 desligamentos, representados pela alta na entrada de venezuelanos no mercado formal (SIMÕES et al., 2022, p. 12). Existe, porém, um agravante específico a imigração haitiana, notado em 2021, ano no qual os números de emprego/desemprego entre haitianos no Brasil começam a indicar uma figuração significativamente negativa de 35.782 admissões e 54.058 desligamentos. Em Curitiba a situação não é diferente: 1033 haitianos foram admitidos e 1644 foram desligados. Não se pode negar que desemprego é catalisador importante no sentido de conduzir indivíduos à vulnerabilidade social, e, em virtude dessa condição, à condição de beneficiário de programas de transferência de renda, porém, há de ser ressaltado que a proteção social se estende além do desemprego. Entre os grupos que precisam de proteção social estão os idosos, as pessoas com

deficiência, as crianças e os jovens em situação de vulnerabilidade e, também, trabalhadores assalariados, que em muitos casos possuem obrigações extenuantes em casa, jornada dupla de trabalho – principalmente no caso das mulheres – parentes enfermos ou incapacitados, filhos e idosos que necessitam de cuidados, entre outros. Essas pessoas podem enfrentar dificuldades financeiras, falta de acesso a serviços de saúde e educação, além de outras barreiras que dificultam a sua integração social e econômica, principalmente entre migrantes que saem de seu país em situação de pobreza (LANZA et al., 2018). Os programas de transferência de renda também devem servir a estes indivíduos, por mais que estejam inseridos no mercado de trabalho. Infelizmente, a concepção que associa a proteção social exclusivamente ao desemprego é comumente difundida, e pouco são os trabalhadores que se encaixam nas condicionalidades do programa, principalmente em virtude da variável relativa ao salário: a renda per capita no núcleo familiar precisa estar abaixo dos 210 reais. No caso dos haitianos em Curitiba, 12,5% dos beneficiários do Bolsa Família/Auxílio Brasil estão inseridos no mercado de trabalho.

Além disso, Curitiba tem se mostrado um centro interessante para conduzir estudos de políticas públicas relacionadas à migração, uma vez que, como nos é demonstrado pelo IBGE (2018), se configura como o quinto com maior número de migrantes registrados no Brasil⁵, o que ao mesmo tempo que aponta para uma aumentada densidade do fluxo migratório, atesta para uma localidade na qual os registros são conduzidos com frequência.

Doravante, no âmbito da proteção social, o Cadastro Único tem sido um importante instrumento de coleta de dados, além de ser uma porta de entrada para os programas Bolsa Família/Auxílio Brasil e Auxílio Emergencial. Se constitui, dessa forma, como um aporte para a obtenção de dados a respeito de beneficiários e potenciais beneficiários. Existem cerca de 4.900 estrangeiros cadastrados no sistema em âmbito municipal⁶, não considerando a Região Metropolitana de Curitiba. Dessa maneira, os processos migratórios recentes impõem desafios às políticas públicas, em especial aos estados e municípios que tem se configurado como destino de algumas correntes migratórias. Este é o caso do Paraná, que recebeu um número particularmente alto (se comparado a outros estados do país) de haitianos a partir de 2010, a nacionalidade com maior número de chegada

⁵ De 2010 a 2018 foram registrados 18.169 migrantes em Curitiba. Foz do Iguaçu – PR (com 10.742 imigrantes) e Cascavel – PR (com 3.827 imigrantes) também figuram entre os vinte municípios que mais receberam migrantes nesse período (IBGE 2018).

⁶ Dado referente a abril de 2020, disponibilizado ao autor pelo setor de Gestão do Trabalho da Prefeitura Municipal de Curitiba.

de migrantes até os últimos anos da década de 2010, quando o número de haitianos foi ultrapassado por venezuelanos.

Assim, portanto, analisa-se os fluxos migratórios recentes, com ênfase nos haitianos, e as respectivas relações de seus agentes com a proteção social em Curitiba, em especial no que tange programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial.

Mas, efetivamente, de que se trata o objeto de estudo? Quais perguntas buscamos responder neste trabalho? a) em que situação estão os programas de transferência de renda para migrantes haitianos em Curitiba e Região Metropolitana? b) qual o perfil do haitiano que recebe estes benefícios? c) em qual grau a proteção social melhora o processo integrativo do migrante haitiano? d) quais os impactos da crise vistos na situação laboral destes haitianos em Curitiba e como estes estão relacionado com o andamento da distribuição e execução de políticas públicas de transferência de renda como o Auxílio Emergencial e o Bolsa Família?

Até que chegássemos a estas perguntas muitas outras vieram antes e acredita-se aqui que explicitar o curso de raciocínio tomado e os percalços do caminho ajudem a evidenciar alguns aspectos preliminares com relação ao tema. A primeira e mais básica pergunta foi: os migrantes haitianos de fato possuem acesso aos benefícios aos quais têm direito? Respondendo sucintamente, de maneira geral, sim, porém existem migrantes que não tem acesso aos programas sociais por estarem invisibilizados. Com efeito, não podemos simplesmente fingir que não existem. Por outro lado, se nem instituições como os CRAS e CREAS conseguem os mapear, mesmo possuindo grupos especializados em ir até o indivíduo em situação de pobreza, como um pesquisador, sozinho ou com ajuda de quem quer que seja da universidade conseguiria? Discorre-se mais a esse respeito no decorrer deste trabalho. Trata-se, inclusive, de uma inquietação recente, por ter surgido em Live⁷ no Youtube, na qual perguntamos à uma assistente social que nela palestrava em outubro de 2021 a respeito das pessoas que não conseguiam entrada no CadÚnico. Primeiramente, ela fez questão de ressaltar que o CadÚnico de fato engloba, em seu sistema, a grande maioria das pessoas em situação de vulnerabilidade. Parecia haver, inclusive, um certo escárnio em sua resposta, dirigido à minha pergunta, possivelmente interpretada por ela como uma pergunta tola. Sua resposta, foi: “se eles não estão no Cadastro, fica difícil. Por isso utilizamos a estratégia de busca ativa”⁸. De fato, a busca ativa

⁷ Live apresentada no dia 18/10/2021, intitulada *Diálogos do Observatório 2021 | Acesso dos migrantes aos benefícios sociais*. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bX87ia8e1N8&t=13s&ab_channel=OBMigra

⁸ Essa resposta pode ser encontrada na mesma Live da nota de rodapé anterior. Com relação ao termo busca ativa: na assistência social, trata-se de uma estratégia adotada nacionalmente, que pressupõe que o assistente social procure, localize e vá até aquele em situação de vulnerabilidade para colocá-lo no Cadastro Único.

é justamente o mecanismo adotado para o combate à invisibilidade social, e o CadÚnico possui, no centro de suas diretrizes, o combate à invisibilidade social e de registro civil⁹.

Resumindo, o problema de pesquisa antes sumarizado unicamente por definir se há o acesso a políticas públicas de transferência de renda por parte de migrantes tornou-se frágil, sem conteúdo. Por um lado, porque dados precisos a esse respeito são difíceis de serem mapeados e exigiriam um esforço de muitos pesquisadores ou de uma instituição voltada para este fim, e, por outro, em virtude dos dados analisados do CadÚnico e coletas de outros pesquisadores, como Baeninger (2021), Fernandes (2020), que demonstram que o CadÚnico, de maneira geral, chega até o migrante, apesar de haverem exceções.

À luz destas questões, fez-se necessário estabelecer um novo problema de pesquisa, mais robusto e factível, que contribuísse com novas descobertas para o campo de estudo das migrações internacionais no Brasil. Para avançar neste sentido, foi necessário olhar de maneira mais pormenorizada para o objeto de pesquisa, ou, melhor dizendo, para os indivíduos aos quais pretende-se voltar o olhar nesta pesquisa. Sabe-se que o Bolsa Família, bem como o Auxílio Emergencial, estão em processo de constante mudança (CASTRO, 2021) e isso afeta diretamente as probabilidades do migrante de ter acesso à informação, e, conseqüentemente, ao benefício (LANZA et al., 2019). Num primeiro momento, à luz destas informações, o caminho a ser trilhado havia se dado no sentido de compreender o nível (grau) de acesso à informação de migrantes. Contudo, já existem uma série de dados recentes produzidos no sentido de medir esta informação (FERNANDES et al., 2020; BAENINGER et al., 2021; LANZA et al., 2018, 2019; SILVA, 2021).

Assim, em relação a parte qualitativa (entrevistas) deste trabalho, em detrimento de se propor uma análise operacionalizada para medir grau de informação, sugere-se um olhar voltado para os impactos do Auxílio Emergencial e do PBF/Auxílio Brasil; primeiramente nesta etapa enfatizando observar o que representou o Auxílio de 600 reais mais geral distribuído em meados de 2020, e de que maneira este auxílio afetou a possibilidade da permanência deste indivíduo no Brasil e, secundamente, em qual grau esta política pública representou uma melhora nos processos integrativos deste indivíduo. Neste momento do trabalho exprime-se uma preocupação voltada para angariar relatos, como insatisfações com condicionalidades, como encontrado por Silva (2021), dificuldades de preenchimento e falta de auxílio para lidar com questões burocráticas relativas ao recebimento

⁹ No Brasil existem cerca de 3 milhões de pessoas que não possuem sequer certidão de nascimento. Ver: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-11-28/invisiveis-no-brasil-sem-documento-e-dignidade-eu-nem-no-mundo-existo.html>

destas políticas, como encontrado por Fernandes et al. (2020) e por Silva (2021), mas, principalmente, para testar a hipótese segundo a qual estes benefícios – em especial o Auxílio Emergencial – fizeram com que a proteção social adquirisse uma função crucial nos processos integrativos do haitiano frente a crise, e se atenua as adversidades decorrentes do desemprego e dos baixos salários. Os dados angariados em 2020 permitem que se encontre algumas pistas neste sentido. Vejamos o relato de Gerard¹⁰, haitiano entrevistado em 2020: “O Auxílio Emergencial que minha mulher recebeu nos ajudou muito. Na verdade, não sei se conseguiria me virar sem. Perdi meu trabalho no restaurante, o restaurante fechou. Nessa situação? Qualquer dinheiro sempre é bem-vindo, ainda mais nessa situação.”

Por outro lado, uma questão que merece atenção é a reclamação com relação às condicionalidades dos auxílios. Marchioro (2021, p. 243) coletou um relato de uma mulher haitiana com três filhos que ilustra bem a situação: ela tentou se inscrever em todas as modalidades de auxílios do Governo Federal, mas acabou sendo reprovada em todas, exceto naquela que previa o custeio da água. A sua exclusão se deu pelo fato de que o salário de novecentos reais de seu marido colocava sua família acima da renda per capita máxima estipulada pela condicionalidade do programa. Ela conclui: “mas como eles podem achar que novecentos reais é o suficiente para manter cinco pessoas?” (MARCHIORO, 2021, p. 243)

Já aqui, se percebe uma insuficiência no alcance da proteção social, causada por uma de suas bases mais fundamentais: as condicionalidades. A fala desta haitiana, por exemplo, revela uma exiguidade severa decorrente da condicionalidade renda presente em todos os auxílios do Governo. Ora, com a renda per capita de 300 reais da família de Denise, segundo as estimativas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)¹¹, apenas com os gastos de cesta básica em Curitiba, ou seja, sem levar em consideração as despesas de aluguel, eletricidade, água, etc, a partir de meados da segunda semana ou início da terceira semana do mês, Denise não teria mais nenhum dinheiro para repor o alimento da família. Portanto, o problema central aqui não está na possibilidade de pequenos incrementos na qualidade de vida que poderiam vir através de uma renda extra, ou de substratos que possibilitem melhora no processo integrativo da família de Denise. É um processo integrativo que, como de muitos outros haitianos no Brasil, se encontra num estado absolutamente rudimentar. Trata-se de um problema que se encontra um ou dois andares

¹⁰ Nome fictício para proteger a identidade do entrevistado, em conformidade com o termo de confidencialidade assinado pelo participante.

¹¹ De acordo com as estimativas do Dieese, a cesta básica em Curitiba custa em torno de 685 reais, e é suficiente para alimentar uma família de 4 pessoas por um total de dez dias.

abaixo, na base da pirâmide de sustentação da vida de Denise: uma questão de subsistência. Ora, a renda per capita máxima para receber o Bolsa Família/Auxílio Brasil é de 210 reais. Denise tem razão em seu questionamento: a renda máxima na condicionalidade não chega perto do suficiente.

Estes são alguns dos fatores que vamos analisar durante esse trabalho. Para tanto, a estrutura do texto se dá da seguinte maneira: primeiramente, no capítulo 2, comenta-se a respeito de aspectos gerais da migração haitiana para o Brasil e para o Paraná. Aqui, esclarece-se números gerais, dados históricos e características gerais do migrante haitiano. Segundamente, no subcapítulo subsequente, levanta-se dados a respeito da inserção laboral destes migrantes em Curitiba e RMC. Trata-se de mostrar a situação laboral dos migrantes nas principais cidades da Região Metropolitana de Curitiba bem como em Curitiba, com enfoque em números de desligamentos/admissões e estoque de trabalhadores, com os dados do CAGED e RAIS, para que se encontre os principais pontos de inflexão na crise e seus efeitos no setor laboral para os haitianos.

Assim, tendo esclarecido alguns dos principais fatores que levam à disrupção de processos integrativos dos migrantes, no capítulo 3 adentra-se mais especificamente na discussão relacionada a proteção social, para que possamos dimensionar o papel da proteção social nestes processos integrativos. Num primeiro momento, no capítulo 3, se discorre a respeito da proteção social para o migrante como um direito, ou seja, se apresentará os textos legislativos dos programas de proteção social brasileiros, bem como das disposições da Lei de Migrante de 2017, da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica de Assistência com o objetivo de elucidar o aparato legislativo que garante a proteção social como um direito inalienável do migrante no Brasil. Então, adentra-se nos dados do Cadastro Único, onde é possível ver quantos haitianos estão inscritos, quantos são beneficiários dos programas de transferência de renda (Auxílio Emergencial, Auxílio Brasil e Bolsa Família) e como estes números evoluíram com a pandemia. Objetivou-se aqui traçar paralelos com a situação laboral e observar situações na literatura que possam explicar os dados coletados. No último capítulo, escutamos o que os haitianos disseram a respeito dos programas de transferência de renda e da rede de proteção social, com o objetivo de entender o papel destes na possibilidade de permanência destes indivíduos no Brasil e seu peso na atenuação das adversidades causadas pela crise do emprego e por baixos salários. Finalmente, no último capítulo, examinam-se os impactos dos programas nos processos integrativos de haitianos beneficiários através de seus relatos e experiências, bem como alguns aspectos da opinião destes haitianos a respeito destes programas. Além disso, observa-se o andamento do acesso à informação que estes migrantes possuem a respeito dos programas de transferência de renda.

Colocadas estas questões, para que possamos adentrar nas discussões propostas acima, coloca-se, a seguir, um breve histórico com considerações a respeito da chegada dos haitianos no Brasil, bem como algumas características desta migração, para que então analisemos a situação laboral destes migrantes e, no mais tardar, como estes se inserem nos programas de proteção social brasileiros.

2. MIGRAÇÃO HAITIANA NO BRASIL

2.1. MIGRAÇÃO HAITIANA E MIGRANTES HAITIANOS NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES

O Haiti se constitui como o país mais pobre das Américas, sempre figurando dentre os países com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH de 0.404¹²) e no Coeficiente de Gini (desigualdade) no mundo (é o terceiro país mais desigual do mundo, com índice de 0,608¹³). O Haiti possui, portanto, como resultado do processo de colonização, uma forte proeminência de fatores de expulsão: pouco emprego, alta porcentagem populacional em situação de miséria e instabilidade política constante.

O que se quer deixar claro, dessa maneira, é que se o Brasil está, de alguma forma na periferia do mundo, o Haiti está na periferia da periferia. Aqui vale destacar a aproximação de Villen (2015) feita aos migrantes de países pobres que vem ao Brasil e que cabe perfeitamente aos haitianos: são “periféricos na periferia”, e como tal, é preciso que estejam amparados pela proteção social brasileira.

Se olharmos para a situação migratória brasileira de maneira comparativa, não se pode dizer que o Brasil recebe nos dias de hoje uma quantidade muito alta de imigrantes. Em comparação com os países da América do Norte e a maioria dos países da Europa ocidental, os números de imigração no Brasil são muito baixos. Para se ter uma noção, segundo dados do portal da imigração do Ministério da Justiça¹⁴, existem cerca de 1,3 milhão de imigrantes no Brasil atualmente, o que corresponderia a 0,6 % da população total do país. A título de comparação, nos EUA 14,3% da população é imigrante.

Contudo, para que chegássemos nestes 1,3 milhão, o número de migrantes mais que dobrou no Brasil entre os anos de 2011 e 2020 (indo de 600 mil a 1,3 milhão), em fenômeno no qual os haitianos foram protagonistas junto com venezuelanos. Assim podemos colocar em perspectiva o tamanho da migração haitiana ao Brasil e em Curitiba: olhando para os números brutos, difíceis de

¹² Calculado a partir de quantificações da qualidade de renda, educação e saúde.

¹³ Dados de 2017. O coeficiente é calculado a partir de variações na curva de Lorenz. Para uma explicação ilustrativa ver: <https://towardsdatascience.com/clearly-explained-gini-coefficient-and-lorenz-curve-fe6f5dcdc07#:~:text=The%20Gini%20coefficient%20is%20equal,the%20line%20of%20perfect%20equality>. Acesso em 23/11/2020.

¹⁴ Acesso: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/>

serem precisados aliás, em virtude da saída de imigrantes não ser notificada e acontecer por vias terrestres em fronteiras com pouca ou nenhuma fiscalização (FERNANDES; FARIA, 2016), a migração haitiana no Brasil não é, por assim dizer, um fenômeno com potencial para abalar as estruturas do país. Pelo contrário, trata-se de uma migração pequena se comparada aos grandes contingentes migratórios da Europa ou ao fluxo migratório haitiano aos Estados Unidos.

Um dado que vale ser ressaltado, é que uma boa parte desse contingente se encontra no Paraná. De acordo com os dados obtidos do SISMigra/Polícia Federal, em 2022 existem cerca de 22.458 imigrantes haitianos residindo no estado do Paraná, o que o deixa atrás apenas de São Paulo e Santa Catarina, cada um com 36.027 e 31.223 migrantes, respectivamente. No Brasil, existem cerca de 129.177 migrantes haitianos, vide tabela:

TABELA 1: REGISTROS DE HAITIANOS NO BRASIL: ESTADOS COM MAIOR NÚMERO DE HAITIANOS¹⁵:

	2022	2021
Estado:	Total de haitianos	Total de haitianos
RJ	2.282	2.357
MG	5.366	5.018
SP	35.348	35.994
RS	16.761	17.150
SC	31.095	31.218
Pr	22.549	22.440
BRASIL	129700	

FONTE: OBMigra.

Isto posto, percebemos que, para os fins desse capítulo, é importante pontuar algumas outras características da imigração haitiana. Esclarece-se, primeiramente, que ao contrário do que se vê numa série de textos e matérias de jornal, o terremoto de grande escala ocorrido no Haiti em 2010 não é por si só o principal fator que explica a migração haitiana. (OLIVEIRA, 2016). O projeto de migrar para o jovem haitiano, quando completa idade hábil, como explica Handerson (2015), é generalizado. Esse fator faz parte, portanto, da estrutura da sociedade no Haiti (HANDERSON, 2015; OLIVEIRA, 2016, p. 256). Esclarece-se, dessa forma, que não há uma relação causal com um único

¹⁵ Originalmente esse gráfico dispunha de informações a respeito do tipo de registro no visto: se temporário ou residente. Essas informações foram removidas, visto que, com a Lei da Migração de 2017, todos os vistos foram unificados em um único visto de caráter temporário.

fenômeno que explique a razão de mobilidade do haitiano, mas, se é possível apontar para um resumo das motivações, tudo indica para a elementar conclusão de que a qualidade de vida no Haiti é uma das piores do mundo, e nessas condições, não existem perspectivas futuras animadoras e oportunidades de trabalho.

A pobreza extrema do país, por sua vez, só pode ser compreendida a partir da reflexão pormenorizada sobre uma série de processos históricos que remontam uma escravidão brutal, uma revolução do final do século XVIII e início do XIX que culmina em devastadores embargos econômicos, em planos frustrados de desenvolvimento econômico frente a economia mundial, dados por uma produção açucareira destruída e solos infertilizados (JAMES, 2000). Como se não bastasse, o país sofre sanções pelo rompimento pioneiro com a escravidão e passa por necessidades que culminam na decisão por agriculturas de subsistência (JAMES, 2000). Estes, dentre milhares de outros fatores históricos, acarretam não apenas uma série de distúrbios econômicos, mas em processos culturais em meio a uma estrutura social marcada por encadeamentos de doenças decorrentes de todos esses fatores entre milhares de outros.¹⁶

Com efeito, países em situação tão precária costumam possuir índices altos de emigração (MASSEY, 1993), de maneira geral voltado para países do norte. De mesma maneira, fenômeno das migrações sul-sul passa a se intensificar substancialmente apenas no século XXI (BAENINGER, 2018). O Brasil se configura como um catalisador dessa intensificação, sendo um destino de escolha de muitos haitianos porque se tornou um país de fácil entrada, uma vez que, apesar de dificuldades na viagem, (rotas, preços de passagem, dentre outros fatores), a criação do visto humanitário facilita a regularização de entrada de muitos (PINTO, 2014; VIEIRA, 2014; SILVA, 2016)¹⁷. Isso é verdade principalmente se comparamos o Brasil aos destinos mais comuns, como França – visto que o país é bilíngue e possui o francês como um de seus idiomas oficiais – Estados Unidos, país com um grande contingente de residentes haitianos (infinitamente maior que o brasileiro) e Canadá. Além disso, o Brasil era visto como um país em desenvolvimento, com muitas oportunidades de trabalho no período que precede a crise que se generaliza em 2015.

¹⁶ Esses processos são por demais complexos para figurar de forma pormenorizada neste trabalho. Para mais informações ver “Os Jacobinos Negros”, por C.L.R James (2000) e “The World of the Haitian Revolution”, por D.P Geggus e N. Fiering (2009). O livro de James aborda a realidade haitiana a partir de uma multitude de acontecimentos de forma cronológica, crítica e linear, partindo da figura central da revolução, o revolucionário e depois governador Toussaint L’Ouverture numa leitura extremamente envolvente. Recomendamos para aqueles que se interessam por estudos pós-coloniais e/ou por narrativas literárias não ficcionais, uma vez que o livro em momentos chega a se assemelhar com um romance, apesar de ser ancorado em documentações e dados historiográficos.

¹⁷ O autor, em outro texto “Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil” (2017), menciona outro facilitador de entrada: as redes de acolhimento.

Parte dessa intensificação se explica pelo fortalecimento de redes (CÓRDOVA, 2019) entre os migrantes através da comunicação dada principalmente pelos meios móveis, que permitem que os haitianos conversem entre si para que avisem uns aos outros da situação empregatícia no país (SILVA, 2017). Por outro lado, dadas as condições atuais, muitos haitianos avisam amigos e parentes que ainda residem no Haiti sobre a situação precária pela qual passa o Brasil (FERNANDES, 2016). Esse conhecimento da situação brasileira se constitui enquanto fator determinante para o descenso do número de haitianos que chegam ao Brasil a partir de 2016, que coincide com o ano a partir do qual mais haitianos foram demitidos do que contratados no mercado de trabalho formal (CAVALCANTI e BRASIL, 2017, p.89). Dessa maneira, a partir de 2017, a imigração haitiana passa a se configurar como a segunda mais proeminente no Paraná e no Brasil, sendo superada em números pelo fluxo venezuelano (OLIVEIRA, 2020).

Portanto, essa imigração recente no Brasil tem colocado diversos desafios aos estudos sociológicos. Estes se referem, por um lado, a compreensão teórica de suas características, dos contextos sócio-políticos e econômicos dos países de onde provêm os imigrantes¹⁸, ao contexto brasileiro e a recente crise que tem início em 2015. Por outro lado, são igualmente desafiadores os métodos de coleta de dados e informações sobre esse fenômeno. No presente momento, em junção a estes fatores, surge uma nova problemática que afeta profundamente a migração e os agentes nela envolvidos, e torna ainda mais aguda a necessidade de proteção social: a pandemia do vírus COVID-19.

Outro fator importante diz respeito ao perfil do haitiano residente em Curitiba, que, de maneira geral, não se difere de maneira substancial do perfil vindo ao resto do Brasil (MARCHIORO, 2021). Aqui ressalta-se que este trabalho pode passar a impressão de que a maior parte dos haitianos residentes em Curitiba está em situação de vulnerabilidade. Isto não é exatamente verdade. Também não se pode afirmar, no entanto, que se tratam de indivíduos pertencentes à classe média haitiana, visto que a) a maioria dos residentes haitianos no Brasil se endivida para sustentar os altos custos da viagem e b) aqueles com melhor condição financeira migram para os destinos mais cobiçados, entre eles EUA, França e Canadá (MARCHIORO, 2021).

Portanto, levando em consideração o sistema classificatório de estratificação de classes sociais adotadas pelo IBGE, com pouquíssimas exceções, os haitianos tanto no Brasil quanto no Paraná e em Curitiba fazem parte dos estratos correspondentes as classes D e E, ou seja, possuem renda mensal

¹⁸ Uma vez que todo imigrante é, antes, emigrante (SAYAD, 1998).

domiciliar menor que 2,9 mil reais, e se encontram, dessa forma, no maior estrato social em termos populacionais, uma vez que 51,3% da população brasileira se enquadra nesta situação salarial (IBGE, 2022); este número vinha diminuindo até 2014, quando o Brasil possuía a menor quantidade de pessoas nesta faixa na série histórica (47%), e passou a aumentar a partir do ano de 2014, até atingir os 51,3% em 2021. Nos dados do OBMigra de Curitiba e demais municípios da região metropolitana, a média salarial entre haitianos empregados no setor formal circula em torno de 2 mil reais.

Poder-se-ia, dessa forma, mais uma vez aludir a consideração de Villen (2015) segundo a qual os haitianos são periféricos na periferia, uma vez que em seus termos essa condição está intimamente ligada a crise, aos baixos salários que de maneira geral não cobrem os gastos mensais dos migrantes e, principalmente, a condição laboral dos haitianos, que entra em situação mais precária em virtude do contexto de crise (BAENINGER et al., 2020) afinal, tratam-se de migrantes que possuem necessidade extrema e ininterrupta de trabalhar (VILLEN, 2015, p. 253), para que possam cobrir seus gastos mensais no Brasil e mandar remessas para suas famílias no Haiti. Além disso, precisam lidar com preconceito, racismo e xenofobia, muitas vezes relacionados ao contexto laboral e de crise, já que como Villen (2015) nos demonstra, foram se tornando recorrentes entre brasileiros os ignorantes postulados que acusam imigrantes de estarem roubando os empregos de brasileiros.

Esses são, portanto, os desafios que enfrentam os integrantes desse fluxo migratório que sai de uma situação de pobreza e vai para outra situação de pobreza. Para que possamos no capítulo 3 olhar para a proteção social, que tem como um de seus objetivos auxiliar na superação do desemprego, é necessário compreender a situação laboral dos migrantes haitianos em Curitiba. Para tanto, no próximo subcapítulo levanta-se números e reflexões a respeito da situação laboral dos migrantes haitianos.

2.2 CONDIÇÃO LABORAL DE MIGRANTES HAITIANOS EM CURITIBA E REGIÃO METROPOLITANA

Antes de adentrar na situação laboral dos haitianos, um primeiro esforço que se faz para dar início a este subcapítulo é uma breve menção a alguns dos parâmetros base da sociologia do trabalho, principalmente no que se refere aos desdobramentos do cenário laboral brasileiro. O caso do Brasil trata-se de um cenário cujo processo histórico é marcado por características singulares: escravidão abolida apenas no final do século XIX, um processo de industrialização tardio e, em partes por decorrência destes fatores, uma débil estruturação do mercado de trabalho (BRIDI, BRAGA e SANTANA, 2018). Estes são os elementos presentes no início da formação do mercado de trabalho

no Brasil, e como o trabalho se trata de uma categoria cuja historicidade é bastante definida, delimitada e examinada (BRIDI, BRAGA e SANTANA, 2018), torna-se relativamente fácil ver alguns dos respaldos destes fatores citados no mercado de trabalho atual. Claro, esta passa por uma miríade de mudanças ao longo do século XX, entre elas o aumento massivo do terceiro setor, ou seja, o setor de serviços (POCHMANN, 2019), que hoje representa a fatia com maior crescimento no mundo do trabalho, ultrapassando, portanto, o primeiro e segundo setor, que compreendem, respectivamente, a agropecuária e a indústria de transformação e construção civil (POCHMANN, 2019).

Em decorrência e como resultado destas mudanças, para Pochmann (2019), o Brasil passa por um processo de desindustrialização, desencadeado pelos governos neoliberais na década de 1990 e de maneira geral nota-se um aumento quantitativo significativo de trabalhos na base da pirâmide social. Trata-se de um processo que abre espaço para a intensificação da desigualdade social no país, em gancho no qual podemos chegar aos dias de hoje, diante da mais grave crise do capitalismo brasileiro, que se inicia em 2014 (POCHMANN, 2019). O resultado ulterior de todos estes processos é uma queda pronunciada do custo de trabalho, ou seja, nas palavras que concernem ao trabalhador, menores salários.

Como já dito anteriormente, a busca por melhores condições de trabalho é um dos principais motivos pelos quais haitianos migram para o Brasil. Portanto, uma larga parcela daquilo que define o sucesso ou insucesso do projeto migratório está intimamente ligado com a situação empregatícia do indivíduo. Contudo, a esperada melhora de condições de vida as vezes simplesmente não vem. É verdade que são muitos os relatos que vão no sentido de dizer que a situação atual no Brasil é difícil, mas pior que a situação no Haiti não é (BUTIKOFER e SILVA, 2021); por outro lado, não se precisa ir muito longe para encontrar uma minoria de haitianos que dizem que suas condições de vida pioraram no Brasil (WAGNER, 2021). O que se percebe, dessa forma, é que o haitiano sai de uma situação precária para outra, por vezes tão precária quanto.

É um quadro que é crescentemente percebido em muitos relatos de haitianos vindos ao Brasil, trata-se de um processo muito frustrante. Butikofer e Silva (2021) coletaram uma frase de um haitiano que resume bem o cerne da questão: “é ruim sair da minha terra por conta da miséria e vejo como as pessoas estão, vejo miséria de novo” (BUTIKOFER e SILVA, 2021, p. 155). Claro, esta não é uma situação que afeta exclusivamente migrantes. O IBGE nos aponta, por um lado, que o desemprego tem crescido de forma exponencial no Brasil nos últimos seis anos: de 2014, menor ponto da série de

desemprego, até 2022, a população sem trabalho quase dobrou^{19 20}. Por outro, afirma-se que o trabalho se diversifica, passando por uma crescente *heterogeneização*, na qual é notável a proeminência do trabalho precário, dominado pelo setor informal, terceirizado e vinculado ao setor de serviços (ANTUNES, 2009). Com efeito, os migrantes sofrem as consequências destes arranjos de forma mais contundente (BAENINGER, 2016; MAGALHÃES, 2017; FERNANDES et al., 2020).

Isto posto, existem aqui alguns aspectos importantes a serem mencionados com relação às transformações do trabalho que vem acontecendo no Brasil e no mundo ao longo do século XXI (ANTUNES, 2019) que, pode-se supor, não pouparam migrantes haitianos (infelizmente, o setor informal e a precarização do trabalho entre migrantes haitianos no Brasil são áreas ainda pouco exploradas pela literatura). Tratam-se de mudanças nas relações sociais, nos arranjos laborais e nos contratos do mundo do trabalho que possuem em seu cerne uma inclinação a *flexibilização* do trabalho (ANTUNES, 2019). Este processo não apenas está relacionado às estratégias como a adotada pela Uber e pelo Ifood, que dispensam vínculos empregatícios tradicionais em favor de contratos no qual o trabalhador torna-se “parceiro” da empresa, como também se relaciona com a crescente da informalidade no cenário laboral brasileiro.

Em vista destes fatores, Fernandes et al. (2020) demonstram que a informalidade, inclusive no momento de pandemia, é substancialmente preponderante entre os integrantes dos fluxos migratórios recentes no Brasil. Em adição, Peres (2016), aponta para o fato de que as mulheres haitianas ocupam de forma ainda mais proeminente as ocupações no setor informal, e, como veremos mais detalhadamente mais para frente, possuem maior preponderância no recebimento do PBF. Os homens haitianos, por outro lado, apesar de ainda figurarem majoritariamente no setor informal, possuem mais vínculos empregatícios no setor formal que as mulheres, principalmente no setor do agronegócio (trabalhos em frigoríficos, principalmente) (MAGALHÃES, 2017), que se constitui, segundo Neves (2020) doravante, como um setor relativamente pouco atingido pelas medidas sanitárias tomadas em virtude da pandemia, apesar de apresentar altos índices de precariedade e situações de insalubridade, sistematicamente enfrentadas por haitianos (FERNANDES et al., 2020).

É importante atentar para o fato de que uma série de haitianos enfrentaram e enfrentam condições de trabalho extremamente precárias em frigoríficos (BORTOLOTO, 2019). Muitos sofrem

¹⁹ FONTE: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/01/taxa-de-desemprego-de-2019-termina-em-11.shtml#:~:text=A%20m%C3%A9dia%20anual%20de%20desemprego,anos%22%2C%20disse%20o%20IBGE>.

²⁰ No Paraná, em setembro, de 2014, a taxa de desemprego se encontrava em 6,8 %. Em setembro de 2019, a taxa se encontrava em 11,8%. É importante notar, contudo, que alguns setores foram pouco afetados pela crise no Paraná, como o agroexportador, responsável por um alto número de contratações entre migrantes (PNAD IBGE, 2019).

um processo que Magalhães denomina de “alocação discriminadora no processo de trabalho” (2017, p. 200). Além de alguns empregadores verem nos haitianos uma oportunidade de extrair uma proporção maior de mais-valor (recebendo menos, inclusive, que alguns brasileiros) os alocam em funções que possuem maior incidência de acidentes de trabalho (MAGALHÃES, 2017, p. 200). Nota-se que empregadores omitem informações dos haitianos, como médias de salários internas às respectivas empresas e descontos posteriores, das leis trabalhistas. A partir daí, percebe-se que a vulnerabilidade do migrante haitiano não se restringe apenas aos fatores relacionados ao desemprego. Contudo, a falta de trabalho se configura como o problema maior entre migrantes, principalmente nos últimos anos. Um aspecto que merece ser mencionado neste tocante, é que os haitianos buscam ativamente por empregos que lhes concedam maiores possibilidades de estabilidade (JOSEPH, 2017). O que Joseph (2017) argumenta é que os haitianos tem uma propensão maior a buscar empregos no setor formal, que, por sua vez se constitui como uma preferência do haitiano:

Aqueles que optam por permanecer no Brasil, esses têm preferência pelo setor do trabalho formal do que o informal, mas trabalham entre 9 a 10 horas diariamente, 6 dias por semana, fazendo hora extra. Para estes, o setor do trabalho formal os dá mais segurança e garantia do que os empregadores cumprirão com o contrato, pagando pelo serviço. (JOSEPH, 2017, p. 113).

Joseph (2017) coletou um relato de um haitiano, Wesley, que ilustra a questão de maneira bastante elucidativa:

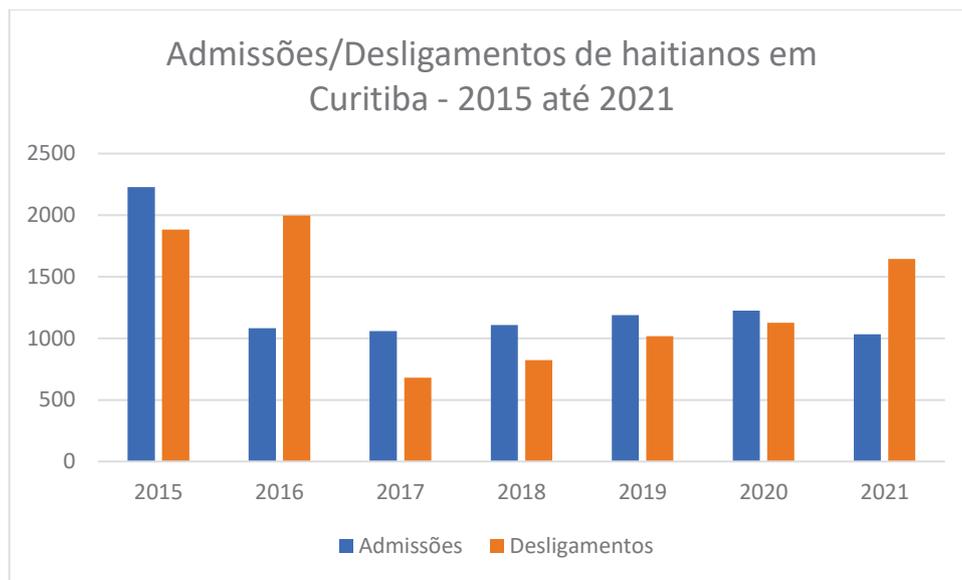
Quando a pessoa pega a sua carteira de trabalho, ela assina e faz o desconto, ela tem um valor para te dar por mês, você trabalha durante 10 dias e vai receber pelos dias trabalhados, pode ser 20 dias ou 6 meses você vai receber os dias trabalhados com os descontos, mas quando trabalha sem a carteira assinada, acho que não é uma vantagem, entendeu? Porque às vezes o cara foge, às vezes fica te devendo e se você se machucar no trabalho ninguém é responsável, porque o estado não sabe se você está trabalhando, os caras perceberam que nós não gostamos muito, não é fácil também, tem um grupo de haitianos que veio aqui e já que são pedreiros, querem que a carteira seja assinada para ganhar R\$ 1.200,00, são obrigados a trabalhar como gato, entendeu? A empresa assina a carteira, mas não é uma que o estado reconhece, é terceirizado, está prestando serviço a outra empresa, muitos fogem e conheço muita gente que sofreu esse golpe até agora não acharam ninguém para dar baixa na carteira, entendeu? Quando eu vou para uma empresa normal, viram que sua carteira está vazia, não vão assinar como especialista mas como ajudante, se eu for trabalhar como informal vou ficar de dois a três meses depois vou embora, então vou numa empresa normal, entendeu? Tem tanta gente que fala mal do trabalho informal que ninguém se interessa mais (Junho de 2015, Brasília) (JOSEPH, 2017, p. 103).

Ora, participantes do setor formal ou não, muitos imigrantes perderam seus empregos durante a crise que se inicia em 2015 (CAGED, 2016; RAIS, 2019), (como mostram os relatórios do OBMIgra, cujos dados sintetizamos nos gráficos 1 e 2 abaixo) e alguns anos depois enfrenta-se o impacto imediato representado pela pandemia: nos dados coletados por Fernandes et al, (2020, p. 56)

dos 1.184 migrantes pesquisados²¹ que trabalhavam, apenas 624 conseguiram se manter em seus empregos, dentre os quais destacam-se os inseridos nos setores de serviços e agroindústria (FERNANDES et al., 2020, p. 63).

Por outro lado, alguns migrantes buscam por maior qualificação através da continuidade dos estudos. Entre os haitianos (inclusive entre beneficiários do PBF), é perceptível que não se constituem como um todo enquanto mão de obra pouco qualificada (OLIVEIRA, 2016; FERNANDES, 2016). Pelo contrário, Fernandes demonstra que muitos possuem cursos técnicos, graduação ou ensino médio completo. Baeninger et al. (2020), demonstram que muitos migrantes continuam a buscar por qualificação quando chegam ao Brasil, iniciando-se em cursos técnicos, graduações ou continuando os estudos iniciados no país de origem.

GRÁFICO 1: ADMISSÕES/DESLIGAMENTOS DE HAITIANOS EM CURITIBA - 2015 ATÉ 2021



Fonte: Elaborado pelo autor com dados da Base de Dados OBMigra – Base CAGED. Disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public/bases/caged>

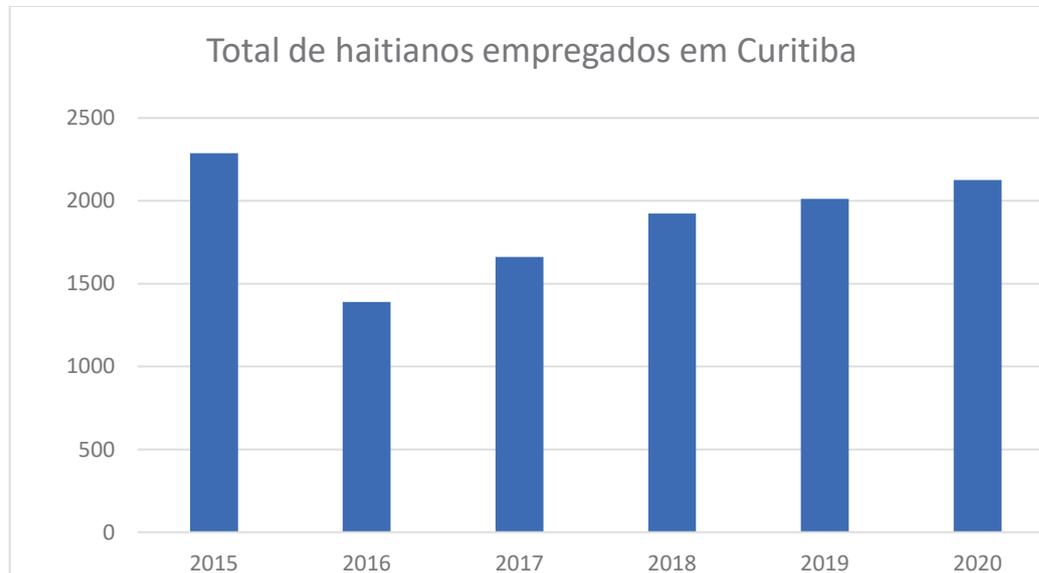
Uma primeira questão evocada por este gráfico é atinente ao marco temporal nele contido. Por que começar esta análise especificamente em 2015? Os primeiros sinais claros de retração econômica no Brasil datam do segundo trimestre de 2014 (BARBOSA, 2017; OREIRO, 2017),

²¹ Pesquisa realizada no livro “Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil”. Os pesquisadores ouviram uma série de migrantes no Brasil inteiro, e mediram o impacto da pandemia na inserção laboral e no acesso a programas sociais dos migrantes.

precedidos por um período de expansão econômica (2004 – 2013) (PAULA e PIRES, 2017). Este é um ponto de inflexão central da migração haitiana no Brasil, uma vez que a imagem do Brasil no cenário internacional ainda é reflexo do período de expansão econômica iniciado em 2004. Para os haitianos, essa reputação internacional conferida ao Brasil tem sido o maior fator de atração ao país, juntamente com a facilidade de regularização migratória (BUTIKOFER e SILVA, 2021). Portanto, é a partir do ano de 2015 que estes migrantes se encontram numa espécie de zona cinzenta, uma vez que de maneira geral não se sabe muito a respeito da crise, e a imagem de prosperidade do país ainda domina em cenário internacional.

Dessa forma, no gráfico com os números de demissão/admissão ano a ano que começam em 2015 e terminam em 2021, podemos perceber dois momentos críticos nos quais os desligamentos de haitianos superaram as admissões: os anos de 2016 e 2021. Existe aqui um certo atraso nos dados e as demissões iniciadas em 2015 tem grande impacto nos números de 2016, perceptível principalmente no estoque de trabalhadores, que diminui vertiginosamente, vide gráfico:

GRÁFICO 2: TOTAL DE HAITIANOS EMPREGADOS EM CURITIBA



FONTE: Elaborado pelo autor com dados disponíveis no DataMigra. Acesso em: 15/12/2022. Disponível em: <https://datamigra.mj.gov.br/#/public>

Para que possa se ter uma noção mais precisa do impacto da pandemia nessas demissões, vale olhar para uma análise mês a mês, na qual fica perceptível um aumento nas demissões depois das medidas de distanciamento, vide tabela:

TABELA 2: HAITIANOS ADMITIDOS/DEMITIDOS EM CURITIBA

Mês de movimentação	Total		
	Admitidos	Demitidos	Saldo
Janeiro/2020	132	72	60
Fevereiro/2020	107	114	- 7
Março/2020	104	164	- 60
Abril/2020	13	123	- 110
Maio/2020	38	83	- 45
Junho/2020	76	72	4
Julho/2020	106	48	58
Agosto/2020	109	59	50
Setembro/2020	105	97	8
Outubro/2020	143	102	41
Novembro/2020	177	72	105
Dezembro/2020	114	120	- 6
Janeiro/2021	141	127	14
Fevereiro/2021	95	141	- 46
Março/2021	101	103	- 2
Abril/2021	67	102	- 35
Maio/2021	92	125	- 33
Junho/2021	64	160	- 96
Julho/2021	82	201	- 119
Agosto/2021	82	222	- 140
Setembro/2021	87	197	- 110
Outubro/2021	62	116	- 54
Novembro/2021	91	75	16
Dezembro/2021	69	75	- 6

Fonte: Dados concedidos pelo OBMigra.

TABELA 3: HAITIANOS ADMITIDOS/DEMITIDOS EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS.

Mês de movimentação	Total		
	Admitidos	Demitidos	Saldo
Janeiro/2020	13	17	- 4
Fevereiro/2020	15	15	0
Março/2020	15	13	2
Abril/2020	1	12	- 11
Maiο/2020	2	10	- 8
Junho/2020	5	3	2
Julho/2020	3	4	- 1
Agosto/2020	9	9	0
Setembro/2020	11	8	3
Outubro/2020	12	10	2
Novembro/2020	3	6	- 3
Dezembro/2020	18	3	15
Janeiro/2021	11	11	0
Fevereiro/2021	23	19	4
Março/2021	11	12	- 1
Abril/2021	13	13	0
Maiο/2021	7	21	- 14
Junho/2021	11	14	- 3
Julho/2021	13	22	- 9
Agosto/2021	7	28	- 21
Setembro/2021	14	12	2
Outubro/2021	9	13	- 4
Novembro/2021	7	10	- 3
Dezembro/2021	6	9	- 3

Fonte: Dados concedidos pelo OBMigra.

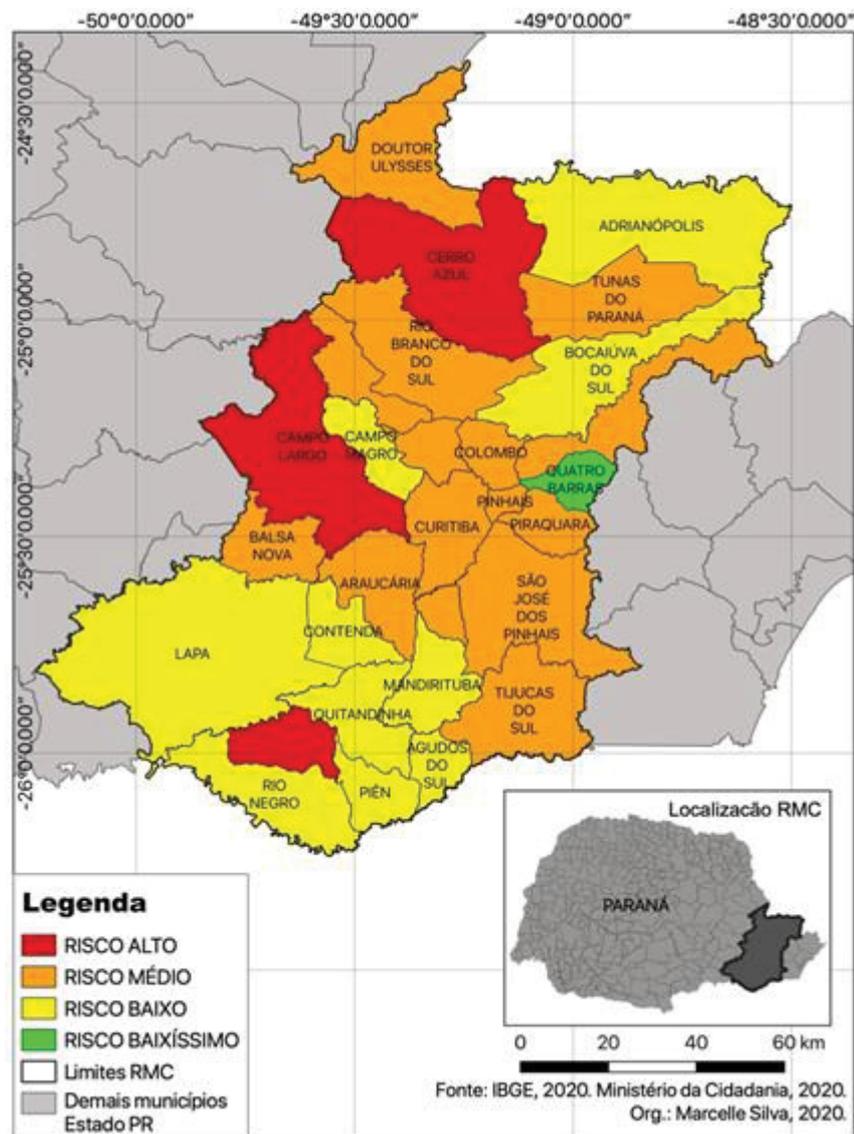
O papel da crise sanitária nessas demissões fica bastante evidente, visto que é justamente a partir de março e abril, quando a OMS caracteriza o COVID como pandemia (OPAS, 2020) e as primeiras medidas de contenção do vírus são anunciadas, que os números de demitidos aumentam. É necessário ressaltar, contudo, que de maneira geral esses números se amenizam com o passar do ano. Aponta-se, inclusive, que a nível de Brasil (levando em consideração toda a população brasileira) houve um aumento repentino de demissões, e, nos meses subsequentes, com o afrouxamento das

recomendações sanitárias, um aumento de admissões, ainda que insuficientes para reparar o desemprego deixado pela pandemia (OIT, 2021). No entanto, essa tendência de volta de empregos durou pouco, e estas perdas de 2020 não se constituem como o maior marco de demissões nos últimos anos. Como pode-se ver, o final de 2021 foi muito mais brutal para os migrantes.

Ressalta-se, ainda, que de maneira geral essa foi uma tendência no Brasil inteiro (em abril de 2020 houveram 1.646.841 demissões e apenas 665.007 admissões). No Paraná, foram 113.842 demissões e 50.718 admissões, enquanto no município de Curitiba houveram 33.769 demissões e 12.954 admissões. No entanto, o que chama a atenção e traz à tona a colocação de Cavalcanti (2016) já trazida anteriormente, segundo a qual migrantes, em momentos de crise, são os primeiros a serem demitidos e tem mais dificuldade de se empregar, é que o saldo de admissões e demissões de migrantes haitianos em Curitiba no mês de abril é de quase dez demitidos para um admitido (123 demitidos e 13 admitidos). No Brasil, contudo, a mesma proporção não se repete: proporcionalmente, haitianos ficaram com uma média de 2,2 demissões para cada admissão e a população total do país ficou com 2,4 demissões para cada admissão. Já a população paranaense ficou com uma média de 2,2 admissões para cada contratação, enquanto os haitianos no estado ficaram com 2,8. Ou seja, no Paraná e em Curitiba, o saldo negativo de admissões/contratações de haitianos supera, por pouco, a média nacional. Se destaca, contudo, que depois dos primeiros meses de 2020 houve saldo positivo. A piora acontece de fato em 2021, quando tornam-se mais perceptíveis as consequências da crise da Covid aliada a recessão econômica precedente.

Apesar de não ser uma diferença abissal, é significativa, e corrobora com o ponto colocado anteriormente que ressalta Curitiba como uma localidade importante nos estudos relacionados a migração haitiana, claro, esclarecendo que a proteção social não se resume ao desemprego. Aliás, a centralidade da metrópole e uma maior aglutinação no centro fica ainda mais evidente quando vemos os baixos números de emprego/desemprego no setor formal nas cidades da Região Metropolitana de Curitiba. Para que se tenha uma noção das divisões geográficas da RMC, bem como para demonstrar um panorama geral da proteção social nessa região, observemos o seguinte mapa.

FIGURA 1: MAPA DE PROTEÇÃO SOCIAL DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA



Fonte: Observatório das Metrôpoles. Elaborado por Marcelle Silva. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrópoles.net.br/wp-content/uploads/2020/07/Figura-2-%E2%80%93-Classifica%C3%A7%C3%A3o-do-%C3%8Dndice-de-Prote%C3%A7%C3%A3o-Social-Regi%C3%A3o-Metropolitana-de-Curitiba.jpg>

Para explicar rapidamente o conteúdo do mapa, a rede de proteção social categoriza a quantidade de famílias em vulnerabilidade e, conseqüentemente, o grau de demanda por assistência social por territórios; nesse caso representados pelas cidades contidas na RMC, pela métrica do *risco*.

Quanto mais alto o risco, maior a demanda por proteção social. Observa-se agora a situação de emprego dos municípios representados no mapa que pertencem à região limítrofe de Curitiba. As tabelas foram separadas pelo tamanho do contingente de trabalhadores: São José dos Pinhais tem números maiores, Araucária, Colombo e Pinhais ficaram no meio termo e Almirante Tamandaré, Campo Magro, Campo Largo e Piraquara quase não possuem haitianos trabalhando no setor formal.

TABELA 4: HAITIANOS ADMITIDOS/DEMITIDOS EM ARAUCÁRIA, COLOMBO E PINHAIS DA ESQUERDA PARA A DIREITA.

Mes de movime nto	Total			Mes de movime nto	Total			Mes de movime nto	Total		
	Admitido:	Demitido:	Saldo		Admitido:	Demitido:	Saldo		Admitido:	Demitido:	Saldo
Janeiro/ 2020	7	2	5	Janeiro/ 2020	9	5	4	Janeiro/ 2020	15	3	12
Fevereiro/ 2020	6	4	2	Fevereiro/ 2020	4	8	-4	Fevereiro/ 2020	12	10	2
Março/2 020	1	4	-3	Março/2 020	4	6	-2	Março/2 020	18	9	9
Abril/20 20	2	0	2	Abril/20 20	2	11	-9	Abril/20 20	1	13	-12
Maior/20 20	1	1	0	Maior/20 20	0	3	-3	Maior/20 20	5	5	0
Junho/2 020	1	5	-4	Junho/2 020	5	6	-1	Junho/2 020	5	5	0
Julho/20 20	1	2	-1	Julho/20 20	2	2	0	Julho/20 20	8	10	-2
Agosto/ 2020	2	2	0	Agosto/ 2020	15	7	8	Agosto/ 2020	14	5	9
Setembr o/2020	5	3	2	Setembr o/2020	8	2	6	Setembr o/2020	14	7	7
Outubro /2020	2	3	-1	Outubro /2020	8	5	3	Outubro /2020	8	8	0
Novemb ro/2020	2	4	-2	Novemb ro/2020	12	5	7	Novemb ro/2020	10	2	8
Dezemb ro/2020	6	2	4	Dezemb ro/2020	5	7	-2	Dezemb ro/2020	2	4	-2
Janeiro/ 2021	4	2	2	Janeiro/ 2021	7	10	-3	Janeiro/ 2021	12	8	4
Fevereiro/ 2021	3	2	1	Fevereiro/ 2021	5	8	-3	Fevereiro/ 2021	10	14	-4
Março/2 021	1	8	-7	Março/2 021	2	11	-9	Março/2 021	7	12	-5
Abril/20 21	1	6	-5	Abril/20 21	6	6	0	Abril/20 21	4	11	-7
Maior/20 21	5	7	-2	Maior/20 21	5	7	-2	Maior/20 21	1	11	-10
Junho/2 021	5	6	-1	Junho/2 021	0	14	-14	Junho/2 021	6	11	-5
Julho/20 21	8	14	-6	Julho/20 21	0	7	-7	Julho/20 21	9	15	-6
Agosto/ 2021	1	10	-9	Agosto/ 2021	5	10	-5	Agosto/ 2021	10	17	-7
Setembr o/2021	5	6	-1	Setembr o/2021	1	7	-6	Setembr o/2021	5	13	-8
Outubro /2021	2	2	0	Outubro /2021	1	4	-3	Outubro /2021	1	9	-8
Novemb ro/2021	4	1	3	Novemb ro/2021	0	2	-2	Novemb ro/2021	8	10	-2
Dezemb ro/2021	4	1	3	Dezemb ro/2021	2	2	0	Dezemb ro/2021	10	6	4

Fonte: Tabela com dados do SISMigra, formulada pelo OBMigra e disponibilizada ao autor pelo OBMigra.

TABELA 5: HAITIANOS ADMITIDOS/DEMITIDOS EM ALMIRANTE TAMANDARÉ, CAMPO MAGRO, CAMPO LARGO E PIRAQUARA, DA ESQUERDA PARA A DIREITA.

Mes de movimento	Total														
	Admitido	Demitido	Saldo												
Janeiro/2020	x	0	x	Janeiro/2020	0	0	0	Janeiro/2020	0	1	-1	Janeiro/2020	3	1	2
Fevereiro/2020	0	x	x	Fevereiro/2020	0	0	0	Fevereiro/2020	3	1	2	Fevereiro/2020	0	1	-1
Março/2020	0	x	x	Março/2020	0	0	0	Março/2020	3	1	2	Março/2020	0	2	-2
Abril/2020	0	x	x	Abril/2020	0	0	0	Abril/2020	3	0	3	Abril/2020	4	1	3
Maior/2020	0	0	0	Maior/2020	0	0	0	Maior/2020	0	0	0	Maior/2020	1	0	1
Junho/2020	0	0	0	Junho/2020	0	0	0	Junho/2020	5	0	5	Junho/2020	0	2	-2
Julho/2020	0	0	0	Julho/2020	0	0	0	Julho/2020	5	0	5	Julho/2020	1	0	1
Agosto/2020	x	x	x	Agosto/2020	x	0	x	Agosto/2020	7	2	5	Agosto/2020	2	1	1
Setembro/2020	x	0	x	Setembro/2020	0	0	0	Setembro/2020	6	2	4	Setembro/2020	3	0	3
Outubro/2020	x	x	0	Outubro/2020	0	0	0	Outubro/2020	4	1	3	Outubro/2020	2	3	-1
Novembro/2020	x	0	x	Novembro/2020	0	0	0	Novembro/2020	3	1	2	Novembro/2020	1	7	-6
Dezembro/2020	0	0	0	Dezembro/2020	0	0	0	Dezembro/2020	0	6	-6	Dezembro/2020	1	3	-2
Janeiro/2021	1	1	0	Janeiro/2021	1	0	1	Janeiro/2021	2	1	1	Janeiro/2021	3	4	-1
Fevereiro/2021	2	2	0	Fevereiro/2021	0	x	x	Fevereiro/2021	2	3	-1	Fevereiro/2021	1	2	-1
Março/2021	0	0	0	Março/2021	0	0	0	Março/2021	1	4	-3	Março/2021	0	1	-1
Abril/2021	5	0	5	Abril/2021	1	x	x	Abril/2021	1	1	0	Abril/2021	0	0	0
Maior/2021	1	2	-1	Maior/2021	0	x	x	Maior/2021	2	2	0	Maior/2021	1	2	-1
Junho/2021	1	3	-2	Junho/2021	1	x	x	Junho/2021	3	3	0	Junho/2021	2	2	0
Julho/2021	0	2	-2	Julho/2021	0	0	0	Julho/2021	4	7	-3	Julho/2021	4	1	3
Agosto/2021	0	4	-4	Agosto/2021	1	0	1	Agosto/2021	3	8	-5	Agosto/2021	3	2	1
Setembro/2021	0	2	-2	Setembro/2021	1	x	x	Setembro/2021	2	6	-4	Setembro/2021	1	4	-3
Outubro/2021	1	0	1	Outubro/2021	5	0	5	Outubro/2021	4	3	1	Outubro/2021	0	0	0
Novembro/2021	2	0	2	Novembro/2021	0	0	0	Novembro/2021	0	3	-3	Novembro/2021	1	1	0
Dezembro/2021	2	0	2	Dezembro/2021	2	0	2	Dezembro/2021	1	5	-4	Dezembro/2021	0	3	-3

Fonte: Tabela com dados do SISMigra, formulada pelo OBMigra e disponibilizada ao autor pelo OBMigra.

No presente momento, a situação dos municípios da região metropolitana de Curitiba diz pouco, em virtude da amostragem muito baixa. Mesmo São José dos Pinhais, o maior município da RMC e com maior presença de haitianos no setor formal de trabalho possui números pouco expressivos de emprego/desemprego. Aqui existem alguns aspectos fundamentais que precisam ser levados em consideração: Os haitianos tem preferência pelo trabalho formal e procuram por estes trabalhos ativamente (CAVALCANTI e TONHATI, 2016, p. 103). Por outro lado, Cavalcanti e Tonhati (2016) apontam que “em um país em que os nacionais possuem uma alta taxa de trabalho informal, há uma grande possibilidade que os imigrantes também exerçam esse tipo de atividade” (CAVALCANTI, TONHATI, 2016, p. 144). Além destes dois fatores, os dados da PNAD contínua de 2019 apontam para o dado de que quanto mais longe da metrópole menor são os números de desempregados e maior é a incidência de trabalho informal. Contudo, o mesmo não necessariamente vale na oposição entre formalidade e informalidade na comparação entre região metropolitana e metrópoles. Há uma grande concentração de trabalhadores informais em Curitiba, principalmente em virtude da crescente de aplicativos e serviços como Uber e Ifood, e grande presença de feiras ao ar livre, vendedores ambulantes, camelôs, entre outros.

Esta questão do trabalho formal ou informal é importante não apenas em virtude dos benefícios inerentes ao trabalho formal (FGTS, salário maternidade, férias, décimo terceiro salário, entre outros), mas porque a preferência dos haitianos pelo trabalho formal faz todo o sentido: o trabalho formal no Brasil paga salários substancialmente maiores (IBGE, 2014). Para se ter uma ideia, segundo os dados do IBGE (2014), a média de salário na informalidade para indivíduos com mais de 16 anos era de R\$: 1.093,00, enquanto que na formalidade a média girava em torno de R\$: 1.921,00. Trata-se, portanto, de uma diferença substancial.

Como o setor formal constitui-se como o ponto de inflexão central nessa análise laboral, não alongar-se-á essa discussão a respeito da informalidade. Contudo, trata-se de um assunto que necessita de exames mais aprofundados por parte da literatura, uma vez que os migrantes nela inseridos também estão sujeitos a invisibilização. O fato é que infelizmente sabe-se muito pouco a respeito da inserção laboral migrante no trabalho informal; isso se constitui como uma lacuna nos estudos migratórios (OLIVEIRA e OLIVEIRA, 2020).

Dito isso, em que trabalham os haitianos no setor formal? Quais são os principais cargos que ocupam? Vale destacar que cargo ou posto de trabalho de uma pessoa pode impactar significativamente sua proteção social, seja através do acesso a benefícios e serviços sociais ou da exclusão desses sistemas de proteção (OIT, 2015). Além disso, é interessante observar que as demissões que acometem esses migrantes têm grande variação quando se leva em conta setores específicos. Na cidade de Curitiba, a área com mais contratações e demissões é a de trabalhadores

dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados. Como se pode ver pelo gráfico nos meses de março à julho, trata-se de uma área que fortemente afetada pela pandemia, mais do que, por exemplo, trabalhadores da produção de bens e serviços industriais, compostos principalmente por haitianos na construção civil. Vejamos:

TABELA 6: HAITIANOS ADMITIDOS/DEMITIDOS POR SETOR EM CURITIBA

Mês de movimentação	Total			4 - Trabalhadores de serviços administrativos			5 - Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados			7 - Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais		
	Admitidos	Demitidos	Saldo	Admitidos	Demitidos	Saldo	Admitidos	Demitidos	Saldo	Admitidos	Demitidos	Saldo
Janeiro/2020	132	72	60	8	6	2	62	44	18	49	20	29
Fevereiro/2020	107	114	- 7	9	9	0	60	49	11	35	43	- 8
Março/2020	104	164	- 60	8	9	- 1	66	103	- 37	21	44	- 23
Abril/2020	13	123	- 110	0	10	- 10	8	81	- 73	4	28	- 24
Mai/2020	38	83	- 45	0	1	- 1	10	52	- 42	11	23	- 12
Junho/2020	76	72	4	5	5	0	17	31	- 14	30	18	12
Julho/2020	106	48	58	13	3	10	14	19	- 5	52	22	30
Agosto/2020	109	59	50	13	2	11	23	20	3	36	13	23
Setembro/2020	105	97	8	13	12	1	27	27	0	47	42	5
Outubro/2020	143	102	41	16	6	10	54	47	7	46	28	18
Novembro/2020	177	72	105	27	4	23	66	29	37	73	18	55
Dezembro/2020	114	120	- 6	10	16	- 6	45	46	- 1	32	50	- 18
Janeiro/2021	141	127	14	17	9	8	52	51	1	51	43	8
Fevereiro/2021	95	141	- 46	9	16	- 7	39	67	- 28	37	48	- 11
Março/2021	101	103	- 2	11	10	1	36	49	- 13	45	26	19
Abril/2021	67	102	- 35	4	10	- 6	29	48	- 19	25	32	- 7
Mai/2021	92	125	- 33	4	12	- 8	49	61	- 12	35	41	- 6
Junho/2021	64	160	- 96	3	11	- 8	28	62	- 34	31	57	- 26
Julho/2021	82	201	- 119	3	18	- 15	37	99	- 62	36	58	- 22
Agosto/2021	82	222	- 140	8	18	- 10	46	112	- 66	22	68	- 46
Setembro/2021	87	197	- 110	10	14	- 4	43	90	- 47	28	74	- 46
Outubro/2021	62	116	- 54	7	11	- 4	32	55	- 23	20	39	- 19
Novembro/2021	91	75	16	9	4	5	41	37	4	34	30	4
Dezembro/2021	69	75	- 6	2	4	- 2	45	39	6	19	28	- 9

Fonte: Tabela com dados do SISMigra, formulada pelo OBMigra e disponibilizada ao autor pelo OBMigra.

Em resumo, os dados laborais apontam para um saldo negativo de contratações e demissões e a falta de trabalho formal gera insegurança financeira, falta de acesso a direitos trabalhistas e, no geral, dificulta as possibilidades de planejamento e estabilidade. Tratam-se de fatores que reforçam a importância dos programas de transferência de renda e de proteção social. Dessa forma, uma vez traçado este panorama da situação laboral dos migrantes haitianos em Curitiba, volta-se agora a atenção para a proteção social e para as políticas de transferência de renda. É evidente que muitos haitianos passaram por situações difíceis, principalmente após a eclosão da pandemia, e o principal causador dessas dificuldades foi a falta de oportunidade no mercado de trabalho formal. No próximo

subcapítulo, se discorre brevemente sobre como as políticas públicas de transferência de renda são um direito inalienável do migrante que se aplica as condicionalidades dos benefícios a partir dos textos de suas legislações, para que mais tarde, no capítulo 3, se elucide a situação destes benefícios para os haitianos em Curitiba, na RMC e no Brasil.

3. PROTEÇÃO SOCIAL E HAITIANOS: ASSISTÊNCIA SOCIAL E CADASTRO ÚNICO

3.1 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA: UM DIREITO DO IMIGRANTE NO BRASIL

Antes de se dar início a este capítulo, é preciso que algumas distinções e mapeamentos fiquem claros ao leitor, com relação aos programas analisados nesta pesquisa. Como possuem diferenças sutis, nomes parecidos, condicionalidades semelhantes e, por vezes, até valores aproximados uns dos outros, pode ser fácil confundir-se. Para que essa questão fique melhor organizada, lança-se mão de um quadro comparativo demonstrando mais ilustrativamente as particularidades e características dos programas.

QUADRO 1 - PARTICULARIDADES E CARACTERÍSTICAS DOS PROGRAMAS

	Auxílio Emergencial	Bolsa Família/Novo Bolsa Família	Auxílio Brasil
Data de vigência	Abril de 2020 – outubro de 2021	2004 – 2021 / 2023 – em diante	2021 -2022
Último valor mínimo vigente	200 reais – por pessoa ²² .	600 reais por família.	600 reais por família.
Última condicionalidade salarial vigente (valor máximo da renda per capita na família para poder receber)	Renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo e renda familiar mensal total de até três salários mínimos.	218 reais mensais per capita.	218 reais mensais per capita.
Abrangência (quantidade de pessoas em que chegou)	Cerca de 68,3 milhões de pessoas.	Cerca de 54,3 milhões de pessoas	Cerca de
Orçamento anual ²³ (último ano de vigência)	63,9 bilhões de reais	70 bilhões de reais	89 bilhões de reais
Meio de distribuição	Aplicativo próprio e Cadastro Único	Cadastro Único	Cadastro Único

Fonte: Autor.

²² Vale destacar que o Auxílio Emergencial foi distribuído por pessoa e teve este valor no final de sua vigência. No início, o valor distribuído foi de 600 reais por pessoa.

²³ Esses orçamentos não necessariamente foram cumpridos e não refletem com exatidão o investimento anual nos programas.

Colocadas e esclarecidas estas diferenças, discute-se agora a questão de como estas políticas públicas se configuram no caso de migrantes. As migrações internacionais são permeadas por dificuldades e barreiras, nas quais estão contidas leis, burocracias e complexidades que, de maneira geral, são apreendidas e manejadas na prática pelos migrantes, à medida que vão adquirindo experiência e conhecimento dos processos enquanto os deparam em seu cotidiano (LANZA et al., 2017). Para organizar, facilitar, sistematizar e evitar a vulnerabilização dos indivíduos contidos nestes processos, a implantação de políticas públicas migratórias nacionais é fundamental. Para Souza et al. (2020) existem quatro momentos no processo migratório que devem ser levados em consideração na construção e consolidação de políticas públicas pensadas para migrantes: saída do país de origem; passagens pelos países de trânsito; chegada ao país destino e permanência nele. Na saída, o migrante deixa muito para trás; despede-se daquilo que lhe é familiar, amigos, família, seu lar, e lança-se em direção à muitas incertezas, depois de abandonar um ambiente que, via de regra, era composto por uma diversidade de condições precárias (SOUZA et al., 2020), como definitivamente é o caso do Haiti. Tratam-se de fatores que amplificam a situação de vulnerabilidade de indivíduos já desfavorecidos financeiramente.

No âmbito legislativo, muitos países dificultam a entrada e a circulação de imigrantes, o que torna o processo ainda mais difícil e propenso a vulnerabilizar o indivíduo (SOUZA et al., 2020). Este fator, contudo, não corresponde à realidade particular do Brasil; a legislação de imigração brasileira é bastante leniente, e como veremos neste capítulo, passou por uma mudança importante no ano de 2017, tornando-se alinhada aos princípios da Constituição Federal de 1988. Levando em consideração esses fatores, todavia, é necessário pontuar que o Brasil se trata de um país paradoxal: aberto para fluxos migratórios, mas sem políticas públicas migratórias concisas e consistentes (SOUZA et al., 2020). Ainda, para Souza et al. (2020), as restrições orçamentárias geradas por fases recessivas da economia também contribuem para a morosidade do Estado brasileiro neste aspecto.

No âmbito da assistência social a questão não é muito diferente. Ou seja, não existem leis e direitos diretamente institucionalizados pelo Estado brasileiro voltados especificamente aos migrantes (LANZA et al., 2018), apesar de isso não ser necessariamente um problema em si mesmo, uma vez que existem alguns fatores na legislação brasileira que garantem com que políticas que não são precisamente pensadas para migrantes se estendam para esta população. Tratam-se de leis e direitos que se aplicam a qualquer cidadão brasileiro, e, levando em consideração que qualquer política pública no Brasil deve ter seus princípios amparados pelas diretrizes da Constituição Federal de 1988, toda e qualquer lei de assistência social deve obedecer ao Art. 5º, que institui a igualdade entre estrangeiros e brasileiros em seus direitos.

É necessário, portanto, que na formulação de uma política pública seja construído um arcabouço legislativo que possa dar estrutura e segurança jurídica para o atendimento da demanda por assistência social, respeitando os princípios de universalidade de Constituição Brasileira. Como veremos, de maneira breve, imigrantes tem direito a participar de programas de transferência como qualquer brasileiro e estão submetidos às mesmas condicionalidades e processos. Isso pode ser demonstrado de maneira objetiva a partir do exame de duas leis: uma que esclarece os princípios de universalidade da assistência social, a Lei 2003, 8.742 (Lei Orgânica da Assistência Social), popularmente conhecida como LOAS; e outra que versa diretamente sobre o direito dos migrantes frente a diversos âmbitos, sejam estes políticos, econômicos, sociais e, mais importantemente para este trabalho, perante a assistência social: trata-se da Lei 2017, 13.445 (Lei de Migração).

3.1.2. Lei n. 8.742 de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social)

A Lei n. 8.742 de 7 de dezembro de 1993 (Lei Orgânica da Assistência Social) não possui parágrafos que contemplem imigrantes de maneira específica. No entanto, o valor central contido em seu texto é o da universalidade do direito à assistência social ao indivíduo em vulnerabilidade, o que, evidentemente, engloba estrangeiros nesta condição (OLIVEIRA, 2017).

Uma das funções práticas centrais dessa lei é concretizar a assistência social enquanto um direito reclamável, em algo tangível e estável, o que é central para indivíduos em situação de vulnerabilidade, pois lhes garante maior segurança. Esse princípio é evidenciado no art. 5º da Lei, que define como diretriz da assistência social “a primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo” (BRASIL, 1993). Dessa forma, em 1993, o Estado passa a ser responsabilizado, nos termos da lei, como o protagonista na assistência social, possuindo assim, o papel central, mas não hegemônico.

Dessa maneira, a junção à constituição, a LOAS se constituía, previamente à formalização da Lei da Migração de 2017, como o aparato jurídico central para a fundamentação da assistência social enquanto um direito do imigrante. Em conformidade com esses aspectos, no Art. 1º da LOAS, está disposto: “A assistência social, **direito do cidadão e dever do Estado**, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de **iniciativa pública e da sociedade(...)**” (BRASIL, 1993; grifos do autor). Portanto, uma das

funções centrais dessa Lei é distanciar a assistência social do assistencialismo, da filantropia e da iniciativa privada (MESTRINER, 2005).

Este distanciamento constitui-se como fator central na formação histórica do Bolsa Família, uma vez que, em sua gênese e em boa parte de seu desenvolvimento no Brasil durante o século XX, a assistência social apresentava um caráter puramente assistencialista, em detrimento de se configurar a partir da lógica dos direitos (MESTRINER, 2005). Para colocar essa problemática nos termos deste trabalho, explica-se que a vulnerabilidade do imigrante não se constitui exclusivamente na fragilidade econômica, mas reside, também, em dificuldades informacionais e culturais, causadas tanto pelos aspectos objetivos circunscritos à pobreza, como problemas para pagar as contas, quanto por aspectos que possuem uma maior gama de nuance, como diferenças que podem resultar em compreensões atravessadas de figuras de linguagem entre outros entraves de comunicação, e em dificuldades de lidar com burocracias e documentações que operam sob outra lógica e em uma língua com a qual o indivíduo não possui familiaridade. A constituição da Assistência Social como responsabilidade do Estado, com garantias ancoradas por leis e direitos humanos, devem funcionar, dessa forma, como pilares de sustentação para que o imigrante apresente maiores probabilidades de contornar estas barreiras (LANZA, 2018).

O principal dispositivo do Bolsa Família para tal deve ser a incorporação desse indivíduo no mercado de trabalho, o que já acontece em muitos casos na população brasileira. Como demonstrado por Santos et al. (2017), o Bolsa Família aumenta a probabilidade de manutenção do beneficiário no emprego de 7% a 10% e, como evidenciado pelo crescente número de pedidos de desligamento (11 mil de janeiro a julho de 2019)²⁴, incentiva o beneficiário desempregado a procurar emprego, não só oferecendo condições básicas de subsistência, mas o colocando em maior contato com a formalidade e com oportunidades empregatícias através do Cadastro Único, que possui, por sua vez, programas como o Progredir, que visam oferecer ocupações aos cadastrados. Este tipo de dinâmica só se torna possível uma vez que a seguridade social no Brasil passa a operar sob a lógica do direito (MESTRINER, 2005).

Para colocar em termos comparativos, pensando, para tanto, no imigrante como um indivíduo que antes é emigrante (SAYAD, 1998); no Haiti, por outro lado, o sistema de proteção social ainda se encontra em estágio embrionário. Além da criação tardia em relação a outros países da América

²⁴ Informação disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-07/mais-de-11-mil-familias-pediram-desligamento-do-bolsa-familia-em-2019> - Acesso em 28/11/2019.

Latina e Caribe (SILVA, 2015, p. 147), o sistema não opera, em sua totalidade, sob a lógica do direito constituído:

Even if the State can assume the role of direct provider of social protection through specialized public institutions, it can also delegate that function. Delegation can be done with privatization policies or by transferring the responsibility of protection to families. Another type of delegation is transferring responsibilities to non-profit private organizations, including tacit laissez-faire agreements. (LAMAUTE-BRISSON, 2015, p. 7).

No Haiti, portanto, constata-se o mesmo problema que podia ser constatado no Brasil quando o sistema de seguridade social se encontrava em desenvolvimento em meados do século XX: delegação de responsabilidades por parte do Estado, envolvimento promíscuo do setor privado²⁵ e acordos tácitos com OSCs. Sem tirar nem pôr, todas essas práticas eram recorrentes por aqui, segundo Mestriner (2005). Segundo Silva (2015), essa situação permanece até hoje. Por outro lado, as políticas públicas de transferência de renda mudaram de forma substancial no ano de 2020, principalmente em virtude da pandemia. O surgimento do Auxílio Emergencial se constituiu como a maior novidade até agora, e por isso se categoriza enquanto fenômeno ao qual deve-se voltar uma atenção particular.

3.1.3. Auxílio Emergencial

A gravidade da Covid-19 em pessoas com comorbidades, especialmente idosos e doentes crônicos, bem como o conhecido poder de contágio da doença fizeram com que a OMS (Organização Mundial da Saúde) decretasse, em 30 de janeiro de 2020, emergência de saúde pública de interesse internacional. Cerca de dois meses depois, em 11 de março de 2020, a OMS decretou que o contágio do vírus se tornara pandêmico (com transmissão de pessoa para pessoa em escala intercontinental) (MARINS et al, 2021).

Especulava-se, no início de 2020, que tipo de impacto o vírus haveria de causar no Brasil, principalmente quando se leva em consideração o adensamento populacional nas comunidades carentes, o costume brasileiro de contato físico, como beijos, abraços e apertos de mão com colegas, amigos e familiares; além dos transportes públicos absolutamente lotados. Foram essas, entre muitas outras variáveis, que permitiam conjecturar com alguma convicção que a chegada do vírus ao Brasil

²⁵ Lamaute-Brisson (2015) argumenta que o envolvimento do setor privado na proteção social, no caso do Haiti, gera uma lógica de delegação por parte do Estado. Ou seja, o envolvimento da iniciativa privada gera inércia do Estado, uma vez que este relega a responsabilidade de proteção social para empresas e ONGs, que, por sua vez, não possuem capacidades de realizar mudanças realmente estruturais (LAMAUTE-BRISSON, 2015, p. 17).

poderia trazer resultados catastróficos à população. O ex presidente da República Jair Bolsonaro, contudo, não compartilhava destas mesmas suposições, e ao mesmo tempo que proferiu inúmeras tentativas de diminuir discursivamente a potencial letalidade do vírus, chamando-o, por exemplo, no dia 20 de março de 2020 em comunicado oficial do governo de “gripezinha”²⁶, adotou uma linha de ação anticiência iniciada no dia 12 de março, com os seguintes eventos: quando o então ministro da saúde Henrique Mandetta, orientado pelo epidemiologista Wanderson de Oliveira determinou o cancelamento de cruzeiros turísticos e a obrigatoriedade de 15 dias de isolamento para viajantes chegados do exterior ao Brasil, o ex presidente da República Jair Bolsonaro, depois de pressão promovida pelo lobby do setor do turismo, ligou para Henrique Mandetta pedindo para que o boletim contendo essas decisões fosse revogado (CALIL, 2021). Henrique Mandetta acatou a ordem do então presidente, revogando o boletim que ficou em vigor por um total de apenas duas horas (CALIL, 2021, p.37). Depois disso, uma série de demissões se sucederam no Ministério da Saúde, ao passo que surgiu uma cisão irremediável entre integrantes do Ministério e o núcleo central do governo Jair Bolsonaro (CALIL, 2021).

A consolidação pública mais efetiva da linha de ação que o governo tomaria ocorreu no dia 24 de março, quando Jair Bolsonaro fez um discurso em rede nacional abertamente negacionista (CALIL, 2021, p. 36), no qual argumentou que “o que tínhamos que conter naquele momento (início de março) era o pânico e a histeria”²⁷. Dessa maneira, para Calil (2021), não foi uma falta de estratégia e planejamento que marcou a gestão da pandemia; pelo contrário, o governo de Jair Bolsonaro adotou um planejamento claro, orquestrado e sistemático, com o intuito de promover a teoria da “imunidade de rebanho”, para que as atividades econômicas não apresentassem maiores interrupções.

O fato é que no Brasil as medidas de isolamento, apesar de adotadas e recomendadas em ambientes estudantis, empresariais e comerciais, não foram o suficiente para conter um alastramento bastante acentuado da doença (SILVA et al., 2020). Por outro lado, as medidas que foram seguidas, caracterizadas pelo fechamento de restaurantes, comércios, casas de entretenimento, escritórios, escolas entre outros, fizeram com que prevalecesse a modalidade remota, tanto da jornada de trabalho quanto da jornada de estudo. Estas mudanças impactaram sobremaneira a vida cotidiana de todos, mas o impacto entre as populações mais vulneráveis foi indiscutivelmente mais acentuado (LIMA et al., 2021). As famílias carentes foram mais expostas a doença, uma vez que nestas se percebe uma

²⁶ No dia 26 de novembro de 2020, Jair Bolsonaro negou ter chamado a Covid-19 de gripezinha. A BBC, em matéria publicada no dia 27 de mesmo mês e ano, compilou os dois momentos em que o então presidente da república se referiu à Covid-19 como gripezinha. Matéria disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em 23/08/2022.

²⁷ Frase dita por Bolsonaro em pronunciamento no dia 24/03/2020.

maior incidência de empregos essenciais; e foram as que mais tiveram dificuldades de adaptação às modalidades remotas, principalmente adotadas nas escolas, o que acentuou o problema da dupla jornada de trabalho entre as mulheres (LIMA et al., 2021).

Este cenário, dessa maneira, tornava imperativo a criação de um auxílio monetário para a manutenção de condições básicas de vida. Assim, seguindo aliás uma tendência mundial²⁸, o governo brasileiro criou o Auxílio Emergencial, um programa de transferência de renda de escala sem precedentes.

No dia 30 de março o Senado aprovou o auxílio de 600 reais. Em agosto, foram confirmadas cinco parcelas, sendo que a primeira foi paga de abril até agosto (dependendo do mês de nascimento do beneficiário e do momento em que solicitou) e a última foi paga entre novembro e dezembro. No entanto, seu valor já foi alterado: em novembro de 2021, a parcela foi de apenas 300 reais²⁹. Em 2022 o valor do Auxílio Brasil voltou a ser de 600 reais. Vale lembrar que o Auxílio Brasil atende muito menos pessoas que o Auxílio Emergencial, visto que a condicionalidade de renda per capita no núcleo familiar é mais estrita.

O Cadastro Único (CadÚnico), sobre o qual retornamos abaixo, inclusive com uma definição mais completa, é um instrumento de coleta de informações socioeconômicas e demográficas das famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade social, utilizado para seleção e inclusão em programas sociais do governo federal, e o foi um instrumento que ajudou na organização do Auxílio Emergencial, servindo de plataforma. No entanto, para quem não possui cadastro, foi criado em abril uma plataforma dedicada exclusivamente ao Auxílio Emergencial. Indivíduos ligados ao PBF devidamente cadastrados no CadÚnico recebem o auxílio automaticamente.

As necessidades e particularidades inerentes às medidas de isolamento criaram novas necessidades nos núcleos familiares, principalmente de ordem financeira. Depois de muitas deliberações, notou-se que a situação exigia novos e mais amplos sistemas de transferência de renda. Na teoria, programas como o Auxílio Emergencial já foram muito idealizados ao redor do mundo. Por exemplo, muito se fala hoje numa renda básica sem condicionalidades, famosamente defendida pelo ex-senador Eduardo Suplicy³⁰. Apesar de ser uma proposta antiga (VAN PARIJS e

²⁸ Outros 151 países reformaram, reforçaram ou criaram políticas de trabalho, seguridade e assistência social (Gentilini et al., 2020)

²⁹ O futuro do Auxílio Emergencial ainda é incerto. É provável que o programa deixe de existir até o ano que vem. O fato é que o orçamento anual, dada a amplitude do auxílio, é estimado, até o momento, em 252,2 bilhões de reais. O Bolsa Família, para fins de comparação, foi orçamentado em 2019 em cerca de 30,5 bilhões de reais.

³⁰ Para mais informações ver “Renda Básica” de Parijs e Vanderborgh com prefácio de Suplicy. Trata-se de uma proposta de renda extra direcionada a absolutamente todo cidadão, que independe de renda. Nota-se que, neste modelo, a renda é

VANDERBOGHT, 2017), ela ganhara espaço nos últimos anos, aparecendo inclusive em campanhas eleitorais de candidatos do Partido Democrata dos EUA, como Andrew Yang, que ganhou notoriedade pela defesa de uma ideia que, no contexto do país, causou controvérsia, caracterizada por setores da mídia americana como “socialismo puro”³¹.

Para Carvalho (2020), o Auxílio Emergencial, que possuiu programas análogos ao redor do mundo – inclusive nos EUA – se constitui como um grande experimento com políticas de transferência de renda de larguíssima escala. É fundamental visto que os prejuízos ao bolso dos trabalhadores ocorrido em virtude do desemprego em massa, aumentou os índices de desigualdade de forma exponencial. Para ilustrar, em concomitância com a crise, apenas no Brasil, o patrimônio de 42 bilionários entre 18 de março e 12 de julho aumentou em 34 bilhões de dólares³², segundo a Oxfam. É importante ressaltar também o papel negativo desempenhado pela agenda neoliberal do governo do ex presidente Jair Bolsonaro, que via programas de transferência de renda exclusivamente como empecilhos nas políticas de austeridade representadas pelo “teto de gastos”. A economista Laura Carvalho, por outro lado, ressalta que o Auxílio Emergencial foi essencial para diminuir índices de pobreza. No entanto, aponta que: “com o fim do auxílio e com a impossibilidade de se compatibilizar novos programas generosos de proteção social com o atual desenho do teto de gastos, essas desigualdades – que na verdade subiram, mas foram neutralizadas pelo auxílio – vão aparecer” (CARVALHO, 2020).

Já no aspecto jurídico, nas disposições do Auxílio Emergencial, instituído em forma de Decreto e Medida Provisória (Decreto Nº 10.661, de 26 de março de 2021), não existem artigos ou parágrafos com menção à migrantes ou estrangeiros. A única implicação que envolve a palavra “estrangeiro” é documental: a declaração de estrangeiro, no Art 7º, parágrafo 7, aparece como meio de verificar se o cidadão de fato vive no Brasil. Ser residente do país é condição para receber o auxílio. O mesmo é verdade nas disposições da Lei Nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, referentes à implementação do Auxílio Brasil, instituído para substituir o Bolsa Família. Tratam-se em grande medida, de disposições análogas às do Bolsa Família (Lei Nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004); a

geral, mas possui seu princípio de equidade fundado no fato de que a parte mais abastada da classe média e os ricos teriam o valor indiretamente deduzido à medida que pagam impostos. Os autores defendem que é um tipo de renda que garante maior autonomia de indivíduos e menos intermediários que, por exemplo, programas de distribuição de cestas básicas.

³¹ FONTE: <https://www.foxnews.com/politics/2020-long-shot-wants-to-give-each-adult-american-12k-per-year>

³² FONTE: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/07/27/patrimonio-dos-super-ricos-brasileiros-cresce-us-34-bilhoes-durante-a-pandemia-diz-oxfam.ghtml>

principal diferença, portanto, é apenas nominal. A mudança do nome é feita em virtude do desejo do ex presidente de “acabar com qualquer vestígio petista”³³.

Assentadas essas discussões a respeito das leis e diretrizes gerais da proteção social no Brasil, discorre-se, no próximo capítulo, sobre o sistema que unifica todos estes benefícios, para que se observe a seguir a situação dos migrantes perante a proteção social.

3.1.4. Lei n. 13.445 de 24 de maio de 2017 (Lei da Migração)

Levando em conta que até 2017 o Brasil ainda tinha uma legislação voltada para estrangeiros da ditadura militar (Lei n. 6.815 de 19 de agosto de 1980 (Estatuto do Estrangeiro)); que enquadrava o migrante como ameaça a segurança nacional (SEYFERTH, 2008), é evidente que a constituição de uma nova Lei vinha se tornando prioridade na última década (2010’), em virtude dos desafios impostos pela configuração de novos fluxos migratórios. O fato é que remendos e pequenos acertos vinham se tornando cada vez mais corriqueiros, enquanto a situação do migrante mantinha-se juridicamente ambígua em alguns sentidos. Materializa-se, não apenas mas em grande parte nos fluxos haitianos, uma série de desafios advindos de novas situações: primeiro com a necessidade emergencial de acolhimento em virtude do terremoto de 2010 no Haiti, depois com o fluxo que veio em busca de trabalho nas obras da copa do mundo, e, no ínterim e na posterioridade, haitianos que buscavam melhores condições de emprego e salário, que acabaram por ser contratados nos frigoríficos, na construção civil e em setores do comércio principalmente (RAIS, 2019). Não queremos, entretanto, dizer com isso que a nova lei foi criada unicamente em virtude da migração haitiana. Mas, com novos desafios frente essa questão, a criação de uma nova lei condizente com os princípios constitucionais do país tornava-se crescentemente importante.

Além de revogar a lei instituída pelos militares em 1980, a Lei n. 13.445 revogou também, a Lei n. 818 de 1949, do governo Dutra³⁴, que regulava a aquisição, a perda e a reaquisição da nacionalidade, e a perda de direitos políticos (BRASIL, 2017). A nova lei possui princípios progressistas e humanitários, à medida que estabelece igualdade entre nacionais e estrangeiros,

³³ Para mais informações ver: <https://fdr.com.br/2022/10/09/qual-a-principal-diferenca-entre-o-auxilio-brasil-e-o-bolsa-familia-entenda/>

³⁴ A lei de 1949, revogada em 2017, versa sobre a escolha da naturalização caso o indivíduo tenha pais estrangeiros que residam no Brasil ou pais brasileiros que residam no exterior, bem como estabelece condições para a naturalização, como, por exemplo, saber ler e escrever em português e ter condições materiais para se manter no Brasil.

repudia qualquer forma de racismo e xenofobia e garante o direito de participação integral do imigrante em qualquer tipo de política pública (BRASIL, 2017). Coloca, portanto, a participação social do imigrante em conformidade com os princípios da Constituição de 1988.

O que nos é de maior importância doravante na análise dessa Lei de 2017 são as disposições a respeito da assistência social. A Lei promove, no Art. 3º “- acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social” e, no Art. 4º “acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória;” (BRASIL, 2017). Estabelece, portanto, a promoção da igualdade entre estrangeiros e nacionais perante serviços do Estado e direitos.

A Lei de 1980 não atendia aos princípios da Constituição Federal. O principal papel da lei de 2017 é, assim, inserir o migrante nas normas constitucionais. Nos termos de Mazega e Vitória:

Pode-se afirmar que os artigos 3º e 4º da Lei de Migração são observância e extensão dos efeitos do artigo 5º da Constituição Federal de 88, tendo em vista que buscam fazer com que os direitos fundamentais e os objetivos do estado brasileiro alcancem os estrangeiros, senão vejamos: No artigo 5º, caput, da Constituição Federal o poder constituinte originário assegura o princípio da isonomia, ou seja, todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, inclusive os estrangeiros residentes no país, sendo tal princípio reforçado pelo artigo 3º, incisos I e IX da Lei número 13.445/17, ao promover a universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos com a igualdade de tratamento e oportunidade aos migrantes e seus familiares. Ainda no caput da Constituição, os direitos fundamentais à inviolabilidade, do direito à vida, à liberdade, à segurança da propriedade são tratados nos mesmos termos pelo artigo 4º, caput, da Lei de Migração. (MAZEGA e VITÓRIO, 2018, p. 5).

Dessa forma, o Art. 5 da Constituição coloca o imigrante em situação de igualdade com o brasileiro, e torna a lei de 1980 inconstitucional.

Por uma perspectiva diferente, outro aspecto que merece ser mencionado, uma vez que estamos trabalhando a relação da Lei de 2017 com a Constituição de 1988, é o da conformidade axiológica entre os dois documentos (LESSA e OBREGON 2018). Concomitantemente, as diferenças dos vocábulos empregados na Lei de 2017 são gritantes no comparativo com a Lei de 1980. Na Nova Lei, “discriminação” e “preconceito” estão sempre empregados adjacientemente à “repúdio”. De mesma forma, “Direitos humanos”, são doravante mencionados junto à “promoção” ou sinônimos. Essas palavras, empregadas pela lei recente, aparecem de forma específica na Constituição de 1988. Vemos, ainda, palavras particulares ao contexto da migração, que não aparecem na Constituição, mas fazem parte dos termos dotados por seus redatores, como “xenofobia”.

Em conclusão, a Lei de 2017 funciona, de certa forma, como o início de uma reparação histórica que há muito deveria ter começado na área jurídica. Impressiona o momento em que foi aprovada e os sujeitos por trás dessa aprovação. Mas a lei é, sem dúvidas, um grande marco na história da imigração e coloca o Brasil entre os países com leis de migração mais progressistas, junto com países como Irlanda, Austrália, Bélgica e Canadá (OLIVEIRA e SANTOS, 2015). Além disso, é de grande importância por colocar a situação migrante nos termos constitucionais e em conformidade com o Auxílio Emergencial, como analisamos no próximo subcapítulo.

Como funcionam os programas?

Como visto anteriormente, os principais programas de transferência de renda no Brasil passaram por uma série de mudanças legislativas nos últimos anos. Além disso, houveram mudanças de nomenclatura, como é o caso do Bolsa Família, que passou a se chamar Auxílio Brasil e depois voltou ao seu nome original. O fato é, que com a criação do Auxílio Emergencial em 2020, com o complexo histórico de mudanças no Bolsa Família e com novos direcionamentos dados ao programa em 2023, não seria de se estranhar se o leitor deste trabalho acabasse por ficar confuso com tantas informações esparsas e difusas. Com a finalidade de esclarecer esses pontos, utiliza-se aqui uma tabela, antes de mais nada, esclarecendo em que consiste cada programa, qual sua data de vigência, qual é a lei que o estrutura, quais as condicionalidades embutidas e qual é o valor repassado para o beneficiário.

3.2 CADÚNICO E MIGRANTES HAITIANOS: DADOS E APONTAMENTOS

3.2.1. Brasil

O CADASTRO ÚNICO

Como veremos mais pormenorizadamente, o Cadastro Único é o sistema que unifica, identifica e organiza as informações da população brasileira em situação de pobreza e extrema pobreza, bem como é responsável por organizar a distribuição de políticas de proteção social e distribuição de renda. Antes de mais nada, para que se adentre nos pormenores desse capítulo e para que a discussão possa ser dirigida para a questão das migrações, é necessário que façamos alguns apontamentos sobre o Cadastro Único, doravante CadÚnico e sobre o Programa Bolsa Família, doravante Bolsa Família ou PBF (que teve o nome alterado para Auxílio Brasil durante o governo no ex presidente Jair Bolsonaro). Como veremos, são duas iniciativas indissociáveis, que surgem de maneira a unificar os programas de auxílio e transferência de renda do Governo Federal (SILVA, 2007).

Criado em 2003, o Bolsa Família unificou programas de transferência de renda iniciados a partir de 1995 (SILVA, 2007). Entre eles se destaca o Bolsa Escola, iniciado em âmbito federal em 2001. Silva (2007) aponta que discussões a respeito de políticas de transferência de renda no Brasil remontam à década de 1930. O assunto, no entanto, só passou a ter visibilidade internacional nos anos 1980 (SILVA, 2007, p. 1431), e entra na agenda pública brasileira a partir de 1991, com o Programa de Garantia de Renda Mínima, criado pelo deputado Eduardo Suplicy, do Partido dos Trabalhadores, cuja implementação era prevista apenas para o ano de 2005. Este programa foi implementado em alguns municípios, como, por exemplo, São Paulo. Para Silva, esse é o pontapé inicial para as políticas de transferência de renda no Brasil.

Ainda em 1991, outra medida central é proposta, dessa vez integrando a seguridade social com educação de crianças e adolescentes, para apaziguar a pobreza latente no curto e médio prazo e garantir a inserção dos filhos na escola visando mudanças estruturais de longo prazo (SILVA, 2007).

Ou seja, já em 1991 vemos os passos embrionários para a criação de uma política pública focalizada³⁵ com condicionalidades³⁶, como é o Bolsa Família, sustentados pelos seguintes argumentos:

O primeiro (argumento) considera que o custo oportunidade para as famílias pobres mandar seus filhos para a escola é por demais elevado, considerando a diminuição da já reduzida renda familiar. O segundo argumento destaca a deficiência da formação educacional como fator limitante para elevação da renda de futuras gerações, cuja consequência é o estabelecimento de um ciclo vicioso de reprodução da pobreza. (SILVA, 2007, p. 1431).

Portanto, em outras palavras, o fundamento principal daqueles que buscavam implementar programas de transferência de renda girava em torno da quebra de um ciclo de manutenção da pobreza nos núcleos familiares; por meio da educação.

Isto posto, o ano de 2001 caracteriza-se por um momento importante no desenvolvimento do que virá a ser o Bolsa Família. O governo Fernando Henrique Cardoso, em final de mandato, lança dois programas de proteção social: O Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação, que atingem 5.561 dos 5.570 municípios brasileiros (SILVA, 2007). O Bolsa Escola, entretanto, não foi idealizado no governo FHC, mas, em menor escala, no governo Cristovam Buarque, na época filiado ao PT, que implementou o programa no Distrito Federal, em 1995. O Bolsa Escola atingiu cerca de 22.000 famílias em Brasília e Distrito Federal. Como resultado, a taxa de evasão escolar foi de 10% a 0,4% no Distrito Federal (AGUIAR, 2002). Por outro lado, é interessante notar que esse programa de âmbito regional não contemplava imigrantes recentes, uma vez que uma das condicionalidades era habitar a cidade de Brasília há pelo menos cinco anos.

Em seu primeiro estágio, o PBF³⁷ consistia na unificação do Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Vale Gás e Cartão Alimentação, e todos esses programas foram concebidos em âmbito federal pelo governo Fernando Henrique Cardoso no decorrer da década de 1990 e início de 2000. Deve ser levado em consideração, sem embargo, que o Bolsa Família, enquanto programa unificado, passa por diversas reestruturações, integrando o quadro da descontinuada estratégia Fome Zero. Além de

³⁵ Focalizadas ou não universais, ou seja, para um público específico, no caso do PBF pessoas em vulnerabilidade financeira.

³⁶ Condicionalidades são contrapartidas para recebimento do benefício. Entre as condicionalidades mais notórias está a obrigatoriedade de mandar filhos para a escola para que haja a manutenção do benefício na unidade familiar.

³⁷ Em virtude destes processos históricos na origem do PBF, muito se argumentava em relação a quem realmente criou o Bolsa Família; vimos essa discussão efervescer em 2014 na disputa do segundo turno para presidente da Federação entre Aécio Neves e Dilma Rousseff. Argumentava-se que o PBF era criação de FHC porque ele havia criado os programas que unificados compunham o PBF.

receber um considerável incremento orçamentário, estabelece novas condicionalidades e endereça, com a unificação, alguns problemas destacados na gestão Fernando Henrique Cardoso, como:

a existência de programas concorrentes e sobrepostos nos seus objetivos e no seu público-alvo; ausência de uma coordenação geral dos programas, gerando desperdício de recursos; ausência de planejamento gerencial dos programas e dispersão de comando em diversos ministérios; orçamentos alocados insuficientes; não alcance do público alvo conforme os critérios de elegibilidade dos programas. (SILVA, 2007, p. 1433 apud BRASIL, 2002).

Em resumo, como aponta Kawauchi (2019), o Bolsa Família não é apenas a junção dos programas federalizados por FHC, uma vez que dá o pontapé para a introdução uma série de novas funcionalidades ao Cadastro Único, como escolaridade, rendimentos e situação no mercado de trabalho (BRASIL, 2017). No entanto a centralização é sua característica mais fundamental: sua capacidade de juntar e unificar, não apenas em seu funcionamento interno e nas suas engrenagens, mas também em sua capacidade articuladora e agregadora de sentidos políticos que, como pontuam Georges e Ceballos (2014) permite abarcar discursos híbridos entre estado social (quando abrange cidadania e direitos), estado subsidiário (nas necessidades e condicionalidades que direcionam o comportamento familiar) e, finalmente, no estado enquanto mediador no neoliberalismo (à medida que emprega discursos de geração de emprego, movimentação de capital e autonomia econômica) (GEROGES e CEBALLOS, 2014, p. 515).

Ainda sobre unificação, mas agora sob um aspecto mais técnico, referente aos dados e ao sistema organizacional por trás do PBF, é importante que se situe alguns pontos a respeito do Cadastro Único, definido oficialmente por: “um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza”³⁸. É também o grande responsável pela estrutura basilar do Bolsa Família³⁹: “essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias.” Constitui-se, portanto, como um instrumento indispensável no âmbito das políticas públicas brasileiras, contribuindo sobremaneira para a compreensão e sistematização quantitativa da situação das famílias pobres no país.

³⁸ Essa é a descrição disponível no site da Caixa Econômica, na NR abaixo.

³⁹ Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/cadastros/cadastro-unico/Paginas/default.aspx#:~:text=%E2%80%8BO%20Cadastro%20%C3%9Anico%20%C3%A9,melhoria%20da%20vida%20dessas%20fam%C3%ADlias>.

O CadÚnico surge no ano de 2001, como substituto ao CadBES, instrumento de cadastro do antigo Bolsa Escola. Todos os dados foram mandatoriamente migrados do CadBES ao CadÚnico em 2006, e novos foram adicionados (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2006). Essa transição representa um dos grandes triunfos do Bolsa Família, que agora possui em suporte um sistema único e informacional mais completo e robusto, que reúne mais informações padronizadas em âmbito municipal, estadual e federal. (TORRES, 2016). Informações que, quando padronizadas e sistematizadas, não apenas são de grande utilidade para estudos e formulações de políticas públicas, mas servem de controle para evitar desvios, ações clientelistas, manipulações e corrupção (SILVA, 2007; TORRES, 2016).

Apesar do CadÚnico possuir uma série de funções subjacentes, como funcionar como um sistema informacional unificado, servir como base para a implementação de outras políticas públicas como o Minha Casa Minha Vida, Jovem Aprendiz, programas de aposentadoria para donas de casa de baixa renda, Tarifa Social de Energia Elétrica, entre vários outros⁴⁰, é consenso entre assistentes sociais e especialistas em programas de transferência de renda focalizada que o Programa Bolsa Família é, desde sua gradual implementação, seu sustentáculo fundamental (TORRES, 2016). O que não impede que o Cadastro possua muitos cadastrados que não recebem, nem nunca receberam o Bolsa Família. Isso acontece com uma série de migrantes, que cada vez mais são orientados a fazer um cadastro independentemente de serem elegíveis ou não para benefícios (OLIVEIRA et al., 2020). Isso é útil para as prefeituras, uma vez que, além de fornecer dados importantes sobre a população pobre, torna mais fácil o ligamento do benefício caso o indivíduo se torne elegível. No caso dos haitianos por exemplo, dos 2.235 cadastrados, apenas 979 são beneficiários do PBF.

Um último fator que merece ser mencionado, para que se tenha uma noção mais precisa e prática da situação da proteção social para os migrantes, diz respeito ao processo de inclusão deste no CadÚnico, ou seja, de como são feitas as inscrições do migrante no Cadastro. O fato é que de maneira geral, o processo de inscrição do migrante não se diferencia da população geral, o que para Lanza (2017) pode se constituir como um problema, uma vez que não são levadas em consideração as particularidades dos migrantes:

A condução dos processos de trabalho tem se dado sob o viés da universalidade, o que não é nem de longe algo negativo, mas agregamos a essa análise o fato de não estar sendo levada em consideração a equidade (princípio doutrinário do SUS e organizativo do SUAS) nessa prestação. Realizamos essa afirmação a partir da tônica na resposta de todos os entrevistados: afirmarem que os imigrantes são atendidos como qualquer brasileiro, possuindo os mesmos acessos e o mesmo atendimento. Consideramos que esse direcionamento ao invés de ampliar,

⁴⁰ Todas as políticas subjacentes ao CadÚnico podem ser consultadas em: <https://www.social.go.gov.br/acesso-a-informacao/19-a%C3%A7%C3%B5es/84-cadastro-%C3%BAnico.html>

dificulta o acesso, uma vez que essa população, por sua própria condição de imigrante, de não deter as mesmas trajetórias da população brasileira junto aos serviços, se depara com *barreiras de origem*. (LANZA et al., 2017, p. 276)

Portanto, assim como para qualquer brasileiro o processo de inscrição do migrante no Cadastro Único começa com a identificação das famílias que se enquadram nos critérios de pobreza e extrema pobreza. Essas famílias podem ser identificadas por meio de visitas domiciliares, divulgação em meios de comunicação, mobilização social e busca ativa, estratégia usada por assistentes sociais que consiste em ir diretamente à família em vulnerabilidade. Os migrantes geralmente são informados a respeito do CadÚnico através das redes, amigos ou familiares, ou através de ONGs ou OSCs (MAGALHÃES et al., 2020), e dessa forma são conduzidos aos CRAS para cadastramento.

Uma vez identificada a família, é necessário preencher o formulário de cadastro, que contém informações como nome, data de nascimento, renda, escolaridade, número de membros da família, entre outras. Esse formulário pode ser preenchido pela própria família ou pelo assistente social, que esclarece todas as dúvidas e orienta sobre os documentos necessários para a inscrição. No caso do migrante, este processo é sempre feito por um assistente social (LANZA et al., 2017). Após o preenchimento do formulário, é realizada uma entrevista com a família para verificar a veracidade das informações prestadas. Caso haja algum tipo de irregularidade ou inconsistência, a família pode ser excluída do Cadastro Único.

Também como qualquer brasileiro, uma vez inscrito no Cadastro Único, para fazer parte dos programas de transferência de renda o migrante precisa atender às seguintes condicionalidades exigidas pelo governo (BRASIL, 2007; BRASIL, 2010):

1. Frequência escolar: as crianças entre 6 e 15 anos de idade devem ter frequência escolar mínima de 85% e jovens entre 16 e 17 anos devem ter frequência mínima de 75%;
2. Acompanhamento de saúde: as famílias devem manter em dia as consultas de pré-natal, vacinação e acompanhamento de saúde das crianças até os 7 anos;
3. Atualização cadastral: as famílias devem manter seus dados cadastrais atualizados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal;
4. Acesso a serviços públicos: as famílias devem manter seus filhos matriculados em escolas públicas e buscar atendimento em unidades básicas de saúde;

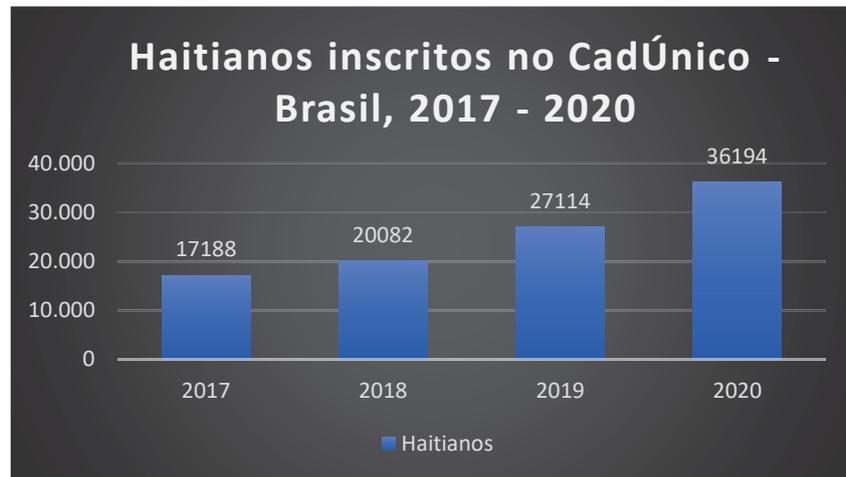
5. Compromisso com a educação: as famílias devem se comprometer a incentivar a frequência escolar de seus filhos e a participação em atividades pedagógicas complementares;
6. Compromisso com a saúde: as famílias devem se comprometer a buscar atendimento médico e seguir as orientações de saúde fornecidas pelos profissionais de saúde;
7. A família deve se encontrar em situação de pobreza (ter renda mensal per capita de 105,01 à 210,00 reais), ou, extrema pobreza (receber menos de 105,00 reais). O valor do benefício é de 600 reais.

Explicadas algumas questões com relação ao histórico do CadÚnico e dos programas de transferência de renda nele contidos, no próximo capítulo observa-se a situação dos migrantes haitianos no Cadastro Único. Para dar o primeiro passo neste sentido, faz-se uma análise preliminar da situação dos migrantes no Brasil.

HAITIANOS NO CADASTRO ÚNICO

Como colocado anteriormente, hoje, no Brasil, em termos de número de migrantes, figuram no topo das listas os Venezuelanos e Haitianos. Nos dados do CadÚnico, como é de se esperar, isso não é diferente. Até o início de 2018 os migrantes haitianos eram maioria dos imigrantes inscritos no cadastro, e foram ultrapassados pelos venezuelanos em 2020. Vale apontar que a entrada de migrantes venezuelanos no cadastro entre 2018 e 2020 foi massiva: foram 77.905 novos cadastros dessa nacionalidade neste período. Em termos comparativos, no início de 2018 haviam, no total, 9.080 venezuelanos cadastrados, e, em 2017, apenas 1.771. Tratou-se, portanto, de uma crescente cujo aumento vertiginoso de 2018 à 2020, pós eclosão da crise no país, foi responsável pela grande maioria dos registros que hoje constam no CadÚnico. Vejamos os números:

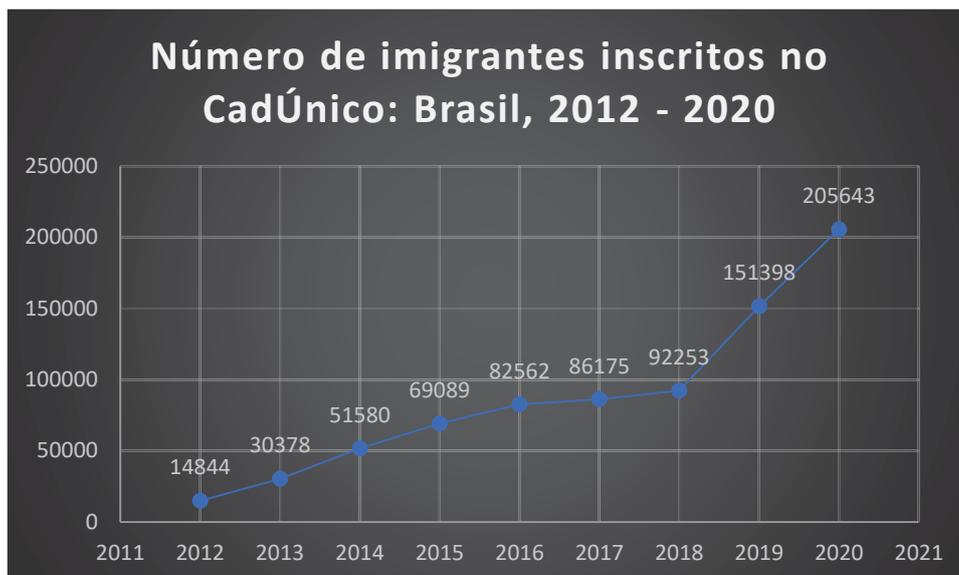
GRÁFICO 3 – Haitianos inscritos no CadÚnico



FONTE: Dados do CadÚnico disponibilizados pelo *OBMigra*.

Em suma, o número de migrantes cadastrados de fato acompanha a chegada de novos migrantes em território nacional: em 2020, o número total de estrangeiros no CadÚnico ultrapassou os 200 mil. Se ressalta, aqui, que no ano de 2012 haviam apenas 14.844. Destaca-se o salto no número a partir de 2018, ano a partir do qual muitos migrantes (a vasta maioria venezuelanos) chegaram ao Brasil, vide gráfico:

GRÁFICO 4 – IMIGRANTES INSCRITOS NO CADÚNICO



FONTE: Dados do CadÚnico disponibilizados pelo *OBMigra*.

Para que estes cadastramentos maciços aconteçam, Bartholo e Noronha (2021) apontam que é importante que os profissionais da assistência social não ajam com inércia. É desaconselhado que se espere que os migrantes se dirijam aos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). É indicado, pelo contrário, que o profissional vá até o migrante. Ou seja, é imperativo que se façam espécies de mutirões em locais com alta concentração de migrantes, para que estes sejam catalogados no CadÚnico o mais rapidamente possível. Essa logística, como apontam Lanza et al. (2018), depende muito da organização de municípios e da iniciativa individual e coletiva de profissionais atuantes nos CRAS, uma vez que não existem diretrizes formais e unificadas que orientem essas ações quando direcionadas a migrantes (LANZA et al, 2018). Em outras palavras: o cadastramento de migrantes não possui especificidade e segue as mesmas diretrizes do cadastramento de locais, o que para Lanza (2018) está longe do ideal.

Portanto, Lanza et al. (2018), baseadas nos princípios de equidade e universalidade fundamental das intervenções praticadas, defendem que os imigrantes devem ser compreendidos pelo estado como sujeitos singulares (LANZA et al. 2017, p. 271). Concluem, no entanto, que esses fundamentos não se aplicam na prática, principalmente em virtude de uma falta de conhecimento generalizada por parte dos profissionais dos CRAS analisados:

De forma expressiva, a maioria dos trabalhadores, mediante uma comunicação truncada e limitada, expressou estereótipos, preconceitos e simplificações de questões relacionadas aos modos de vida e de trabalho dos sujeitos, assim como expressões de uma noção de

assimilação como forma de superar as dificuldades. Sendo assim, aos que compreendem melhor o idioma, é reservada a valoração de se diluírem na qualidade de sujeitos entre os nacionais. Essa compreensão leva a perdas significativas da alteridade e do alcance das ações, pois, ao igualar diferentes, não se enfrenta de fato questões dorsais para o enfrentamento das problemáticas encontradas, como aquelas relacionadas à xenofobia, ao racismo e ao gênero. (LANZA et al. 2017, p. 276)

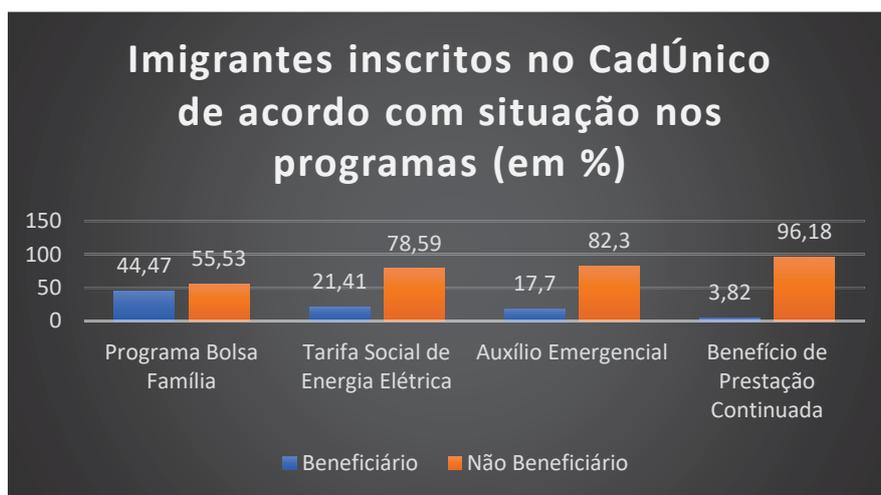
Percebe-se, a partir dessa reflexão, que igualar diferentes, como propõem as leis brasileiras e as políticas públicas, é fundamental, mas não é necessariamente o suficiente. A partir de um estudo que busca examinar, de forma mais atenta, as particularidades dos imigrantes beneficiários, somos encaminhados à um conceito ainda mais importante que o da *igualdade* quando fazemos pesquisa com indivíduos de outro *background* cultural: O conceito de *equidade*, que, com efeito, é mais permeado por questões subjetivas e exige um olhar mais cauteloso voltado para o indivíduo. Dessa forma, Lanza et al. (2017), concluem que é compromisso do Estado entregar aos imigrantes “serviços públicos que respeitem suas particularidades” (LANZA et al., 2017, p. 276). Essa responsabilidade, se constitui, portanto, como fundamental na formação da cidadania desses imigrantes. Aqui, é importante pontuar, percebe-se uma preocupação das autoras com o processo integrativo do migrante, já que intervenções especificamente pensadas para migrantes. Magalhães et al. (2020) demonstram, por exemplo, a diferença que ONGs e OSCs voltadas para ajudar migrantes podem fazer, como no caso da cidade de São Paulo, onde são mais proeminentes e o conhecimento de migrantes a respeito de seus direitos é mais alto que nas demais capitais do Brasil e até existe um Centro de Referência de Assistência Social voltado para migrantes: o CRAI.

Há de se pontuar, desta maneira, que essa preocupação tomada pelas autoras possibilitou, dentre outras coisas, a identificação da falta de conhecimento em relação ao funcionamento do sistema de proteção social brasileiro por parte dos imigrantes. Ou seja, para colocar nos termos pelos quais propõe-se a análise, segundo as autoras, o grau de conhecimento dos imigrantes em relação aos serviços assistenciais prestados pelo Estado é baixo.

Sem embargo, como apontam Fernandes et al. (2020) a vasta maioria dos migrantes que chegam ao país em situação de pobreza ou extrema pobreza são catalogados no sistema e conhecem o CadÚnico. O que os dados indicam é que apenas os muito recém chegados ainda não possuem conhecimento acerca da existência do Cadastro (BARTHOLO e NORONHA, 2021). Contudo, há de se apontar que essa se constitui como uma limitação na análise de dados do CadÚnico: não há como saber quem fica de fora; aqueles que se encontram num grau maior de invisibilização são muito dificilmente mapeados. Estas questões tornam-se ainda mais difíceis à medida que lidamos com a falta de novos censos do IBGE desde 2010. Esta carência se trata de uma situação lamentável, tanto

para aqueles que precisam de dados demográficos para formular análises comparativas, tais como a comparação dos números do censo com os do CadÚnico, quanto para aqueles que precisam dos dados para aprimorar políticas públicas e aperfeiçoar sistemas interiores à bases como a do CadÚnico, CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), entre outros. Mas, voltando agora para os dados aos quais é possível ter acesso no momento, vejamos a situação dos migrantes nos programas do CadÚnico:

GRÁFICO 5 – IMIGRANTES NO CADÚNICO E SITUAÇÃO NOS PROGRAMAS



FONTE: Dados do CadÚnico disponibilizados pelo *OBMigra*.

Aqui podemos ver quais programas são mais usufruídos por migrantes no CadÚnico. A grande preponderância pertence ao Bolsa Família, como era de se esperar em virtude da abrangência das condicionalidades do programa se comparado aos outros que figuram na lista. A proporção de migrantes inscritos por beneficiários do PBF é bastante semelhante à do Brasil como um todo. A Tarifa Social de Energia Elétrica, por outro lado, apesar de possuir condicionalidades semelhantes e até mais frouxas que aquelas do Bolsa Família (a única condicionalidade é possuir renda per capita igual ou menor que meio salário mínimo ou ser beneficiário do Benefício de Prestação Continuada, do qual falaremos em seguida), possui uma característica um pouco problemática, que pode mudar a

partir de 2022: é necessário que se solicite o benefício, e muitas famílias que têm direito ao benefício não sabem, e por isso não o reclamam. Foi sancionado, contudo, um projeto de lei previsto para entrar em vigor em 2022, cujo objetivo é mudar esta situação. Trata-se da Lei Nº 14.203, de 10 de setembro de 2021, que dispõe, em resumo, que todas as famílias no CadÚnico que se encaixam nas condicionalidades automaticamente devem receber a Tarifa Social de Energia Elétrica. Isso pode significar uma mudança drástica no número relativamente baixo – em comparação com o BF – de beneficiários.

Já o Benefício de Prestação Continuada (doravante BPC), é uma renda extra exclusiva para aposentados de baixa renda com mais de 65 anos ou pessoas com deficiência (PCD). Poucos migrantes obtiveram acesso a tal benefício. Isso, no entanto, não deve causar nenhum tipo de consternação, uma vez que o Brasil recebe pouquíssimos membros migrantes desta faixa etária de baixa renda. Este dado, no entanto, deve sofrer mudanças graduais no porvir, uma vez que, por exemplo, os haitianos que chegam ao Brasil desde 2010 estão envelhecendo. Por enquanto, existem cerca de 7.855 migrantes que recebem o benefício no Brasil.

Vemos dessa forma, que, além de possibilitar um meio unificado para checagem de quem pode ou não ter acesso aos benefícios, o CadÚnico tem outra vantagem interessante, se comparado, por exemplo, com o cadastro do Auxílio Emergencial⁴¹, muito difundido em 2020 após a eclosão da pandemia de COVID-19: no CadÚnico, os profissionais vão até quem precisa ser cadastrado ou o recebe num CRAS, e, dessa forma, realizam os cadastros. Assim, migrantes que não possuem familiaridade com o português conseguem, através de um assistente social, algum tipo de mediação. Isto, no entanto, envolve duas questões centrais: por um lado, como nos demonstram Lanza et al. (2018), muitos profissionais da assistência social não recebem treinamento nem diretrizes a respeito de como abordar migrantes com diferentes culturas e idiomas. Isto se constitui, segundo a autora, como um desperdício, tanto para quem necessita de assistência, quanto para quem a presta, visto que tanto o profissional quanto o migrante poderiam se beneficiar muito de interações mais pensadas, para as quais se recebe algum direcionamento geral ou treinamento. Isto de fato acarretaria num aprendizado para o profissional e um melhor atendimento para o migrante. O segundo aspecto, de alguma maneira ligado ao primeiro, concerne aos problemas relatados em virtude de sistemas que exigem que o indivíduo preencha seus próprios dados. Fernandes et al (2020), relatam que muitos migrantes (233 de uma amostra com 2.475), não conseguiram entrar no site para se inscrever e

⁴¹ Apesar de poder também ser recebido através do CadÚnico, a maioria dos brasileiros se cadastrou no Auxílio Emergencial via um cadastro próprio do programa.

precisaram de ajuda, mas não acharam um facilitador (p. 68), não conseguindo, desta forma, se candidatar ao programa. No entanto, é necessário lembrar que, para cumprir medidas de distanciamento, um cadastro on-line é vantajoso.

Vale pontuar, também, que existe uma lacuna no sentido do fornecimento público de dados a respeito de migrantes nos aplicativos e programas que permitem acesso aos dados do Cadastro Único à população civil como um todo, como o “BF CAD no seu município” e o “VisData 3”. Tratam-se de excelentes maneiras para coletar dados atualizados de todo o Brasil. Por exemplo, no VisData 3, utilizado neste trabalho em alguns momentos, é possível fazer pesquisas por município,

Dessa forma, as tiragens de dados incluindo apenas migrantes do Cadastro Único precisam, de maneira geral, ser feitas em junção com a Prefeitura Municipal, que tem acesso mais extensivo ao CadÚnico. Para obter os dados da Região Metropolitana será necessário contato com o Governo do Estado do Paraná.

3.2.2. Curitiba

Como dito anteriormente, os processos utilizados para coleta de dados entre os anos de 2020 e 2023 mudaram de maneira significativa: em 2020 travou-se um contato com a então diretora do CRAS de Santa Felicidade, que gentilmente forneceu-nos as diretrizes para abrir o processo de obtenção dos dados. Foi necessário, para tanto, o envio de um ofício, uma carta de apresentação assinada pelo coordenador do curso de Ciências Sociais direcionada ao presidente da Fundação Social, bem como um documento explicando os motivos e objetivos da pesquisa. Os documentos foram todos entregues presencialmente e em papel.

Quando realizamos as novas solicitações, no final de 2022 e início de 2023, institui-se na prefeitura uma maneira mais específica e focalizada para este fim, com base na Lei de Acesso à Informação. Trata-se de um formulário online, que especifica todos os documentos necessários, não exige ofício nem assinaturas, e funciona, dessa forma, como uma maneira desburocratizada de obter informações diretamente com a prefeitura. O mesmo vale para o estado, que possui um sistema semelhante, e até mais complexo, onde é possível ver por quais instâncias uma determinada solicitação passa. No nosso caso, a solicitação é feita para a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família (doravante SEDEF), e passou pelo gabinete do secretário da SEDEF, depois pela

Coordenação de Política de Assistência Social e, finalmente, para a Divisão de Proteção Social Básica.

Cadastro Único: apontamentos metodológicos

Para que se trace um panorama a respeito de migrantes haitianos beneficiários de programas sociais em Curitiba, é necessário que olhemos para os números do CadÚnico, uma vez que aqui podemos encontrar uma série de informações gerais, demográficas e socioeconômicas. Para obtermos os dados a respeito dos beneficiários haitianos do Bolsa Família, tivemos que recorrer à prefeitura, uma vez que os números relativos a estrangeiros beneficiários não são especificamente disponibilizados no Vis Data 3⁴². O primeiro contato aconteceu em 2020, quando fazíamos a pesquisa para nosso trabalho de conclusão de curso. Nos foi solicitado pela prefeitura a entrega do projeto daquele trabalho, bem como uma carta de intenção, um termo de compromisso e um documento contendo perguntas a respeito dos dados que gostaríamos de obter, relativos aos números do CadÚnico de Curitiba.

Preenchidos e formulados os documentos, fomos orientados a visitar o Núcleo Regional da FAS, no bairro de Santa Felicidade, em Curitiba. Apesar do processo ser um pouco penoso, a equipe da Gestão do Trabalho se mostrou extremamente solícita e produziu um material complexo com as informações solicitadas, que ficará disponível nos anexos. Dadas as condições de isolamento que se iniciavam no momento no qual fazíamos o TCC e travávamos este contato com a prefeitura, esse método se constituiu como uma forma de obter uma fonte primária de forma remota, uma vez que solicitamos e recebemos os dados do CadÚnico por e-mail, e apenas visitamos a prefeitura para entregar documentos (nos foram exigidos documentos em papel). De maneira geral, fomos muito bem recebidos no prédio, e o atendimento por e-mail foi mais do que satisfatório. Até o momento, novos dados foram solicitados, com números mais recentes e mais antigos, para que tenhamos uma série histórica dos números de migrantes no CadÚnico, e a proposta deste trabalho seja cumprida.

Solicitou-se a prefeitura dados do CadÚnico de 2015 até 2022, para que se possa olhar para a série histórica levando em consideração os períodos de crise que notadamente perpassam esse excerto temporal. No entanto, após contato com a prefeitura, se teve acesso apenas aos números de 2022⁴³. Vale destacar que houve uma diferença no processo de requisição dos dados. Desta vez, os dados

⁴² Site do MDS que permite monitorar dados do Bolsa Família, Auxílio Emergencial entre outros programas.

⁴³ Em virtude do padrão de monitoramento e acompanhamento dos dados do CadÚnico, no momento da coleta foi preciso pedir os dados de um mês específico no qual todos os novos dados já foram computados.

foram obtidos através do portal de acesso à informação, de maneira absolutamente remota. Nota-se que houveram prós e contras nessa mudança: por um lado, o processo foi altamente desburocratizado, o que facilitou muito o acesso. Por outro lado, tornou-se mais impessoal: sem a troca de e-mails e o contato pessoal com algum agente da prefeitura, limita-se a possibilidade de pedir ajustes, novos dados e a aplicação de variáveis específicas.

Explicado de onde angariamos as informações, elucida-se que todos dados dispostos a seguir são referentes a famílias e indivíduos cadastrados em Curitiba, em coletas realizadas em abril de 2020 (logo antes da pandemia) e novembro de 2022. Estes números são interessantes uma vez que permitem uma comparação antes/depois da pandemia. Antes da pandemia, em abril de 2020, dos 4.830 estrangeiros cadastrados, 1.593 eram haitianos. Em 2022, o número de haitianos inscritos no CadÚnico aumentou consideravelmente: foi para 2.235. O que mais chama a atenção é que o número de beneficiários do PBF/Auxílio Brasil teve um aumento ainda maior: na coleta anterior a pandemia, 590 haitianos recebiam o Bolsa Família. Em novembro de 2022 haviam 979 beneficiários haitianos do PBF/Auxílio Brasil. Esse fator nos é de extrema importância, uma vez que aponta para uma questão fundamental: como notado por Oliveira et al., (2020): os migrantes vêm cada vez mais sendo orientados a se inscreverem no CadÚnico no Paraná. Este contingente inscrito, mas que não recebe o PBF, possui menor probabilidade de perder benefícios aos quais possa eventualmente ter direito, no caso de virem a se enquadrar nas condicionalidades do programa. Até 2020, com base nos dados da Polícia Federal, o SISMigra estima a entrada de 6.440 haitianos em Curitiba, o que nos permite afirmar que mais de 24% dos haitianos em Curitiba possui cadastro no CadÚnico.

Já os 590 migrantes haitianos cadastrados e beneficiários correspondem a 341 famílias. Essa divisão é relevante visto que, no CadÚnico, alguns dados são contabilizados a partir da quantificação por núcleos familiares e não por indivíduos. A proporção beneficiários/cadastrados (quase um terço), é maior que a média geral da cidade de Curitiba, onde existiam, em junho de 2020, 123.920 famílias cadastradas e 33.656 famílias beneficiárias (quase um quarto) (CECAD, 2020). Isso significa que uma proporção alta dos migrantes conduzidos aos CRAS para realizar o cadastro de fato precisa dos benefícios. Há aqui, portanto, uma relação numérica que aponta para uma possível maior vulnerabilidade dos migrantes haitianos, em comparação com a população local. Em compensação pode-se dizer que uma maior absorção proporcional de cadastrados haitianos ao PBF indica que os serviços estão chegando, em alguma medida, aos migrantes que possuem direito. Uma vez colocados estes dados mais gerais, entramos agora nos mais específicos, para traçar um panorama do perfil dos beneficiários haitianos no município de Curitiba.

Primeiramente, lança-se um olhar para as regiões de Curitiba metrópoles e ressalta-se que todos os beneficiários pertencentes a essa coleta específica moram em região urbana (uma vez considerado que a unidade distrital se refere exclusivamente a Curitiba capital). A Prefeitura de Curitiba divide os dados em relação a moradia dos beneficiários em regionais, ou seja, núcleos administrativos responsáveis por uma série de bairros respectivos.

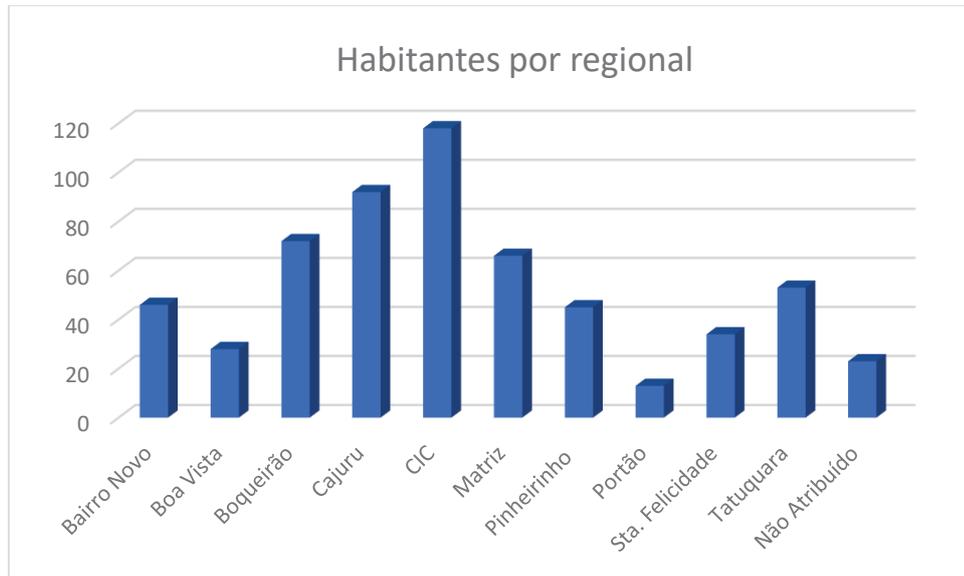
FIGURA 2: MAPA DE REGIONAIS E BAIRROS DE CURITIBA



FONTE:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_bairros_de_Curitiba#/media/Ficheiro:Divisao_administrativa_Curitiba.svg

A regional da Matriz é a segunda mais populosa e a mais central da lista. Na região figuram os bairros Ahú, Bom Retiro, Hugo Lange, Prado Velho, Alto da Glória, Cabral, Jardim Botânico, Rebouças, Alto da XV, Centro, Jardim Social, São Francisco, Batel, Centro Cívico, Juvevê, Bigorriho, Cristo Rei e Mercês. Com exceção do Prado Velho, esses bairros possuem, em média, as rendas per capita mais altas da cidade (IBGE-IPPUC, 2000). A regional do Boa Vista (bairros: Abranches, Atuba, Bacacheri, Bairro Alto, Barreirinha, Boa Vista, Cachoeira, Pilarzinho, Santa Cândida, São Lourenço, Taboão e Tingui) é a mais populosa e a segunda em renda per capita. Apesar de se configurarem como as duas regionais com maior densidade demográfica, não se constituem como regiões nas quais moram muitos haitianos beneficiários em termos relativos:

GRÁFICO 6 - DIVISÃO DE BENEFICIÁRIOS HAITIANOS POR REGIONAL - 2020⁴⁴

FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pela prefeitura.

A maior parte dos haitianos beneficiários moram em regiões periféricas da cidade, com destaque a Cidade Industrial de Curitiba (CIC) (bairros: Augusta, CIC, Riviera e São Miguel) e Tatuquara (bairros: Campo de Santana, Caximba e Tatuquara) que se encontram no entorno oeste e sudoeste da cidade, afastados do centro.

Divisão por gênero, remuneração e escolaridade

A questão do gênero é fundamental no debate a respeito do Bolsa Família/Auxílio Brasil, principalmente pelo fato de que para a Secretaria Nacional do Cadastro Único (SECAD) a pessoa Responsável pela Unidade Familiar (RF) deve preferencialmente ser mulher. Em outras palavras, de maneira geral é a mulher que fornece os dados da família, atualiza a situação da família perante o CadÚnico e é responsável por administrar o dinheiro do benefício, sendo, na vasta maioria das famílias, a portadora do cartão. Para Bartholo et al., (2017), esse fato traz potenciais mudanças nas dinâmicas das relações de gênero no núcleo familiar: “embora seu desenho possa reforçar a ideia de que o trabalho de cuidado é responsabilidade feminina, o programa gera inquietações relativas à

⁴⁴ O dado “não atribuído” é proveniente de beneficiários que não souberam responder ou que não possuem endereço fixo.

autoridade masculina e amplia as redes sociais das mulheres, tendo potencial para gerar mudanças nas relações de gênero.” (BARTHOLO et al. 2017, p. 5).

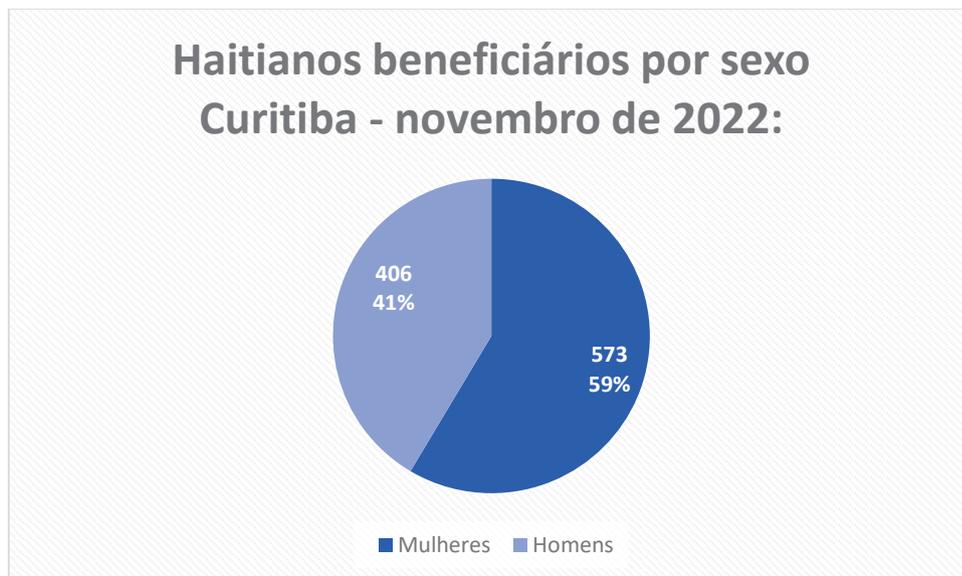
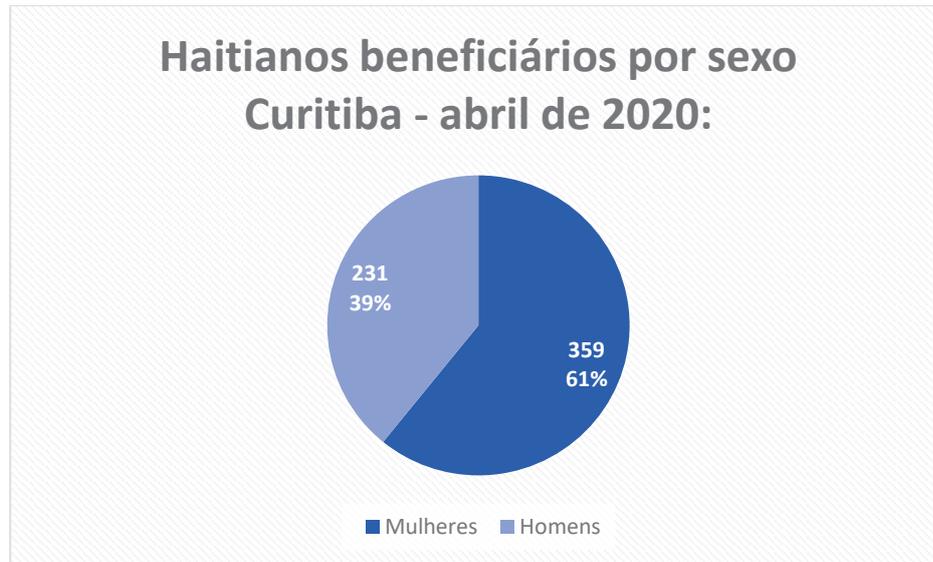
Para que se tenha uma noção mais exata da divisão de haitianos por gênero, observa-se a tabela referente ao estado do Paraná:

TABELA 7: ENTRADA DE HAITIANOS NO PARANÁ POR GÊNERO

Entrada de haitianos no Paraná por gênero - 2015 - 2022		
ANO	MULHERES	HOMENS
2015	76	352
2016	111	315
2017	356	610
2018	330	532
2019	75	205
2020	45	70
2021	205	452
2022	12	28

Fonte: DATAMIGRA, Base de Dados STI. OBMigra, MDS.

GRÁFICOS 7 E 8 - DIVISÃO DE SEXO DOS BENEFICIÁRIOS HAITIANOS 2020 E 2022



Fonte: Gráficos elaborados pelo autor com base nos dados fornecidos pela prefeitura

Apesar de homens comporem a maioria dos imigrantes haitianos no Paraná, as mulheres haitianas são maioria das beneficiárias do PBF/Auxílio Brasil. Para efeito de comparação, no Brasil 56,22% dos cadastros no CadÚnico são de mulheres (CECAD, 2022), enquanto mulheres compõem 51,1% da população total do país. Contudo, com relação a receber o benefício, as mulheres brasileiras são muito mais preponderantes: segundo dados do Ministério da Cidadania, em junho de 2021, cerca de 14 milhões de mulheres eram titulares do programa, o que representa mais de 90% do total de beneficiários. Isso se deve, em parte, ao fato de que as mulheres são as principais responsáveis pela administração das finanças familiares e pela criação dos filhos (BARTHOLO et al., 2017). A mesma

proporção não se estende aos haitianos porque, como visto acima – uma vez que a proporção vista no Paraná não se difere muito da do resto do país - homens haitianos ainda são grande maioria a chegar no Brasil. Inclusive, enquanto minoritária, a situação da mulher haitiana é extremamente complexa, visto que é afetada por diversos fatores, como as dificuldades inerentes à migração e os problemas relacionados a questões raciais e de gênero no país:

Em vista da modernização dependente do capitalismo em uma sociedade de base escravista, a haitiana, como imigrante, mulher e negra, socialmente vulnerável, enfrenta um mercado de trabalho desigual e segregado, em termos ocupacionais e salariais, segundo o gênero, a raça e a origem, que a direciona ao polo dos trabalhos mais precários e explorados (MAMED, 2017, p. 139)

Nos últimos anos a proporção entre homens e mulheres haitianas beneficiárias e beneficiários não se alterou significativamente, e as mulheres continuam sendo maioria das beneficiárias. Trata-se de um grupo que cresce na última década em virtude da reunião familiar (FERNANDES 2017). É evidente que esta é uma preocupação central de migrantes que possuem família no Haiti, e é a falta de dinheiro aliada ao alto preço da passagem de avião (cerca de 6 mil reais) que impede tanto mulheres quanto homens de trazerem seus familiares. A média salarial dos beneficiários e beneficiárias que trabalharam nos últimos doze meses prévios à coleta corrobora com esses fatores, uma vez que se apresenta consideravelmente abaixo do salário mínimo:

TABELA 8: MÉDIA DE REMUNERAÇÃO MENSAL DE HAITIANOS BENEFICIÁRIOS - 2020⁴⁵

	Haitianos beneficiários do PBF	Total de haitianos no CadÚnico
Total de cadastrados que tiveram trabalho remunerado nos últimos 12 meses	154	683
Média de remuneração mensal dos que tiveram trabalho remunerado nos últimos 12 meses	R\$: 848,02	1.139,81

Fonte: Elaborado pelo autor com base no material disponibilizado pela Prefeitura de Curitiba.

Em 2022 a renda média do haitiano no CadÚnico piorou: foi para 809,62 reais, ou seja, caiu em 330 reais. Trata-se de uma queda vertiginosa e é mais um indicativo da severidade da crise para os haitianos. A diminuição do salário médio provavelmente foi causada pelo contingente de novos haitianos que ingressaram no CadÚnico depois da pandemia.

Já com relação a escolaridade, o imigrante haitiano beneficiário do PBF tem uma média de nível de escolaridade mais elevada que a média brasileira de beneficiários. Sessenta e nove por cento dos beneficiários do PBF a nível nacional não possuem sequer fundamental completo (CAMARGO et al, 2013, p. 2).

⁴⁵ De acordo com os técnicos da prefeitura, esse cálculo é realizado da seguinte maneira: É somada toda a remuneração bruta dos serviços dos trabalhadores realizados nos últimos 12 meses (abril de 2019 até abril de 2020). Essa soma é então dividida pela quantidade total de meses trabalhados no mesmo período.

GRÁFICO 9 - ESCOLARIDADE ENTRE BENEFICIÁRIOS HAITIANOS DO BOLSA FAMÍLIA - 2020



FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pela Prefeitura.

Dentre os beneficiários haitianos em Curitiba, 49% possuem ensino médio (completo ou incompleto) e 14% ainda frequentam escola ou faculdade. Esse fator chama muita atenção, uma vez que, em relação a sociedade haitiana, esses indivíduos possuem um capital escolar muito elevado. Trata-se, portanto, de uma população qualificada e precarizada. O resultado disso é que muitos haitianos com formações acadêmicas avançadas ou com habilidades técnicas acabam sendo subutilizados, trabalhando em empregos precários, mal remunerados e sem perspectiva de crescimento profissional, também porque a revalidação dos diplomas adquiridos no Haiti se trata de um processo penoso e as vezes inviável, apesar da Resolução nº 02/16-CEPE, que visa facilitar este processo e surge justamente em virtude do reconhecimento desta adversidade. Essa situação é especialmente preocupante para os jovens haitianos, que investem tempo e dinheiro em suas formações educacionais, mas se veem diante de um mercado de trabalho que não oferece oportunidades condizentes com suas expectativas e capacidades (RIBEIRO et al., 2021).

Por outro lado, nota-se que a taxa de alfabetização no Haiti é baixa: o Ministério Nacional da Educação (2015) estima que apenas 60% da população sabe ler e escrever. Salienta-se, a partir daí, que esses indivíduos que aqui se encontram em situação de vulnerabilidade, não correspondem nem de longe aos substratos mais pobres do país. Isso aponta, portanto, para o nível de precariedade da vida no Haiti. Como visto anteriormente, na estrutura social do Haiti é geral a difusão da ideia de uma necessidade de deixar o país (JOSEPH, 2015). O fato é que nem todos tem o capital financeiro

necessário para tal empreendimento. Percebe-se que o capital escolar está intimamente ligado à esta questão, uma vez que seu acúmulo é interdito aos mais pobres no Haiti. (JOINT, 2008)

É notável que o fator da relativa alta escolaridade em comparação à média do país de origem se repete de forma sistemática em amostragens variadas, Brasil afora. O próprio trabalho de campo realizado por Oliveira (2016) é um exemplo no Paraná. Weber et al (2019) apresenta a mesma característica no seu universo amostral no Rio Grande do Sul. Tonhati et al (2017, p. 44), descreve a escolaridade do trabalhador haitiano a nível de Brasil como médio-baixa, e apresenta um total de 46% que possui ensino médio completo ou incompleto, número semelhante à amostra dos beneficiários haitianos em Curitiba, mas muito superior que a brasileira, que segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), de 2018, se encontra em torno de 6,8%.

Outrossim, um número relativamente alto de haitianos beneficiários – em comparação com a média brasileira - (31 beneficiários, correspondentes a 5%) estava cursando ou possui ensino superior completo. Esses indivíduos, mais uma vez, provavelmente são oriundos de um substrato social médio/elevado no contexto haitiano, uma vez que menos de 1% dos jovens haitianos em idade hábil ingressam no ensino superior⁴⁶. (JOINT, 2008)

Por outro lado, em conformidade com os critérios de elegibilidade do Bolsa Família, os contingentes de mulheres e crianças haitianas vindo ao Brasil ou junto de seus familiares, ou posteriormente, através de reuniões familiares, que vinham ocorrendo com frequência, como apontado por Fernandes e Faria (2016), aumenta o número de ingresso dessas crianças no ensino brasileiro. Isso, por sua vez, estabelece maiores chances de integração futura.

⁴⁶ O Haiti possui um restrito ensino público: no país 90% das instituições de ensino são privadas. A grande maioria da população não possui meios financeiros para pagar por educação, e muitas crianças não conseguem ingressar sequer no restrito ensino público pela falta de recursos para comprar os materiais de estudo e roupas adequadas (JOINT 2008).

Despesa mensal e trabalho

TABELA 9: Média de despesas de haitianos no CadÚnico - 2022

4 - Média de gastos/despesas mensais dos haitianos inscritos no CadÚnico				
Valores	Entre R\$ 0,00 a R\$ 150,00	Entre R\$ 151,00 a R\$ 300,00	Entre R\$ 301,00 a R\$ 450,00	Acima de R\$ 450,00
1 - Energia Elétrica	2151	84	0	0
2 - Água e esgoto	2192	43	0	0
3 - Gás, carvão e lenha	2208	24	3	0
4 - Alimentação, higiene e limpeza	536	609	340	750
5 - Transporte	2054	147	27	7
6 - Aluguel	669	79	337	1150
7 - Medicamentos de uso regulas	2195	39	1	0

FONTE: Material enviado ao autor pela prefeitura de Curitiba.

Percebe-se pelo gráfico que, de longe, os gastos mais significativos entre migrantes inscritos no CadÚnico são relacionados à moradia. Apesar de não figurar entre os aluguéis mais caros do Brasil, Curitiba teve uma alta em preços de aluguel depois da pandemia: em 2020, a média dos aluguéis da cidade girava em torno de 1.205 reais segundo o Imovelweb⁴⁷. Em dezembro de 2022 esta média foi para 1.543 reais. Possivelmente, portanto, muitos dos 1150 haitianos que gastam mais de 450 reais com aluguel todos os meses, possuem um gasto bastante superior a este valor. Outro fator a ser notado é que estes números correspondem a todos os haitianos, e, portanto, não estão inclusos aí apenas adultos ou os responsáveis pelos gastos familiares. Levando esse fator em consideração, por exemplo, entre os 669 que não pagam aluguel ou tem despesa de até 150 reais em

⁴⁷ O Imovelweb é um site de compra e venda de imóveis, bem como é um dos maiores portais imobiliários do Brasil, com uma vasta base de dados que abrange milhões de imóveis em todo o país. A empresa fornece análise de dados e informações atualizadas a respeito do valor de imóveis pelo país.

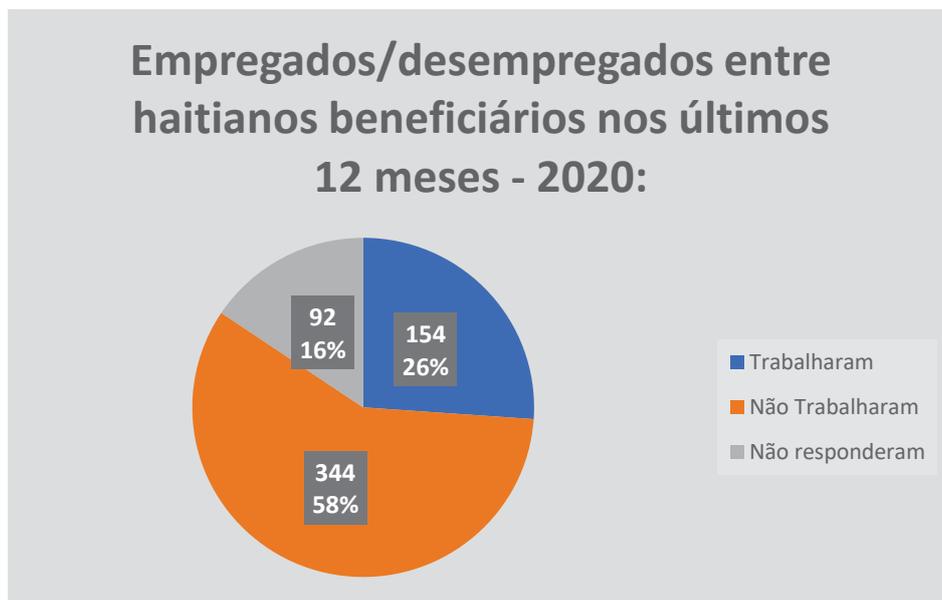
aluguel, 160 são menores de idade e muitos outros tem o aluguel pago pelos cônjuges, familiares ou pessoas com as quais dividem moradia.

De resto, os consumos de energia elétrica, gás, medicamentos e alimentação são muito baixos. Surpreende, doravante, o baixíssimo índice de famílias com despesas de transporte, possivelmente em virtude de baixa locomoção entre beneficiários. É plausível, no entanto, apontar para possíveis razões pelas quais não saem muito de casa: Os imigrantes haitianos não frequentam muitos espaços nos quais possam socializar, como apontado por Oliveira (2016), Fernandes e Faria (2016) e Baeninger (2016). A maioria dos haitianos que realiza alguma atividade na qual pode socializar fica circunscrito à igreja.

Além disso, como vemos a seguir, a grande maioria se encontra desempregada, e o trabalho ou os estudos costumam ser uma maneira direta de socializar e se integrar como consequência. O preço do transporte público em Curitiba é, também, um fator a ser levado em consideração (R\$5,50 no ano de 2023, independente de renda), além da falta de políticas públicas com o intuito de fornecer isenção tarifária ou, pelo menos, descontos para indivíduos em situação de vulnerabilidade econômica

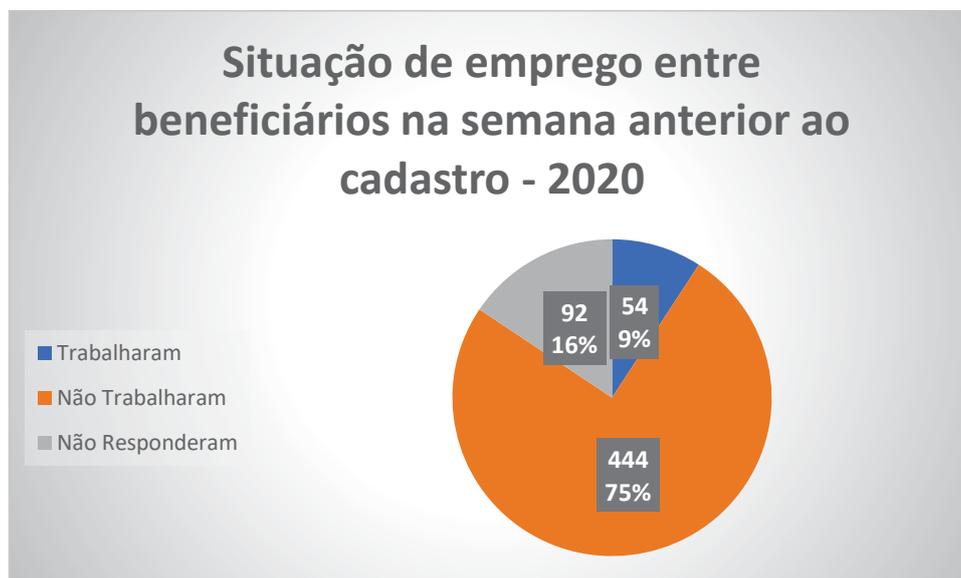
Concomitantemente, com relação a situação de trabalho, percebemos um fenômeno relevante: Tanto nos dados a respeito de todos os cadastrados haitianos quanto nos dados exclusivos aos haitianos que pertencem ao BF nota-se um contingente considerável de indivíduos que perderam o emprego:

GRÁFICO 10: EMPREGO ENTRE HAITIANOS BENEFICIÁRIOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES



FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pela prefeitura.

GRÁFICO 11: SITUAÇÃO DE EMPREGO ENTRE BENEFICIÁRIOS NA SEMANA ANTERIOR AO CADASTRO



FONTE: Elaborado pelo autor com base nos dados fornecidos pela prefeitura

Primeiramente, para que se entenda melhor a situação de emprego entre beneficiários esclarece-se que, no CadÚnico, existe apenas a informação de empregados nos últimos meses e empregados na semana anterior ao cadastro. De maneira geral, os que estavam empregados na semana anterior ao cadastro são os que possuíam emprego no momento da coleta.

Isto posto, vemos no primeiro gráfico que havia 154 haitianos beneficiários que estavam empregados de abril de 2019 até abril de 2020. Desses, apenas 54 continuaram trabalhando na semana anterior ao cadastro. Quanto ao número do final de 2022, houve um pequeno aumento de beneficiários do PBF/Auxílio Brasil com emprego. No momento da coleta, 123 haitianos possuíam emprego ao mesmo tempo que recebiam o benefício. Considerando que no primeiro ano 54 de 590, ou 9.15% dos beneficiários possuíam emprego e em 2022 123 dos 979, ou 12.55% dos beneficiários possuíam emprego, não se pode dizer que houve um aumento muito significativo em termos proporcionais.

Colocadas estas questões, numéricas e quantitativas, lança-se agora um olhar sobre os sujeitos destes dados. Acredita-se aqui que a união dos dados qualitativos com os quantitativos enriquece a análise e faz com que seja possível traçar, alinhar e opor objetividade e subjetividade. De certa forma, com a união das metodologias propostas, objetiva-se seguir a disposição metodológica sugerida por Bourdieu (1990), segundo a qual é oportuno opor fatores objetivos e subjetivos. Dessa maneira, ou seja, tendo exposto dos aspectos da estrutura da proteção social e os colocando em oposição às estruturas da prática a nível do agente, pensa-se a relação dialética entre o migrante e as estruturas da crise no Brasil e no papel que pode ser desempenhado pela proteção social na mediação dessa dinâmica, tanto nos processos integrativos dos migrantes, quanto na probabilidade de se manterem no Brasil.

4. O QUE DIZEM OS HAITIANOS?

4.1. ENTREVISTAS: APONTAMENTOS METODOLÓGICOS

Um último e fundamental aporte metodológico deste trabalho envolve introduzir diretamente as vozes e reflexões dos próprios haitianos a respeito dos programas de transferência de renda. Em 2020, foram entrevistados cinco haitianos, que trouxeram algumas de suas percepções pessoais, bem como falaram dos aspectos práticos, impedimentos, limitações, problemas e contradições envolvidas em suas respectivas relações com os programas. Depois, em 2023, realizaram-se mais quatro entrevistas com outros haitianos, onde uma questão central se destacou: dois dos entrevistados descreveram que se deparavam com condições nas quais se encaixariam no Programa Bolsa Família; ou seja, se encontravam sem nenhuma fonte de renda. Em ambos os casos foram situações que se deram entre os anos 2016 e 2017. Entre insegurança alimentar⁴⁸ e dificuldades para achar emprego, alguns destes haitianos passaram por situações extenuantes, que poderiam ser atenuadas se estes indivíduos tivessem sido encaminhados para o sistema de proteção social brasileiro. Veremos estas questões em detalhes neste capítulo, após alguns apontamentos metodológicos fundamentais.

De todos os esforços metodológicos realizados até agora, este último configura-se, em grande medida, como o mais importante no sentido de fornecer novos achados e responder algumas das questões que foram colocadas anteriormente. Em primeiro lugar, vale destacar o caráter de etapas desta pesquisa: primeiro veio a leitura, os textos e a bibliografia; depois, os números, os dados e as quantidades, e, por último, aparecem as subjetividades, as características particulares dos haitianos, as ideias e os ideais, com todas as contradições, complexidades e multiplicidades intrínsecas a realidade social destes indivíduos.

O primeiro passo para a aplicação desta metodologia consistiu na criação de um questionário. Este foi modificado e adaptado no decorrer da pesquisa: o questionário semiestruturado inicialmente empregado foi aos poucos se modificando, até se tornar apenas um instrumento de apoio com finalidade quase única de coletar os dados individuais de sexo, idade, ocupação e estado civil. Um fator que certamente melhorou a qualidade dos dados foi deixar essas perguntas objetivas para o final da entrevista, e assim aproveitar o início da conversa, depois dos esclarecimentos, apresentações e da assinatura do Termo de Consentimento, para trazer as questões que mais interessavam, ou seja, as perguntas diretamente atinentes aos programas de transferência de renda. O que se notou com parte

⁴⁸ A insegurança alimentar acontece quando as pessoas não têm acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficiente para sua sobrevivência, como define a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

dos entrevistados de 2020 é que a conversa tinha uma tendência a ser tomada por questões pessoais dos sujeitos, que podiam se alongar e tornar difícil a volta para o assunto em questão.

Claro, alguns dos aspectos da vida pessoal destes haitianos são imprescindíveis para a compreensão de suas situações e relações com os programas, porém, como se percebeu com a realização de algumas entrevistas, a tendência a tergiversação e fuga do tema exigiu uma atenção especial, e com tempo e experiência foi se tornando menos corriqueira no decorrer das entrevistas. O domínio mental das perguntas por parte do pesquisador ajudou muito nesse sentido. Dessa forma, à medida que se adquiriu experiência em sua aplicação, o questionário antes semiestruturado se tornou mais e mais aberto, até a última entrevista realizada (de Josué⁴⁹), na qual o questionário foi absolutamente preterido, e a entrevista aconteceu de maneira improvisada, como veremos com mais detalhes.

Esta pesquisa ouviu haitianos com perfis variados. Para sistematizar e tornar mais fácil a visualização destes perfis, elaborou-se uma tabela com alguns dados básicos, disposta abaixo.

⁴⁹ Nome fictício.

TABELA 10 - LISTA DE ENTREVISTADOS - 2020

	Etienne	Christian	Guerrier	Pierrot	Thauvin
Estado Civil	Solteiro	Casado	Casado	Solteiro	Solteiro
Idade	26 Anos	26 Anos	35 Anos	28 Anos	34 Anos
Trabalha atualmente?	Não	Sim – Pizzaiolo	Não	Sim – Estágio na faculdade	Não
É ou foi beneficiário do PBF/ Auxílio Brasil?	Não	Não	Não	Sim	Não
Recebeu o Auxílio Emergencial?	Sim	Não	Sim	Sim	Não
Ano de chegada no Brasil	2013	2014	2013	2014	2013

FONTE: Elaborado pelo autor.

TABELA 11 – LISTA DE ENTREVISTADOS - 2023

	Martin	Josué	Jean	Mariline
Estado Civil	Solteiro	União estável	Casado	Solteira
Idade	32 anos	20 anos	31 Anos	38 Anos
Trabalha atualmente?	Sim – Cozinha de restaurante	Não	Sim – Montador Eletricista	Sim – Serviços gerais em restaurante
É ou foi beneficiário do PBF/Auxílio Brasil?	Não	Não	Sim	Sim
Recebeu o Auxílio Emergencial?	Sim	Sim	Sim	Sim
Ano de chegada no Brasil	2016	2019	2020	2018

FONTE: Elaborado pelo autor.

Destaca-se, em primeiro lugar, o motivo pelo qual adota-se duas listas diferentes, uma com os entrevistados no ano de 2020 e outra referente a entrevistas que ocorreram em 2023. Tratam-se de grupos amostrais que possuem características básicas que, se comparadas ou colocadas em oposição,

apresentam certas diferenças que exigem alterações metodológicas e cuidados. Com exceção de Thauvin⁵⁰, no caso do primeiro grupo, estabelecemos conexões com indivíduos por meio de networks iniciados com colegas universitários que possuem vínculos com o PMUB (Programa Política Migratória e Universidade Brasileira). Através de recomendações feitas por esses colegas, conseguimos identificar haitianos dispostos a participar de entrevistas. Importante ressaltar que os haitianos que foram entrevistados já tiveram algum tipo de envolvimento com o PMUB ou com o Programa de Pesquisa e Extensão Refúgio, Migrações e Hospitalidade, que foi desenvolvido no âmbito do curso de Direito na Universidade Federal do Paraná, com o objetivo de facilitar sua entrada na UFPR e permitir que eles continuassem ou iniciassem seus estudos que haviam começado no Haiti. Como resultado disso, como poderemos observar na análise posterior, eles demonstraram ter um nível de conhecimento sobre programas sociais consideravelmente superior ao usual.

Além disso, mais uma vez com exceção de Thauvin, que não participou do PMUB, mas era estudante da UFPR, foram encontrados vieses e diferenças fundamentais que deixaram bastante latentes alguns dos pontos destoantes entre os grupos: o primeiro e mais facilmente identificável é relativo ao inevitável processo de institucionalização decorrente da socialização dentro do meio universitário. O grupo de 2020 era formado por indivíduos com capital escolar elevado. Por um lado, estes entrevistados já falavam um português bastante desenvolvido e articulado, ao mesmo tempo que demonstravam uma facilidade comunicacional maior. Foi mais comum entre o segundo grupo de entrevistados, por exemplo, que se repetisse ou reformulasse uma questão em virtude de mais dificuldades com o idioma; o que de maneira geral não chegou a se constituir como um grande problema. Em outras palavras, os entrevistados nos pediram, por vezes, para refazer a pergunta, repetir ou reformular. Por outro lado, se percebeu nesse primeiro grupo (entrevistado em 2020) um engessamento maior das respostas, ou seja, notaram-se arguições mais cautelosas e contidas, exacerbadas também pela falta de experiência do pesquisador e por uma circunscrição demasiadamente contida no questionário durante estas entrevistas.

Outra questão bastante latente, é que o primeiro grupo foi entrevistado exatamente durante o irrompimento das medidas de distanciamento da pandemia de Covid-19. Isso significa que todas as entrevistas e contatos ocorreram virtualmente, e ainda não se tinha um entendimento mais abrangente da situação pela qual o mundo passava. No grupo de 2023, além de haver uma clareza maior e mais conjuntural, tanto dos entrevistados quanto do entrevistador, uma vez que a situação da pandemia já representava um processo passado, isso permitiu uma visão mais caleidoscópica das

⁵⁰ Nome fictício. Se consegui o contato de Thauvin através de amigos.

situações pessoais dos entrevistados. Em outras palavras: foi possível ver os desdobramentos e as mudanças por exemplo do impacto do Auxílio Emergencial de maneira mais abrangente.

Tecnicamente, durante a pandemia o processo de aplicação do questionário ocorreu da seguinte maneira: o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), foi apresentado por *Whatsapp* ou e-mail. Foram utilizados *Zoom*, *Google Meets* e *Facebook Messenger*, de acordo com a preferência e disponibilidade do entrevistado. Houveram alguns empecilhos decorrentes de dificuldades relacionadas à conexão, porém, é seguro dizer que se constituiu como um método mais prático do que o presencial. As entrevistas foram fáceis de gravar e os áudios ficaram limpos para a transcrição. De fato, o uso das plataformas tornou mais prática a interação e cortou alguns contratempos relacionados à locomoção, escolha de lugar adequado etc. Por outro lado, é inevitável notar que existem desvantagens do ponto de vista qualitativo dos dados. Torna-se, com efeito, mais difícil de notar detalhes nas falas, e a distância torna mais truncada a comunicação com o interlocutor. Todavia, os entrevistados se mostraram investidos nas entrevistas, e responderam às questões com atenção e afincado. Depois, durante as entrevistas do segundo grupo, os entrevistados preferiram, também, a entrevista por via remota. Com exceção de Josué, todas também ocorreram por ligação.

Ainda mais importante, a bússola metodológica que moveu as entrevistas estava apontada em sentidos diferentes e, por consequência, exigiam perguntas e respostas distintas: enquanto no primeiro grupo tentava-se entender o acesso informacional dos haitianos com relação aos programas, no segundo tentou-se extrair informações a respeito da potencialidade de interferência dos programas na melhora dos processos integrativos e vontade de permanecer no país destes indivíduos. Como veremos, principalmente no segundo grupo, algumas questões não levantadas *a priori* pelas reflexões com base na bibliografia e não diretamente relacionadas com as hipóteses e delimitações prévias do objeto de estudo surgiram.

O fato é que a realidade empírica e o campo são sempre mais complexos e imprevisíveis do que a teoria, e, ao mesmo tempo em que se encontrou paralelos entre ambos, houveram pontos para os quais a teoria ainda não nos havia preparado. Assim, manteve-se a variável da questão informacional, explorada mais extensamente no primeiro grupo, ao mesmo tempo em que se incluíram as variáveis mencionadas anteriormente.

Outra questão importante que alterou o norte de análise das entrevistas: observar o impacto da não distribuição do Auxílio Emergencial, como sugerido anteriormente, mostrou-se redundante, pois essa é uma questão atinente apenas à fragilidade do PBF preliminarmente citada: com efeito, o piso salarial condicionante para o recebimento do Bolsa Família é muito baixo, e as entrevistas

confirmam isso. Portanto, a melhor solução, em detrimento de uma continuidade de um Auxílio Emergencial, seria um afrouxamento dessa condicionalidade salarial dentro do Programa Bolsa Família; o que de fato foi feito, sem embargo em menor escala: a renda por pessoa para ser elegível⁵¹ ao PBF (Auxílio Brasil na época) foi de 178 reais para 200 reais. A do Auxílio Emergencial foi, inicialmente, infinitamente maior: 522 reais por pessoa. É claro que a factibilidade da manutenção de um programa nesta escala deve levar em consideração uma série de fatores econométricos complexos, mas se o problema a longo prazo é o fim do Auxílio Emergencial, pensando num prognóstico de um Brasil pós pandêmico, a ampliação do PBF simplesmente faz mais sentido que a continuidade de um programa que serviu como uma espécie de curativo.

Pelo outro caminho pelo qual encontramos entrevistados, através da diretoria de um colégio de Curitiba⁵², que nos apresentou a quatro haitianos que terminavam o ensino médio entre os quais conseguimos entrevistar três, também conhecemos haitianos abertos e muito dispostos a falar. Em alguns casos, até mais do que dispostos, mas com a necessidade de conversar. Jean⁵³, por exemplo, quando comunicamos o fim da entrevista, indignou-se e demandou que a conversa continuasse.

Esclarecidas estas questões, olhemos agora para os entrevistados: de maneira geral, estes indivíduos entrevistados em 2020 formam uma amostra relativamente homogênea: todos são homens, jovens, estudantes com acesso privilegiado a canais informacionais, principalmente da UFPR e já residem no Brasil há pelo menos seis anos. Além disso, possuem documentação regularizada, conhecimento do português e experiência com programas de transferência de renda, principalmente com Auxílio Emergencial.

Contudo, é inegável que a realização e análise das entrevistas teve uma série de desafios. O primeiro, e talvez o mais difícil de superar, consistiu em encontrar um equilíbrio: por um lado, foi preciso realizar um esforço para não se envolver de maneira excessiva e pessoal nas questões atinentes ao objeto de estudo. Por outro, observa-se que o objeto de estudo não é propriamente apenas um objeto ou uma coisa. Pelo contrário, são vidas, experiências, indivíduos e coletivos.

Dessa maneira, não cabe objetivar ser um observador distanciado, com pretensão de tornar-se onisciente com relação ao problema de pesquisa; ainda mais quando parte do objeto de pesquisa em questão é a pobreza e indivíduos que vivem nesta condição: ora, grande parte das políticas de combate à pobreza são tomadas com base em dados estatísticos impessoais e macroeconômicos, e o pobre é

⁵¹ Família considerada em situação de pobreza.

⁵² Opta-se aqui por não mencionar o nome do colégio com a intenção de evitar a individualização da informação.

⁵³ Nome fictício.

considerado um mero objeto de políticas públicas, e jamais um sujeito político (REGO e PINZANI, 2014, p.35). Imigrantes, de maneira geral, são menos ainda reputados como tal, uma vez que pessoas não naturalizadas brasileiras sequer possuem o direito de votar ou de assumir cargos políticos. Essa reputação não poderia estar mais distante da realidade: migrantes possuem opiniões, participam da vida pública, são cidadãos e possuem direitos, ao mesmo tempo que, todavia, são dotados de pouco espaço para se expressarem. Percebeu-se, portanto, fundamental incluir a voz destes sujeitos neste trabalho, sem os proselitismos inerentes às pesquisas nas quais os pesquisadores acabam se envolvendo de maneira demasiada com o objeto de pesquisa, e, dessa forma retratam-no de maneira completamente enviesada, beirando o maniqueísmo.

Para tornar essa análise operacional, é necessária a criação de indicadores empíricos observáveis, ou, em outras palavras, categorias de análise, geradas a partir da palavra chave *impacto*, no sentido de elucidar as consequências do recebimento ou do não recebimento dos programas analisados. Se quer ver, portanto, como a existência dos auxílios, chegando ou não ao migrante, faz com que ele se sinta protegido, se ajuda nos processos integrativos e se o deixa com mais vontade de permanecer no país. Para este esforço em específico nos utilizaremos de um aporte metodológico da chamada *grounded theory* (CHARMAZ, 2006). Trata-se, basicamente, de alinhar códigos (categorias de análise) às falas coletadas nas entrevistas, para traduzir os dados coletados em termos concisos, para que seja possível medir, categorizar e encontrar informações escondidas ou menos óbvias, às vezes contidas implicitamente num discurso, ou às vezes encontrada justamente naquilo que não é dito, mas está nas formas de dizer, nas figuras de linguagem e até em traços de personalidade mais evidentes (CHARMAZ, 2006).

Trata-se, levando em consideração estas variáveis, de uma análise que leva em conta aspectos temporais e espaciais que concomitantemente tomem em consideração a migração enquanto fato social completo (SAYAD, 1993), ou seja, na qualidade de campo de estudo multidisciplinar onde direito, demografia, sociologia, história entre muitas outras disciplinas dão suporte e se relacionam intrinsecamente, tanto empiricamente quanto metodologicamente.

Dessa forma, propõe-se um destaque ao *tempo e mobilidade* como peças fundamentais da análise: a) o tempo para dimensionar a análise de maneira relacional e comparativa, onde existe o antes, no qual o migrante recebeu o Auxílio Emergencial; e o depois, sobrepujado pela falta do mesmo ou, mais esperançosamente até pela superação da pobreza sucedida pelo não enquadramento nas condicionalidades; e b) a mobilidade, na qual são adquiridas disposições, informações e conhecimento (KULAITIS, OLIVEIRA, 2017). Refere-se aqui a uma série de fatores ligados a

mobilidade, como as redes migratórias (COGO, 2013), questões documentais e circunstâncias específicas prévias e subsequentes aos deslocamentos.

4.2. ENTREVISTAS

Uma questão que merece menção diz respeito à opinião pública voltada para programas de transferência de renda. Essa foi uma disposição metodológica que ganhou forma somente depois de que se ouviu os entrevistados, uma vez que se percebeu que os haitianos dispunham de opiniões sobre os programas semelhantes às dos brasileiros. Aqui, em primeiro lugar, é necessário explicitar que para compreender a implementação de uma política pública e, em seguida a opinião a seu respeito, é pertinente pensar além de marcos temporais determinados, definidos por ações de um Estado monolítico. Deve-se compreender, portanto, que o Estado é um ambiente dentro do qual múltiplos agentes interagem, com funções específicas e agendas e interesses altamente variados que complexificam sobremaneira os trâmites e decisões dos três poderes (CARDOSO, 2020).

A adoção de tal perspectiva é fundamental, inclusive, para que possamos no âmbito deste trabalho fugir de simplificações do senso comum, uma vez que estas têm a tendência de gerar incompreensões e canais de desinformação, principalmente quando se está falando a respeito de programas de transferência de renda. Um exemplo infame e recorrente detectado na opinião pública deste fenômeno, é o pressuposto que o Bolsa Família funcionaria como um tipo de esmola, tornando quem o recebe preguiçoso (CASTRO et al., 2009). São afirmações que servem a certos interesses políticos e complementam vieses do senso comum e do debate público. Para Biroli e Mantovani (2010, p. 90), a mídia teve um papel na difusão desse tipo de ideias, estigmatizando eleitores de baixa renda e beneficiários de políticas sociais. Mundim et al. (2020) encontraram, por outro lado, que, surpreendentemente, os pobres tem uma opinião mais negativa sobre o PBF que a classe média e alta. Como veremos subsequentemente, esses arranjos também afetam sobremaneira os haitianos.

Contudo, entre os haitianos que entrevistamos em 2020, todos pertencentes às classes D ou E, percebeu-se uma opinião muito positiva a respeito dos programas. Felizmente, Castro et al. (2009) apontam que o PBF adquiriu legitimidade perante a sociedade brasileira de maneira geral: em pesquisa da SECOM- PR, 72% dos brasileiros acreditam que o programa trouxe “mais coisas boas” para o Brasil. Enquanto isso, por outro lado, para 67% dos entrevistados o PBF “faz as pessoas se acomodarem e não quererem mais trabalhar”; o que demonstra justamente a complexidade das

contradições envolvendo a opinião pública e o PBF. Com os haitianos isso não foi diferente, e esta questão nem havia sido colocada *a priori* como hipótese: por um lado, todos os entrevistados tinham coisas positivas para falar do programa, classificando-o como extremamente importante, ou como uma boa ação do governo. Por outro lado, amiúde se viu, inclusive entre estes haitianos que produziram discursos extremamente favoráveis ao programa, que este pode ter uma tendência a levar o beneficiário a acomodação. Vale destacar que esta questão não estava presente no questionário, e, em três das quatro vezes que apareceu de maneira mais proeminente, emergiu sem a ingerência de perguntas neste sentido por parte do entrevistador; em outras palavras, apareceu de maneira orgânica nas falas destes haitianos.

Aqui houve um ponto de interseção entre estes achados e a pesquisa de campo que conduzimos em 2020: quando pedimos a opinião de Thauvin⁵⁴ sobre o PBF ele demonstrou possuir opinião muito favorável ao programa. Para ele, o PBF “ajuda muita gente que realmente precisa”; entretanto, declarou o seguinte: “Não é muito dinheiro né? Mas eu acho que se dessem mais ia ter gente se aproveitando, tem gente que faz tudo pra não ver trabalho”. Existe, dessa maneira, um dificultador na compreensão e síntese destas políticas e como estas ressoam na opinião pública; atinente ao estado de constante mudança no campo político e em como este necessariamente possui uma relação dialética com a sociedade civil e opinião pública (CARDOSO, 2020). As afirmações de Thauvin abriram precedentes para que se lançasse um olhar voltado para esta questão posteriormente na pesquisa de campo.

⁵⁴ Nome fictício para proteger a identidade do entrevistado de acordo com o termo de comprometimento esclarecido assinado pelo participante da pesquisa.

JOSUÉ

Onde também se encontrou essa situação foi na conversa com Josué⁵⁵. Entrevistamos Josué na rua. Não se tratou, no entanto, de um encontro ao acaso. No dia 28/06 houve, no centro da cidade de Curitiba, um mutirão de empregos voltado exclusivamente para migrantes, refugiados e apátridas. Aproveitou-se a ocasião para encontrar haitianos na saída e tentar realizar entrevistas. Josué saiu por volta das 14 horas da Agência do Trabalhador, onde acontecia o mutirão (imagem do evento abaixo). Ele descreveu sua experiência e aproveitou para falar que gostava de brasileiros:

Ah cara, a moça me recebeu bem tranquilo gostei do jeito que eles falam, me consideram como imigrante né. Não é toda nacionalidade que recebeu um migrante assim mesmo. Mas eu sempre gostei do jeito que o brasileiro, o ambiente brasileiro coloca os imigrantes também. Acho, brasileiros, brasileiras, gostei muito de vocês.

FIGURA 2: POSTER DO MUTIRÃO DE EMPREGOS PARA MIGRANTES, REFUGIADOS E APATRIDAS, REALIZADO EM CURITIBA.



Fonte: Whatsapp - Agência do Trabalhador

⁵⁵ Nome fictício.

A entrevista com Josué foi a mais curta de todas as entrevistas, porém foi bastante reveladora, talvez justamente pelo modo dinâmico e relativamente improvisado em que se sucedeu. O fato é que aconteceu de forma bastante descontraída e amistosa, uma vez que Josué foi absolutamente receptivo, aberto e parecia genuinamente feliz em conversar conosco. Em partes, acredita-se aqui que em grande medida foi possível extrair de Josué uma opinião menos favorável ou 100% positiva com relação aos programas de transferência de renda.

De acordo com o que conversamos, com o tempo que ele ficou desempregado e com o fato de que não possuía qualquer tipo de fonte de renda, Josué estaria dentro das condicionalidades do Bolsa Família. No entanto, em seu ponto de vista, receber o programa seria ruim para ele mesmo: “Mas pra mim não quero tentar receber 600 não vai dar pra mim. Eu vou ficar com preguiça pra não trabalhar. Eu vou receber dinheiro, então isso vai me fazer me sentir... só ficar em casa, vou receber, não vou trabalhar.” O ponto de vista de Josué fica bem claro logo no início da entrevista:

João: Maravilha. Eu queria saber se você já tinha ouvido falar de um programa chamado Bolsa Família?

Josué: Bolsa Família nunca tentei. Acho que é melhor de trabalhar. Porque o salário que Bolsa Família passou pra uma pessoa como eu que sou imigrante, eu tenho que pagar casa, eu tenho que pagar taxas, eu tenho que pagar faculdade... e também tenho que ajudar lá. Minha família que tá lá também. Imagina, 600, 700, não sei quanto que passou o governo, mas 600, 700, não vai dar nada pra mim, é melhor de trabalhar, ganhar 1300, 1500, pra pagar faculdade e ajudar a família alguns meses quando tem menos taxas né? É assim. Mas pra mim.... Pessoa que recebeu o Bolsa Família não julgo em nada. Acho que é bom pra eles porque cada pessoa tem uma coisa que pensa na vida. Em meu país sempre falou, trabalhar é sempre bom. Você recebe o próprio salário de você; não é o governo que deve passar um salário pra você. Pra mim sempre trabalhar é melhor do que ganhar um salário de governo. Nada é gratuito no mundo. Uma coisa que é gratuita do mundo é a morte. Falecer.

A questão de ser imigrante é um primeiro ponto que chama a atenção: “para uma pessoa como eu que sou imigrante”. Ele reconhece que existe uma diferença aí. Ele precisa mandar remessas, para ele as despesas são maiores, existem mais problemas. Portanto, ele não quer saber de assistência financeira pois seria algo que lhe traria dinheiro de menos, seria insuficiente; e de certa forma ele tem razão, já que ter um bom salário é sempre melhor do que ser beneficiário do Bolsa Família. A questão é que a visão do Ministério do Desenvolvimento Social vai justamente no sentido de que o Programa Bolsa Família funcione como um facilitador ao emprego. Nas falas de Josué, no entanto, é impossível não notar uma inclinação à um tipo de ideologia neoliberal, onde nada vem de graça, e mesmo que inconsciente, e, portanto, nos termos de Damboriarena (2016), que descreve a ideologia neoliberal como algo inexoravelmente presente no cotidiano:

João: E você já foi atrás de ver se você poderia receber o Bolsa Família em algum momento?

Josué: É... como eu fui te dizer, trabalho é melhor pra mim porque nada é de graça no mundo, se governo vem me passar esses 600 acho que ele vai me cobrar mais quando mais pra frente. Nada é gratuito.

Josué não consegue conceber algo como gratuito. Há também um alto grau de desconfiança no governo enquanto instituição. Além disso, neste fator ideológico aparentemente adquirido no Haiti e associado, por ele, ao fato de ser haitiano, há uma lógica voltada para uma ética de valorização do trabalho: “em meu país sempre falou, trabalhar é sempre bom”. Josué reitera o fato de que é um trabalhador aplicado. Em boa parte das falas de todos os haitianos que ouvimos percebe-se que existe uma ética de trabalho em comum, claro, com variações em suas formas e conteúdo de sujeito para sujeito, mas todas partindo de um mesmo princípio: se quer trabalho acima de tudo, e se as condições de trabalho estão boas, a vida vai bem.

A questão é que isto parece surgir como uma espécie de resposta ao fenômeno que se descreve no próximo parágrafo, além, claro, de ter relação com algumas práticas e disposições da religião e da ética protestante⁵⁶ (WEBER, 2013), já que boa parte dos entrevistados é de religião protestante. Para Josué, o problema está justamente aí. É mais difícil, do ponto de vista dele, encontrar trabalho sendo migrante. Levando em consideração o conteúdo de suas primeiras falas, é possível ver um grau de complexidade e de contradição nas falas de Josué. Contradição não no sentido de incoerências, ou na falta de nexos ou lógica, mas na acepção de que Josué possui disposições individuais complexas, não monolíticas, inerentes ao indivíduo, adquiridas e dinamizadas a partir da inevitável relação dialética entre este e a sociedade (BOURDIEU, 1993). É impossível, dessa forma, imputar a Josué um arcabouço ideológico ou cultural determinado e esperar que todos seus pontos de vista estejam de acordo com estes. Vejamos, por exemplo, que para ele o governo deve tomar responsabilidades, e o migrante precisa ser um sujeito de direitos:

(...) tem empresa que não trata bem os imigrantes também. Tem que mudar isso. Porque cada pessoa que você vê aqui na agencia de trabalho deixa o país porque o país não tá bom, dificuldade pra viver. Então vem pra cá. E aqui ganha uma vida melhor. Mas tem que ajudar. O governo tem que ajudar, tem que falar sobre imigrante também, as pessoas que tão lá no topo tem que ajudar também. Mas tem que colocar direito, direito de imigrante também. Tem que respeitar, sempre. Todas as pessoas que trabalham, mesmo que não consiga falar português.

⁵⁶ Aqui a ascese protestante representa uma austeridade e um exercício religioso no qual o trabalho é um valor em si mesmo e aproxima o fiel de Deus; em detrimento das formas religiosas cristãs anteriores ao protestantismo que considerariam essa ascese apenas possível através de uma vida ou de práticas monásticas.

É possível, portanto, detectar um aguçado senso de cidadania partindo de Josué, que destaca a complexidade de seus posicionamentos: a sua visão de cidadania é bastante conectada a sua visão do valor do trabalho. Isto nos leva a outro dos aspectos centrais que surgiram durante as entrevistas, especialmente nesta, e já se configuravam como hipótese uma vez que levantada pelo nosso orientador era com relação a *resiliência*. É uma categoria complexa, que, por um lado, pode conter um viés de estigmatização/preconceito se não tratada com um certo cuidado. Explica-se mais pormenorizadamente o que se quer dizer com isso: Diehl (2017, p. 114), procurando analisar o desenvolvimento do estigma⁵⁷ entre migrantes haitianos chegados no Brasil, entendendo estigma como uma categoria processual, percebeu que na cidade na qual conduzia sua análise houveram dois momentos distintos de percepção dos haitianos.

Inicialmente, conduzidos pelos vieses obtidos a partir de uma caracterização fenotípica dos migrantes, ou seja, afrodescendente; os cidadãos da cidade de Lajeado, no Rio Grande do Sul, supuseram que os haitianos se tratavam de prováveis “vagabundos” (DIEHL, 2017). O que Diehl (2017) mostra, é que essa lógica se subverteu completamente a partir do momento que os haitianos começaram a ingressar no mercado de trabalho: “Como os haitianos foram vistos como muito trabalhadores, essa característica logo foi enaltecida, mas, esperavam que os haitianos trabalhassem e apenas isso, no tempo livre que desaparecessem em suas casas afastadas” (DIEHL, 2017, p. 114). Portanto há a criação de um outro arquétipo imputado ao haitiano percebido nesse caso: do haitiano trabalhador. O problema desse tipo de categorização, que num primeiro momento pode parecer positiva, está em sua exacerbação: vimos anteriormente que muitos haitianos buscam trabalho a todo custo; a reafirmação e propagação desse ideário pode ser um fator agravante de exploração laboral. A vontade de trabalhar e a ética de trabalho obsessiva de fato está no discurso de alguns dos haitianos ouvidos e esse é um fato sob o qual deve-se debruçar com alguma cautela.

Mas como esta questão se relaciona com o caso de Josué? O fato é que ele sabe que existe um preconceito por suas características fenotípicas, e isso afeta sua probabilidade de achar trabalho. O racismo no Brasil é bastante conhecido pelos haitianos (DIEHL, 2017). Josué compreende que é suscetível ao mesmo fenômeno observado por Diehl (2017), quando os cidadãos de Lajeado tiveram seus primeiros contatos com haitianos. E, nesse caso, ele coloca o fator racial antes do migrante. Quando perguntamos se Josué passou por algum tipo de dificuldade ele respondeu:

⁵⁷ Diehl entende que estigmas contra os imigrantes são uma forma que o grupo dominante (locais) usa para exercer sua dominação.

Dificuldade é quando eu levei e andar na rua e tinha muitos e muitos e muitos currículos em cada empresa e ninguém me chama. Ninguém me liga. Cada empresa fala: eu vou ligar pra você, vou entrar em contato. Mentira né? Eu sempre... Sabe a companhia TIM? Sempre me ligou, sem falar nada. Mas eu sempre recebia ligação e pensava que era uma empresa, ficava feliz... Vixe, não, não é empresa. Ficava muito triste. Mas em meu primeiro emprego eu fiquei feliz. Fui jardineiro, na linha verde. Foi o melhor ano. Depois eu queria ganhar outra experiência de trabalho. Então, tô até hoje. Agora depois do curso de faculdade de administração... Não sei se vai me dar uma chance, se as empresas do Brasil vão me dar uma chance porque ouve uma coisa aqui, é muito, muito difícil para um “negão”, o imigrante também, ganhar um bom emprego aqui. Não sei se, por causa de político... não sei. Mas eu vi menos dessas pessoas: negão, grande, ocupar posto bom. Difícil ver. Em cada empresa... aqui mesmo (se referindo a Agência do Trabalhador de Curitiba) você não vê migrante. O serviço é pro imigrante. Você não tem venezuelano, não tem haitiano, você não vê nenhum. Pessoa que trabalha com nacionalidade venezuelana deveria ser venezuelano. Tem que ter haitiano que vai atender haitiano. Porque não é todo haitiano que fala português. Não é todo venezuelano que entende muito o português. Tem que ter.

Vale destacar, que apesar de tudo Josué foi beneficiário do Auxílio Emergencial, o qual ele fez questão de associar com o governo Bolsonaro:

Lá no... governo de Bolsonaro sim. Recebi porque tenho um irmão aqui que no momento de pandemia o trabalho não queria pegar (contratar) ninguém, e agora a empresa tem que pegar menos trabalho e agora não tem muito serviço pra fazer por causa de pandemia então tem muitas empresas que querem contratar a gente então meu irmão me falou pra entrar no... não lembro muito o nome, mas a ajuda que o governo de Bolsonaro passa pra pessoa. Eu recebi, acho que 3 meses. 3 meses de 600 reais. Mas depois eu encontrei trabalho, assinei minha carteira e deixei.

Apesar de não possuir emprego, o jovem Josué, vale mais uma vez lembrar, um rapaz de apenas 22 anos, demonstrou possuir um português proficiente e articulado, ser muito bem humorado e se disse feliz por estar no Brasil. Apesar de não ter trabalho ainda, Josué não pareceu possuir outras dificuldades em seu processo integrativo. Disse ter desenvolvido boas relações em seu trabalho anterior e na faculdade de administração, onde conseguiu achar um time de vôlei, esporte que praticava no Haiti, o que, para ele, foi muito importante, além de ter conseguido trazer sua namorada, com quem possui um vínculo de união estável. Josué não foi buscar informações a respeito da possibilidade de ser beneficiário do Bolsa Família; porém disse que seus pais mandaram dinheiro para que ele se estabelecesse. Não ficou claro, porém, qual era a situação financeira de seus pais; por um lado, Josué objetivava mandar remessas para eles, e, por outro, recebeu ajuda financeira, o que o afastava da condicionalidade de renda máxima para ser beneficiário do PBF. Quanto a permanência no Brasil, Josué disse querer ficar no país de qualquer maneira, e é seguro dizer que os programas de transferência de renda não tiveram algum tipo de ingerência significativa nesta decisão.

MARTIN

Uma inquietação que surgiu no início da pesquisa, que se fez questão de manter, aliás, foi em relação à invisibilidade, dificuldades documentais e absoluta falta de informação. O fato é que não foi preciso ir muito longe, nas conversas com haitianos, para encontrar experiências neste sentido. Martin⁵⁸, na primeira entrevista realizada no ano de 2023, contou-nos sobre a fome que passou ao chegar em Curitiba e sobre a impossibilidade de encontrar emprego. Sob esta situação, mesmo sendo elegível ao Bolsa Família de acordo com seu relato, uma vez que ficou sem emprego e sem nenhuma fonte de renda, Martin, na época – meados de 2017 - não foi orientado a fazer um cadastro no CadÚnico. Foi, mais tarde, no entanto, beneficiário de um outro programa de transferência de renda, este estadual, denominado Comida Boa. Trata-se de um benefício de 80 reais criado no ano de 2021. Também foi beneficiário do Auxílio Emergencial.

Martin: Não. Acontece que ganhei um cartão do CRAS. Recebi 80 reais. Faz tempo, não recebi mais. Não sei porque.

João: E você recebeu um mês só? Só recebeu uma vez?

Martin: Não. Não uma vez. Dois, três meses, não lembro. Faltava um pouco e depois eu fui lá perguntar por que eu não recebi esse mês e falaram pra mim que é porque tá um pouco fraco mas ajuda a gente que tem um pé e não consegue fazer quase nada, entendeu?

João: E isso foi quando?

Martin: Acho que foi ano passado mesmo.

João: Ano passado. E antes disso você não tinha tido contato nenhum com programas e coisas desse tipo?

Martin: Nada, nada. Não recebi nada.

Segundo ele, não ter recebido o programa pode ter sido por sua própria falta de atenção:

João: E como você ficou conhecendo (o Bolsa Família)?

Martin: Ouvi outros haitianos falar sobre isso entendeu? Eu não prestei muita atenção. Eu não pergunto muito sobre as coisas entendeu? Um pouco fechado com tudo isso.

⁵⁸ Nome fictício.

O caso de Martin é bastante delicado e dotado de tortuosidades, não apenas pelas suas condições de vida; também pelas contradições e delicadezas envolvidas em seu discurso e em sua lógica e mentalidade frente estas situações. Em resumo, a palavra que melhor descreve o jeito que Martin pormenorizou a situação na qual passou fome é indiferença:

Eu tava morando aqui junto com a minha prima e meu primo. Nós três. Tava muito difícil para nós achar um serviço, muito, muito difícil. Tem dias que ficamos sem comer, entendeu? É normal, a vida é isso mesmo. Conhece a vida. Se precisar passar por isso, é colocar na cabeça que amanhã não vai ficar igual, entendeu?

Ditas desta maneira, estas palavras nos causaram desconforto. Contudo, de fato Martin reflete a partir de sua situação com base em critérios pragmáticos, uma vez que suas circunstâncias são resultado de disposições objetivas sobre as quais Martin não tem nenhum controle. Em outras palavras, a situação em que Martin se encontra é resultado de uma pobreza conjuntural e, simultaneamente, estrutural (REGO e PINZANI, 2014 p. 192). Por um lado, é conjuntural porque, em partes, é resultado da crise laboral mostrada anteriormente neste trabalho. Esta afetou sobremaneira os haitianos e suas probabilidades de encontrar emprego. Por outro, é estrutural por ser diretamente ligada a condição migratória enquanto categoria histórica e social (SAYAD, 1998). Esta, por si, não depende necessariamente de uma crise econômica contingente ou de um fenômeno natural devastador, mas possui de maneira inerente em seus arranjos, a exploração capitalista do trabalho e os espólios da desigualdade social, portanto os fatores primeiros que fazem um haitiano emigrar: escapar das condições precárias de seu país para encontrar melhores oportunidades de trabalho (JOSEPH, 2020).

Há, dessa forma, nessa fala de Martin, um reconhecimento deste caráter estrutural. Em suas palavras, “a vida é isso mesmo”. No final, contudo, ele aponta que é necessário um autoconvencimento para suportar a situação. Este, por sua vez, baseado em esperanças e expectativas: “é colocar na cabeça que amanhã não vai ficar igual”. Extirpando aqui qualquer vestígio de idealização ou positividade que esta palavra passou a ter no imaginário social, é impossível não notar um alto grau de resiliência nas palavras de Martin. Coloca-se desta maneira porque é notada a alta incidência de idealização de situações de trabalho precárias nas redes sociais e de superação de situações de pobreza entre coaches e influenciadores digitais. Para ilustrar, um caso de ganhou certa notoriedade foi o de Matheus, um jovem de Feira de Santana, Bahia, morador de um quilombo, que

levou oito anos estudando para realizar seu sonho de passar em medicina. Matheus estudou sem possuir energia elétrica em uma pequena casa, depois de perder seu emprego na biblioteca de Feira de Santana em virtude da pandemia de Covid-19⁵⁹. O fato é que a situação de Matheus viralizou online, e rapidamente foi utilizada para reforçar uma narrativa: “quem quer dá um jeito, se esforça que consegue”⁶⁰. Matheus, diferentemente daqueles que formulam este tipo de argumento, realmente vivenciou este tipo de realidade, e, dessa forma, pontua: “romantizar a pobreza é muito triste, eu não desejo que ninguém precise se esforçar tanto para alcançar seus objetivos”⁶¹.

O que existe em comum no caso de Martin e na repercussão do caso de Matheus é uma certa conformidade com aquilo que Acorssi et al. (2012) chamam de *naturalização da pobreza*: quando perguntamos para Martin se para ele não tinha problema ficar sem comer, ele respondeu: “Não. Ficava um dia ou dois, pra passear (sair), buscar serviço. *Isso faz parte da vida*”. Ele explicou que seus pais mandavam um pouco de dinheiro, quando explicitou para eles a situação de fome. Contudo, disse que eles não se encontravam em boas condições financeiras. Pouco tempo depois de Martin chegar ao Brasil, porém, seu pai faleceu, e uma propensão a vulnerabilidade econômica aumentou.

Contudo, Martin disse que no momento em que procurava emprego que seu principal sustento vinha da igreja: “A igreja manda alguma coisa, manda um cem reais, um negócio, um presente entendeu? Manda comida quando se precisa. Igreja muito boa.” De fato, o trabalho feito pelas pastorais com os migrantes não pode ser ignorado. No caso de Martin, foi na igreja onde ele achou abrigo e ajuda, inclusive com comida e moradia. Chama muita atenção, porém, não ter sido orientado para ir a um CRAS nessa época, e só ter sido incluído no Cadastro Único em 2022, quando fora beneficiário do Comida Boa. Não se sabe exatamente qual igreja Martin frequentou. Sabe-se, contudo, que Martin é evangélico. “Sempre gostei de igreja, fui tocar bateria lá... todo mundo conversa comigo, dá tudo certinho. É tudo ok.” Trata-se, dessa forma, de seu lugar de socialização e convivência. É difícil, contudo, não estranhar o fato de não ter sido orientado em nenhum momento frequentando estes espaços, a buscar um CRAS.

O fato é que parece que Martin não recebeu o Bolsa Família porque não possuía informação o suficiente a respeito do programa. Tratamos de maneira mais pormenorizada da questão da informação num capítulo abaixo. É um problema que existe, apesar de ser difícil de mensurar exatamente seu escopo. Se trata, porém, de um assunto investigado de maneira pormenorizada por

⁵⁹ Sobre o caso: <https://www.estadao.com.br/emails/gente/romantizar-a-pobreza-e-muito-triste-diz-jovem-que-passou-em-medicina-estudando-sem-eletricidade/>

⁶⁰ Frase utilizada pelo Estadão para sumarizar o sentimento geral a respeito da história de Matheus.

⁶¹ Trecho de entrevista que Matheus concedeu ao jornal Estadão.

Baeninger et al. (2020), que de maneira geral entendem que o conhecimento dos migrantes a respeito dos programas sociais é baixo. Martin certamente se enquadra nesta categoria.

MARILINE

Outro esforço realizado que se provou dotado de obstáculos e dificuldades teve relação com a procura pela voz das mulheres haitianas, que desde a qualificação deste trabalho tornou-se uma prioridade em virtude da centralidade da mulher no núcleo familiar no que se refere ao Bolsa Família. Como visto anteriormente, a migração haitiana não é particularmente caracterizada por uma predominância proporcional de mulheres. Por um lado, o número baixo de mulheres é um dificultador. Por outro, uma vez adquiridos os contatos, de maneira geral, a comunicação virtual com as mulheres ocorreu de maneira mais truncada: travou-se contato com três mulheres no ano de 2023, a primeira delas apresentada através de uma assistente social que conhecemos e que trabalha com mulheres migrantes na comunidade Nova Esperança⁶². Nesta aproximação não se obteve nenhum tipo de resposta. Tratava-se de uma cabeleireira, aparentemente bastante ocupada com base em sua atividade intensa na rede social; esta que funcionava como um portfólio no qual ela exibia seu trabalho. Muitos haitianos possuem rotinas intensas de trabalho e é perfeitamente compreensível que não possuam tempo nem disposição para responder, principalmente se o fluxo de mensagens com os quais operam é alto e voltado a atividade profissional, como foi o caso desta haitiana.

Já as outras duas haitianas com as quais estabeleceu-se contato foram apresentadas pelo mesmo canal da escola citada anteriormente. Uma delas, num primeiro momento, aceitou participar. Estabelecemos um horário, mas ela acabou cancelando, e com novas tentativas o contato foi se dificultando até cessar completamente. Finalmente, contactamos Mariline⁶³, que foi, em contrapartida, o contato mais facilmente estabelecido de toda esta pesquisa, uma vez que a entrevista aconteceu na hora do primeiro contato: mandamos uma mensagem e naquele momento Mariline se disponibilizou a nos atender numa ligação de vídeo. Mariline se mostrou uma mulher admirável, por sua altivez, leveza e senso de humor. Este último, aliás, pode parecer num primeiro momento irrelevante para uma pesquisa como essa, mas acredita-se aqui que o senso de irreverência de

⁶² A Comunidade Nova Esperança é uma ocupação abriga mais de 1 mil famílias afetadas pelo ônus excessivo dos aluguéis e em busca do direito constitucional de moradia digna.

⁶³ Nome fictício.

Mariline, inclusive diante das questões a respeito do Auxílio Emergencial, constitui-se como elemento importante para entender sua relação com este.

Assim como muitos haitianos, Mariline veio ao Brasil procurando oportunidades de estudo. Este ano (2023), enquanto completava 38 anos, Mariline terminou o ensino médio brasileiro, com intenção de cursar agronomia em Curitiba. Ao mesmo tempo, trabalhava em um restaurante durante o dia. Relatou que simplesmente não havia emprego em Gonaives⁶⁴, bem como não haviam oportunidades de estudo, uma vez que segundo Mariline todas as escolas eram pagas. Portanto, para ela, além da questão laboral, o ensino público foi um grande fator de atração ao Brasil.

De maneira geral, as curtas falas de Mariline foram direcionadas no sentido de ressaltar que, comparada a sua vida no Haiti, a vida no Brasil havia ficado mais fácil, e é possível que o Auxílio Emergencial tenha tido alguma influência nisto. Para ela, apesar de não ser um fator determinante em sua vida, o Auxílio Emergencial em suas palavras “ajudou muito”. No entanto, Mariline disse com bastante efusividade quando perguntamos se era beneficiária de algum programa: “sim, antes, mas agora, eu consegui um trabalho com carteira assinada, não recebo mais, graças a Deus.” De certa maneira, denota-se que em sua fala há uma conotação livramento do Auxílio, proveniente do fato de que se livrou dos programas, uma vez que para ela ser beneficiária significava também estar em um emprego sem carteira assinada. Trata-se de mais um exemplo afirmativo na colocação anteriormente levantada de Joseph (2017), segundo a qual os haitianos preferem o trabalho formal. Para ela o trabalho com carteira assinada é melhor: “porque eu consigo pagar INSS, se alguma vez eu deixar o emprego, vai ter um direito, é melhor”.

Além disso, o fato é que Mariline é mais um exemplo positivo de aplicação do Auxílio Emergencial: o programa ajudou-a a se manter, a renda evitou uma eventual situação de vulnerabilidade, e assim que achou emprego no setor formal Mariline abandonou o benefício. Segundo ela, contudo, mesmo sem o benefício ela não teria passado por dificuldades agudas, uma vez que morava com primos e pagava um valor muito baixo de aluguel, e, portanto, seu salário, apesar de baixo, ainda era suficiente para se manter. Outra situação é que Mariline tinha o objetivo de mandar remessas ao Haiti. A questão é que Mariline possui três filhos, todos morando com os avós no Haiti, e um de seus grandes objetivos na vinda para o Brasil consistia em mandar remessas para as crianças no país. O Auxílio Emergencial foi fundamental para isso: “sim, antes me ajudou muito, e eles

⁶⁴ Quarta maior cidade do Haiti.

estudam lá, tenho que pagar escola também, e a primeira tem 14 anos, a segunda tem 12, e a outra tem dez anos, as três estudam no Haiti”.

Dessa forma, o ponto central no caso de Mariline é que o Auxílio Emergencial lhe deu uma melhor condição de vida, ajudando principalmente no mercado, ou seja, nas compras da semana, ao mesmo tempo que permitiu a manutenção das filhas na escola no Haiti. Quando conseguiu um emprego formal, Mariline fazia duas de suas refeições no restaurante no qual trabalhava. Em seu emprego anterior ela não possuía essa possibilidade e o Auxílio Emergencial permitiu com que fizesse melhores refeições. Trata-se de um impacto muito positivo do programa.

Outra questão importante é que Mariline não possuía boas condições de trabalho e queria um emprego formal. É provável que o benefício tenha tido alguma ingerência na probabilidade de Mariline de achar um melhor emprego. Apesar de não afirmar isso diretamente, nota-se que ela conseguiu trocar de emprego no mesmo período em que recebeu o Auxílio. Também nesse sentido um fator em especial chama a atenção: é possível que o benefício tenha ajudado Mariline a começar a estudar. Ela relatou que, enquanto não tinha um bom trabalho ficava difícil de estudar. Achar um trabalho estável era uma condição para começar os estudos.

Este é um sucesso no processo integrativo fundamental, uma vez que, no caso de Mariline, concluir os estudos era um dos objetivos em seu projeto migratório, e, com efeito, algumas semanas após a entrevista ela nos comunicou o fim de seu ensino médio e mandou fotos de sua formatura. Mariline terminou uma etapa para começar outra: concluiu o ensino médio e busca aprovação na faculdade de agronomia. Além disso, ela pretende trazer as filhas para o Brasil, mas o preço alto das passagens no momento é o impeditivo maior.

De maneira geral é visível que Mariline é extremamente diligente com o dinheiro que recebe de seu trabalho e que recebeu do benefício. Ela disse que poupa algum dinheiro sempre que possível, pensando nas filhas. É exatamente nesta questão que entra a irreverência de Mariline citada anteriormente: ela trata de todas estas questões com um sorriso no rosto, e, em alguns momentos, inclusive, com risadas e ironias, como no momento no qual citou seu antigo trabalho na informalidade e o descreveu como “maravilhoso” sarcasticamente. Aliás, ela fala de todo seu percurso de vida com extrema naturalidade e paciência. Além disso, Mariline riu de uma de nossas perguntas: a indagamos sobre a seriedade dos haitianos; queríamos saber se na percepção dela se são mais focados ou trabalhadores do que brasileiros: “não, são gente normal, como todo mundo”, respondeu-nos com uma risada. Todas as características e respostas de Mariline demonstraram uma mulher com muita vivência, sabedoria e inteligência; trata-se de uma pessoa que visivelmente sabe navegar pelo mundo

e que teve, dessa forma, maior facilidade com o geralmente difícil processo de se assentar num país novo. Isso também se traduz no conhecimento que possui a respeito das políticas aqui estudadas.

Mariline disse que conheceu o programa por pesquisa própria e por intermédio de seu irmão: “eu pesquisei, e tenho um irmão aqui no Brasil também, ele me falou que eu recebia muito pouco, e antes trabalhava sem carteira assinada, ele falou, eu tinha que fazer um cadastro, por meu telefone e fazer tudo, e eu fui lá para o banco e recebi”. Em resumo, quanto a questão de acesso à informação, Mariline demonstrou um grau alto de conhecimento com relação aos programas, só confundindo em um momento o Auxílio Emergencial com o Auxílio Brasil nominalmente. Como dito anteriormente, essa é uma confusão bastante corriqueira e compreensível, dada a similaridade nos nomes, valores, e época durante a qual foram distribuídos. Também, em seu caso, não houveram complicações nem dificuldades em nenhum processo na obtenção dos benefícios.

O contato com Mariline, no entanto não cessou após o fim da entrevista. Ela mandou as fotos de sua formatura no ensino médio e nós mantivemos um contato de amizade através do Whatsapp. Pessoalmente, mudando aqui rapidamente o texto para a primeira pessoa e pedindo licença para me retirar do lugar de pesquisador e ser apenas uma “pessoa normal” (portanto não um sociólogo, somente por um parágrafo), Mariline me deixou bastante inspirado e fascinado, e ter o privilégio de ter conversado com uma pessoa de seu calibre fez meus olhos brilharem mais pela pesquisa.

A entrevista de Mariline chamou a atenção, também, porque mostra a diversidade de pensamentos e visões do grupo amostral. De maneira geral, se podem notar diferenças drásticas entre um entrevistado e outro. Por exemplo, apesar de frequentarem a mesma escola e hoje possuírem aspirações semelhantes, ou seja, fazer faculdade no Brasil e, dessa forma, criar melhores condições de empregabilidade, os três, Mariline, Josué e Martin dão entrevistas que possuem a capacidade de ilustrar a diversidade de situações entre haitianos. Enquanto Martin teve de lidar com a fome, Mariline relatou não ter tido grandes dificuldades financeiras, apesar de ambos terem sido beneficiários do Auxílio Emergencial. Outra questão fundamental, na qual Mariline discorda de Martin e Josué, é a respeito da ética de trabalho do haitiano. Para ela, não existem diferenças entre haitianos e brasileiros, todos trabalham igual.

A entrevista com Jean foi a mais desafiadora. Foi feita por ligação, a qualidade estava ruim, uma vez que o entrevistado se encontrava num lugar com pessoas falando no fundo. Além disso, Jean possuía limitações com o português e, ao mesmo tempo, nós possuíamos limitações com o francês.

Jean foi beneficiário do Bolsa Família, e recebeu, também, o Auxílio Emergencial, e, segundo ele, parou de receber à medida que recebeu um décimo terceiro salário no trabalho:

Não tenho mais benefícios, porque eles falaram que eu vou receber, estou recebendo muito dinheiro, porque em dezembro, eu recebi bastante dinheiro, não é muito, mas eles cortaram por causa disso, porque o Bolsa Família mandou mensagem para mim, eles falaram isso.

Para Jean, além de pagar as contas de sua casa, o Bolsa Família servia para mandar remessas para sua filha:

Jean: Com o dinheiro do CRAS, eu fui fazer compras, às vezes, mas era ajuda para pagar minha casa, as vezes quando pagava minha casa, eu tirei para mandar para minha filha.

João: Mandava para sua filha do Haiti?

Jean: Sim.

João: Perfeito. E você considerava suficiente, o dinheiro, geralmente, para te ajudar a mandar um dinheiro para sua filha?

Jean: Às vezes eu esquecia eu mesmo, para sustentar minha família, eu tenho mãe, esposa e filha, é complicado, não é suficiente, mas quando (inint) [00:26:57], dá para ir sobrevivendo.

Jean demonstrou uma grande preocupação com sua filha. Não há dúvidas de que, assim como Mariline, Jean passa por dificuldades por viver longe dela e se importa mais com o sustento dela do que com seu próprio. Mariline e Jean possuem situações semelhantes: gostariam de trazer os filhos do Haiti, mas a passagem é muito cara. O caso de Jean é, possivelmente, mais complicado e delicado. Se trata de um indivíduo que não teve um bom processo de integração no Brasil, e pretende voltar para o Haiti caso não consiga trazer a família:

João: E você pensa em sair do Brasil de algum jeito, ir para algum outro lugar?

Jean: Sim, na verdade, sim, porque as vezes nós temos... lá, todo país tem, preconceito, mas quando tem preconceito, e tem (inint) [00:32:57], você tem muito direto, para trabalhar no seu lugar, fazer (inint) [00:33:02] e seu estudo, trabalhar de boa, mas mesmo tendo preconceito, você ganha dinheiro, mas lá você trabalhando, mesmo empregado, a mesma (inint) [00:33:21], e está fazendo as coisas, pior comigo. Para isso, estou pensando, se eu não consigo trazer minha família lá, eu vou voltar para o Haiti.

Como se pode notar pela transcrição, algumas das palavras ditas por Jean ficaram ininteligíveis. Nesse caso, a esta altura da entrevista, o áudio da transcrição estava bom e limpo; Jean tinha alguma dificuldade, mas de maneira geral indiscutivelmente sabia falar português. Vale lembrar que ele chegou no Brasil há não muito tempo, em 2020. Contudo, também nesse momento, Jean parecia ligeiramente emocionalmente abalado. Durante toda a entrevista Jean falava rápido, evitava responder algumas perguntas e tinha dificuldade para entender outras. Explicando esse trecho da transcrição acima, Jean reclamava do preconceito no Brasil, e, pelo que se entendeu, para ele não vale a pena ficar aqui por todo o preconceito, mesmo ganhando mais do que no Haiti. Jean aparenta ter vivido situações complicadas no trabalho, a questão é que ele foi acusado de ter roubado algo injustamente. Observa-se o que ele diz exatamente na continuação da conversa:

João: Voltar para o Haiti.

Jean: Sim. Porque as coisas do dia a dia são complicadas, se uma coisa está sumindo no serviço, eles nunca pensam que foi um brasileiro que levou, eles ficam falando "foi você", porque está falando você, porque você é de fora, você precisa de dinheiro para mandar para a família, eles falando, (inint) [00:34:20], mas não tem nada a ver com você, isso é pior no Brasil. Não tem respeito.

João: Você diria que essa questão do preconceito seria o principal fator então? (Para querer sair do Brasil)

Jean: Sim. Se uma coisa é perdida no serviço, uma coisa roubada, eles pensam diretamente em mim, eles nunca (inint) [00:35:01] em brasileiro que está trabalhando com eles, mesmo eles sabendo de uma pessoa que rouba, que gosta de roubar, ele não vai pensar nele, vai pensar em você, foi eu, outro haitiano que está trabalhando, e esse negócio que eu estou falando, é um negócio sério, porque já encontrei bastante haitianos, me fala uma coisa, só isso, (inint) [00:35:33], ou são encarregados, só isso, porque nós de fora, a gente precisa de dinheiro, na cabeça deles, foi nós, não tem nada a ver, eu não estou falando que não tem haitiano que rouba, porque eu não conheço todo mundo, mas eu conheço eu mesmo.

Aqui vemos um claro exemplo de um haitiano com problemas nos processos integrativos, passando por situações de insalubridade no trabalho. Trata-se de um caso de vulnerabilidade que dificilmente é suavizado por programas de transferência de renda. É claro que uma coisa não tem relação direta com a outra nesta situação, mas aqui fica evidente que, como colocado anteriormente, apesar de estar colocada de maneira mais central para atender aos objetivos desta pesquisa, a vulnerabilidade financeira não é o único dos problemas dos haitianos: o fato é que Jean foi levado ao limite ao se deparar com um caso extremo de racismo e discriminação dentro de seu ambiente de trabalho. Analiticamente, aqui trata-se de um momento no qual uma categoria como *resiliência* se torna absolutamente fútil, uma vez que se trata de uma categoria incapaz de abarcar estragos emocionais com implicações psicológicas imensuráveis:

quando eu não estou fazendo uma coisa, eu não fiz, as pessoas colocam, falando que fui eu que fiz, eu não ligo, sabe por que? Eu mesmo me conheço, ele não me conhece, é uma pessoa falando "Jean, faz isso", mas isso não é nada para mim, o preconceito que tem onde eu estou, em Curitiba, quando você chega no ônibus, você senta no mesmo lugar com uma pessoa, ele levanta para sentar em outro lugar. Quando você está no ônibus, ele está mexendo no celular, quando ele vê você sentando no mesmo lugar com eles, ele guarda o celular, quando você está no ônibus, ele vê você no ônibus, ele está procurando o celular para guardar mais fundo, do tipo que você (inint) [00:41:36], você pode roubar o celular deles, é isso. Quando isso acontece comigo, eu me sinto muito mal.

João: Deixa muito irritado.

Jean: Sim. Mas depois eu falei, aqui não é Haiti, é outra cultura, as pessoas têm medo dos outros, não tem confiança, isso no Brasil, não tem confiança, porque os brasileiros não confiam em ninguém, mesmo eles, eles não confiam no mesmo povo deles, é para isso, quando eu vi isso, não é só para mim, ele faz com todo mundo, é um povo que não tem confiança em ninguém.

Jean aponta para uma diferença cultural fundamental. Para ele, a desconfiança é um problema generalizado. Infelizmente, estes são temas sobre os quais não podemos nos debruçar de maneira prolongada durante este trabalho, mas parecem importantes de serem mencionados primeiro por terem relação com a situação laboral de Jean, e, segundo, por terem surgido durante nossa conversa sobre a assistência social. Aproveitou-se, portanto, para perguntar se ele tinha sentido alguma discriminação no Centro de Referência de Assistência Social no qual foi atendido:

João: Só mais uma pergunta, como você diria que sentiu isso no CRAS, você sentiu alguma diferença de tratamento, por ser haitiano, por exemplo?

Jean: Não, no CRAS não tem, mas eles estão fazendo uma coisa muito bem para nós, porque o CRAS falando, tem uma família para receber, mas eu não tinha família no Brasil, eu tinha só um primo, eu fui lá com ele cadastrar, recebo, lá não tem preconceito, lá onde eu morava, no Prado Velho, não tem isso, não sei outro bairro, outra cidade, se tem, mas lá onde eu fiz o meu não tinha disso.

Sua relação com o Brasil, no entanto, não é unilateral:

Jean: Meu irmão, deixa eu falar uma coisa séria, o Brasil faz muitas coisas para mim, se eu estou falando no Brasil, eu não gosto do Brasil. Hoje, Deus vai acabar com a minha vida, sabe por que? O Brasil deixa a gente entrar, nós, haitianos, entrarmos, não é todo país que faz isso, você chega no Brasil, ao mesmo tempo, você consegue fazer seu CPF, depois que você vai na Polícia Federal fazer seu documento, depois de três meses você receber seu (inint) [00:43:55], você pode sair do país e entrar, não é todo país que faz isso, para mim, Brasil é primeiro país do mundo para um imigrante morar.

João: (O Brasil) É um bom país para receber imigrantes?

Jean: Isso, um bom país para imigrantes, mas depois de tudo mais, se você tem dinheiro, você não é pobre, você chega no Brasil, faz seu negócio, fazer o próprio negócio, eu acho que você não vai ter problema nenhum, porque você trabalha direto para você mesmo, você não vai ter preconceito, você tem seu carro, porque o povo do Brasil, quando você tem casa, seu negócio, eles não tem medo de você,

you have money. But when you are poor, you will work for another person, for them, you can steal anything, you don't have.

João: Perfect. And you would say that among these good things of Brazil, of coming here, of the reception here you would put Bolsa Família, for example, these good things that are here in Brazil, you would put the Cadastro Único, the Bolsa Família, as one of them?

Jean: Yes, Cadastro Único is good, and then the service to the immigrant in the Federal Police, which is doing (inint) [00:45:40], he does everything, if you don't understand something, he (inint) [00:45:48] explains for you, it's a good service, in the Federal Police. There is nothing to complain about, Cadastro Único, Federal Police, from the immigrant. There is a good thing that is also in Brazil, when the policeman was in the neighborhood, which is dangerous, (inint) [00:46:20], when he was in (inint) [00:46:21], he entered the house of the others, when he saw a Haitian who was living in that house, he apologized, he said "I didn't know a Haitian was living here, excuse me", he left. When he came back, he never enters his house, the Federal Police has a lot of respect for Haitians.

For Jean, in this way, the problems are not in the Brazilian institutions or in the state. Clearly, in theory, in accordance with Law No. 7.716, of January 5, 1989, which provides for the crime of racism, the state would have the function of intervening and providing judicial aid. However, this possibility is complex and remote and Jean probably knows that. His problem in fact was with the people, in his immediate environment, where these problems were generated in the first place.

Thus, in the case of Jean, the integrative processes are quite fragile, which is quite evidenced by his willingness to leave Brazil. In this case, a situation is perceptible in which the need for benefits is accompanied by a non-achievement of the objectives of his migration project. His main complaints, however, are not of a financial nature. Therefore, it was not possible to see a significant impact of these public policies in his life, at least based on his statements, once that his probabilities of integration in Brazilian society were destroyed by racism and xenophobia.

It is evident that being a migrant in Brazil is not easy. Cases like Jean's are recurrent, and appear quite frequently in the statements of Haitians. It is necessary here, however, to return to the theme of social protection, once that it would be very far from the theme if one were to delve more specifically into the question of racism, which is extremely complex and full of nuances. Therefore, in the next subchapter, we will have a brief look at the information about Haitians with respect to the programs, as well as some other impressions.

4.3. AS ENTREVISTAS DE 2020: O ACESSO À INFORMAÇÃO E DADOS OPERACIONAIS

Uma variável importante que merece menção neste trabalho levantada em um trabalho regresso foi o grau de acesso à informação sobre os programas de transferência de renda por parte dos migrantes haitianos. Essa foi uma variável central observada no TCC realizado pelo autor desta dissertação. As evidências encontradas foram bastante corroboradas pelas novas entrevistas realizadas em 2023, num universo amostral que não possui os mesmos vieses. Ou seja, diferentemente das entrevistas realizadas em 2020, onde os haitianos possuíam vínculos com a UFPR e tinham contato direto com programas como o PMUB (Programa Política Migratória e Universidade Brasileira), nas novas entrevistas os haitianos não possuíam contiguidade com estes canais informacionais mais diretos. Contudo, de maneira geral, foram encontrados padrões semelhantes de conhecimento acerca dos programas entre os dois grupos amostrais.

É preciso deixar claro o tipo de nível de acesso às informações que avaliamos. Embora tenha sido evidenciado por tanto Castro et al. (2017) quanto Lanza et al. (2018) e os vários outros pesquisadores que examinaram os efeitos da Covid-19 nas migrações em diferentes estados brasileiros (BAENINGER et al., 2020) que os haitianos apresentam um reduzido grau de informação, é essencial compreender as razões subjacentes que causam essa carência de informação. Além disso, é necessário identificar as formas pelas quais essa falta de informação ocorre, bem como onde exatamente surgem as dificuldades e obstáculos na comunicação. Outra questão observada é com relação à alguns aspectos operacionais, como a questão do aplicativo do Auxílio Emergencial trazida por Christian⁶⁵.

Christian trabalhava como pizzaiolo, tinha 26 anos, era casado e matriculado na UFPR. Um elemento significativo destacado por Christian foi que ele não conseguiu obter o Auxílio Emergencial devido ao seu emprego formal com registro em carteira. Ele mencionou ter utilizado o aplicativo do auxílio tanto para o seu próprio cadastro (mas teve o pedido negado) quanto para auxiliar sua esposa. Christian compartilhou as dificuldades que enfrentou ao tentar cadastrar sua esposa no aplicativo. A principal complicação residia na necessidade de fornecer os dados de forma extremamente precisa:

Christian: O aplicativo não tava dando certo e eu até desisti, apaguei o aplicativo e disse não vou mexer mais. Mas só que a partir dos outros haitianos que eu conheço disseram que “não,

⁶⁵ Nome fictício.

ela tem que ser aprovada, veja lá de novo, veja lá de novo”. Foram meus amigos haitianos que me ajudaram a ver que ela tava aprovada.

Entrevistador: Você achou o aplicativo um pouco confuso? Um pouco difícil de mexer?

Christian: (Efusivamente) Sim! Por pouca coisa não tava dando certo. Tem que escrever o nome certinho. Às vezes o nome da mãe se você escrever em minúsculo já não deu certo. É por isso que eu desisti, mas eu... Na verdade eu não sabia o que tava acontecendo eu achei que... era ou problema do site ou ela não tava aprovada, entendeu? Mas quando eu fui lá, tentei de novo... daí deu certo. Daí eu fiquei sabendo pra tentar escrever os nomes certinho tipo maiúsculo. Eu até perdi duas parcelas. Porque passou 90 dias...

É importante salientar, em primeiro lugar, que essa situação não se limita exclusivamente a afetar migrantes. Pelo contrário, diversos cidadãos brasileiros compartilharam desafios semelhantes⁶⁶. No entanto, tais incidências são frequentemente observadas entre estrangeiros e surgiram duas vezes entre os entrevistados deste estudo. É relevante observar também que esse é um problema mais específico relacionado à plataforma do Auxílio Emergencial, pois o indivíduo precisa inserir suas informações diretamente, sem a intervenção de um profissional, ao contrário do CadÚnico, que é preenchido por profissionais do Serviço Social. O que fica evidente, especialmente ao comparar esses resultados com o levantamento organizado por Fernandes e Baeninger (2020), é que muitos migrantes encontram dificuldades ao completar os formulários, o que por vezes os impede de receber os benefícios aos quais têm direito. Em todos os estados abrangidos por esse levantamento, migrantes que relataram dificuldades no preenchimento foram identificados e buscaram assistência. Entre esses, alguns não conseguiram obter ajuda.

Nesse sentido, é evidente que mesmo migrantes com maior integração (dentro do ambiente universitário e com uma estadia prolongada no Brasil como é o caso de Christian, do primeiro grupo de entrevistados) enfrentaram desafios similares. No entanto, para aqueles que acabaram de chegar, a situação pode se mostrar consideravelmente mais difícil devido à carência de informações, o que pode resultar na não obtenção do benefício ao qual têm direito. O caso da companheira de Christian ilustra parcialmente essa situação, já que ela não recebeu o benefício integralmente.

Por outro lado, é relevante enfatizar a importância da rede de amigos haitianos de Christian, o que evidencia outra maneira pela qual os estrangeiros obtêm informações: através de conexões estabelecidas com outros haitianos. Nesse cenário específico, o entrevistado destacou que seu contato com esses haitianos foi crucial. Ele compartilhou que sem essa rede de contatos, não teria sido capaz de orientar sua companheira de forma eficaz.

⁶⁶ Candidatos relatam dificuldade para cadastro em auxílio. <https://www.metropoles.com/brasil/economia-br/candidatos-relatam-dificuldade-para-cadastro-em-auxilio-de-r-600>. Acesso em: 14/08/2023.

É notável, asseverado inclusive na declaração de Christian, que o nível de familiaridade em relação ao Auxílio Emergencial é consideravelmente superior em comparação ao conhecimento sobre o PBF entre os participantes do grupo entrevistado em 2020. Isso se deve principalmente ao fato de que a maioria dos entrevistados foi beneficiada pelo primeiro, enquanto o segundo não foi amplamente utilizado por eles ou por seus conhecidos. Isso enfatiza a extensão do Auxílio Emergencial, mais extensivamente distribuído do que o Bolsa Família e usufruído por oito dos nove entrevistados.

Outro caso relevante foi o de Thauvin, em 2020 solteiro e com 34 anos, enquanto cursava engenharia elétrica. Thauvin é um caso interessante e diferente do resto pois possuía uma oposição fundamental: uma situação socioeconômica mais privilegiada em comparação com os demais participantes. Thauvin tinha uma posição estável como eletricitista e enfrentou desafios de saúde que o levaram a sair do trabalho em dezembro de 2019. Ele também compartilhou a dificuldade de equilibrar estudos e emprego, uma questão que, aliás, permeia a vida de boa parte dos entrevistados.

Entramos em contato com ele através de um amigo do curso de engenharia da UFPR. Ele foi o único entrevistado de 2020 que não teve envolvimento com nenhum programa de política migratória da UFPR. Nesse contexto, ele ressaltou que entrou no curso através do vestibular tradicional, realizando o exame em conjunto com os estudantes brasileiros e obtendo aprovação.

No entanto, Thauvin expressou sua frustração por não ter conseguido retomar seu emprego após a pandemia. Além de ser eletricitista terceirizado, também trabalhava como vendedor no setor de elétrica. Ele relatou que enfrentou dificuldades financeiras devido ao período prolongado afastado do trabalho e buscou se cadastrar no Auxílio Emergencial. Infelizmente, teve sua solicitação negada devido à sua declaração de mais de 30 mil reais em rendimentos tributáveis à Receita Federal em 2018. Uma das condições para receber o Auxílio Emergencial era não ter tido rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 em 2018.

Thauvin descreveu essa exigência como "injusta" e revelou sua necessidade de obter uma fonte de renda adicional, já que estava enfrentando dificuldades para se sustentar com suas economias:

eu acho um absurdo você deixar de ajudar alguém só por causa de um salário que ele recebeu dois anos atrás, não tem nada a ver. Eu posso ir no mercado e falar: ó em 2018 ganhei 30 mil reais, pode me vender? Não né? Não tem nada a ver o salário de 2018. Mas o governo assim fez né? Eles fizeram de uma maneira que eles sabiam que muita gente seria afetada.

Na fala fica bastante evidente a disposição mais combativa e crítica de Thauvin mencionada anteriormente. Thauvin, de fato, manifestou sua indignação com essa medida, expressando sua opinião de que é impraticável depender de rendimentos do ano de 2018. O fato é que o caso de Thauvin é inegável: essa restrição do Auxílio Emergencial é estabelecida legalmente, limitando as possibilidades de obtenção.

Ao questionarmos sobre como ele enfrentava as dificuldades financeiras, ele mencionou conseguir encontrar trabalhos esporádicos como eletricista ocasionalmente, além de ter economias guardadas na poupança. Quando abordamos a questão da dificuldade de acesso às informações sobre programas sociais, Thauvin observou que esse problema não afeta apenas os estrangeiros, apontando para uma falta de conhecimento generalizada na sociedade curitibana:

O problema não é só com estrangeiros né? Exemplo: eu estudo na UFPR. Muitos Curitibanos (o entrevistado deu ênfase na palavra Curitibanos) não sabem que a UFPR é uma universidade federal, grátis... claro, grátis entre aspas, mas pelo menos a gente não paga diretamente. Muitas pessoas não sabem disso. São oportunidades que as pessoas estão perdendo, muitas pessoas que poderiam entrar na faculdade. Mas elas não vão atrás porque não sabem que existe essa oportunidade né? E mesma coisa com as bolsas que tem, com os problemas do governo, eu acho que deveria divulgar muito mais sabe? Para que todas as pessoas, em todo canto, porque as oportunidades nunca podem ser para um grupo, tem que atingir a sociedade inteira, independente de você morar no Batel (bairro com renda per capita alta em Curitiba) ou você morar no Tatuquara ou no CIC (bairros com renda per capita baixa em Curitiba). As oportunidades tem que ser para todo mundo, principalmente para as pessoas que realmente precisam.

O reconhecimento de que a falta de conhecimento sobre políticas públicas não está restrita apenas aos estrangeiros, seguido por uma crítica à comunidade local, indica um elevado nível de integração. Isso é corroborado pelas muitas conexões e amizades que ele afirmou ter construído no Brasil, bem como pela sua trajetória de trabalho e sucesso no vestibular convencional. Isso mostra que ele se tornou um agente que desenvolveu habilidades e estratégias refinadas para se especializar em sua profissão, alcançar estabilidade financeira e educar-se. Mesmo com uma situação financeira que ele descreve como "relativamente estável" em 2019, Thauvin enfrentou dificuldades consideráveis, especialmente após o início da pandemia.

No entanto, o aspecto mais notável em suas declarações é seu caráter analítico e questionador, que se dirige tanto à sociedade brasileira quanto aos nossos líderes políticos, frequentemente mencionados com um certo desgosto por ele. Somado a esses elementos, a sua indignação em relação à restrição do Auxílio Emergencial, que o excluiu do benefício, reflete um agudo senso de cidadania por parte de Thauvin. Esse aspecto pode ter sido potencializado pelas experiências que ele acumulou

como migrante. Vale destacar que Thauvin foi o entrevistado que falou frases mais extensas e nos contou histórias muito pessoais de sua vida, como quando perdeu sua filha pequena. Também confrontou-nos com respeito à função da universidade pública e a nossa função como pesquisador: “depois o que você vai fazer? Vai se candidatar, ajudar pessoas? O que você vai fazer depois? Vai servir pra quê esse trabalho?”, nos perguntou ao final da entrevista.

Thauvin, dessa maneira, demonstrou possuir bastante conhecimento acerca do Auxílio Emergencial. Por outro lado, ao sair do tópico do Auxílio Emergencial e adentrar no PBF, identificamos nas entrevistas confusões decorrentes do nome do programa. Etienne, em 2020 solteiro, 26 anos e estudante de direito, compartilha: "Na minha mente, como é chamado de Bolsa Família, a pessoa deveria ter filhos... mas não tenho certeza". É verdade que ter menores de idade no núcleo familiar aumenta a probabilidade de receber o benefício, já que a renda per capita mínima condicionante se eleva. No entanto, isso não é uma condição obrigatória, uma vez que qualquer residência com renda per capita inferior a 89 reais era elegível para participar do programa na época desta entrevista, ou seja, em 2020. Essa confusão, no entanto, é compreensível. Na realidade, o nome do programa pode ser um tanto enganador nesse aspecto, mas essa designação é justificada, pois o programa opera sob a lógica da unidade familiar (SILVA, 2007). Por outro lado, no contexto específico da nomenclatura, o termo "Renda Cidadã" poderia ser mais apropriado para refletir a proposta do programa e evitar algumas confusões desse tipo. Apesar das críticas que pode-se tecer às motivações da mudança de nome, a nomenclatura “Auxílio Brasil” também não causaria qualquer confusão neste sentido.

Por outro lado, Guerrier⁶⁷, na época com 35 anos, casado, estudante de Letras Francês, foi o único entrevistado não beneficiário do PBF que demonstrou um conhecimento substancial sobre ambos os programas de transferência de renda. Ele mencionou ter buscado receber o PBF, cadastrando-se no CadÚnico, mas não se qualificou devido às pré-condições de renda. Guerrier também relatou que procurou o PBF após ter uma filha, indicando sua compreensão da mudança nas pré-condições de renda per capita quando há um menor de idade na família. No entanto, independentemente disso, Guerrier constatou que sua família não se enquadrava no programa, pois a renda per capita ultrapassava os 179 reais, provavelmente devido ao emprego de sua esposa, que trabalha em uma cozinha e não teve sua ocupação suspensa durante a pandemia. Ele afirmou que as orientações recebidas na faculdade foram valiosas. Foi lá que ele foi incentivado a buscar o PBF e verificar sua elegibilidade. No entanto, ele relatou ter obtido a maior parte das informações por conta

⁶⁷ Nome fictício.

própria através da internet e posteriormente no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de sua região.

Por outra perspectiva, Pierrot (entrevistado 4), 28 anos, estagiário, já recebeu o PBF. Ele relatou que não enfrentou problemas ao receber o benefício e que seu cadastro no CadÚnico foi simples. Ele ficou sabendo do programa através de conversas com um amigo brasileiro, que mencionou a possibilidade de Pierrot ser beneficiário. A entrevista com ele foi curta. Apesar de ter sido beneficiário do PBF, Pierrot não quis falar muito, e no geral respondeu à entrevista com muitas respostas apenas de “sim” e “não”, sem elaborar muito. Contudo, falou mais intensamente sobre a falta de divulgação do PBF:

(...) é bom divulgar o Bolsa Família, porque essa bolsa é especificamente para pessoas que não estão trabalhando né? E tipo assim, as pessoas que você conhece estão trabalhando, a minoria que não está trabalhando talvez nem fala com eles. Talvez você encontra com a pessoa e nem lembra de falar uma coisa dessas para ela, entendeu? Ai se essa informação for divulgada numa rede social, algumas mídias e a pessoa vê, na hora ela pode anotar e dizer: ah, esse aqui é um benefício que eu posso ver se eu posso me beneficiar também. Por isso eu posso dizer que seria bom que alguém pudesse divulgar melhor.

No caso dos entrevistados em 2023, o acesso a informação foi bastante variado. Marilene, por exemplo, demonstrou possuir muito conhecimento. Procurou saber, pesquisou por conta própria, recebeu o Auxílio Emergencial e constatou que não poderia ser beneficiária do Bolsa Família. No caso de Jean, apesar de um pouco confuso, o fato é que ele foi beneficiário do Bolsa Família e foi atendido no CRAS, portanto tomou conhecimento do programa e teve acesso ao benefício, este cortado uma vez que se estabilizou no emprego. Já Martin e Josué podem facilmente ser classificados como casos de baixo conhecimento: ambos relataram situações financeiras nas quais se encaixariam nas condicionalidades. Martin hoje possui um trabalho e para ele essa situação está no passado. Dissemos, contudo, que foi bom conversar conosco e ficar conhecendo mais sobre os programas. Com relação a Josué, ele de fato não procurou conhecer os programas. Enviamos uma mensagem para ele perguntando se havia encontrado trabalho na Agência de Trabalho de Curitiba. Ele disse que hoje trabalha como Analista na Central de Relacionamento Acadêmico em sua faculdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o curso de nossa pesquisa tivemos a oportunidade de conhecer uma série de assistentes sociais, dentre as quais destaca-se aqui Adriana Maria Matias, uma assistente social nordestina que veio ao Paraná e hoje dedica sua prática a acolher migrantes em Curitiba e Região Metropolitana. Adriana ministrou uma palestra intitulada “Acolhimento de imigrantes e refugiados na Política de Assistência Social”. Neste dia (27/06/2023) tivemos a oportunidade de ver profissionais dedicadas (com destaque ao pronome feminino, uma vez que todas eram mulheres) ao atendimento de migrantes com uma preocupação integral e empenhada à questão da Assistência Social voltada ao migrante. Tratou-se de um dia importante, pois foi possível ver, antes de mais nada, como uma palestra com este tema reuniu e lotou uma sala com capacidade para cerca de quarenta pessoas.

Como a palestra acabou adotando um caráter bastante aberto e horizontal, abriu-se espaço para uma série de relatos de experiência, por um lado das profissionais, e, por outro, de migrantes, uma vez que haviam cerca de quatro venezuelanos e uma mexicana (vale destacar que a mexicana era, também, além de migrante, uma assistente social). Essa dinâmica permitiu uma troca enriquecedora entre assistentes sociais e migrantes, endereçando, dessa forma, algumas das preocupações de Lanza (2017), atinentes às probabilidades de um atendimento de fato pensado para migrantes, como discutido anteriormente. Por exemplo, uma questão colhida que merece atenção futura é com relação ao momento dos haitianos no país. Adriana, a palestrante do evento, trouxe atenção para outro aspecto que merece atenção futura, qual seja, a migração sul-sul ainda é uma novidade, e esta assistente social sentiu isso. Para ela, os haitianos constituíram-se como um grupo que causou um choque nos profissionais da área. Não se tem ideia ainda de como lidar com migrantes ainda dentro do serviço social. Portanto, para ela, a migração haitiana teve, de certa forma, um papel importante: com o tempo preparou melhor estes profissionais em virtude da prática de atendimentos nos CRAS. Dessa forma, para Adriana, o preparo para acolher os migrantes venezuelanos, por exemplo, aumentou de maneira considerável.

Uma outra questão pontual diz respeito a um aspecto que será notado por um leitor mais atento relaciona-se a ausência de uma discussão mais pormenorizada a respeito da raça, visto que esta constitui-se como mais um fator constante nas falas dos haitianos; até hoje jamais nos deparamos com algum que negue já ter vivido casos de racismo no Brasil. Trata-se de um tema exigente, que demanda trabalhos inteiros voltados apenas para questão racial, até em virtude do volume de falas a este respeito (BAENINGER et al., 2017). Durante o levantamento bibliográfico realizado bem como

ao longo do contato estabelecido com os haitianos percebe-se que, por um lado, seria possível montar uma antologia a esse respeito, e, por outro, que de certa forma se trata de um assunto encerrado: o racismo voltado para os haitianos no Brasil pode ser objetivamente categorizado como elemento intrínseco na relação entre indivíduo e estrutura social.

Uma outra questão que precisa ser mencionada ao final por responsabilidade: um fenômeno que surge em trabalhos acadêmicos e que pode acabar contaminando o conteúdo e a qualidade do dado qualitativo é a relação pessoal que acaba sendo estabelecida entre o indivíduo pesquisado e o pesquisador. Por aí se constitui também uma outra possível porta de entrada para vieses indesejados. Como a realidade não se constitui como um ambiente controlado, fixo e previsível, mas extremamente complexo, enquanto as relações interpessoais são absolutamente passíveis de imprevistos, nas ciências humanas e, mais particularmente nas metodologias qualitativas, foi impossível criar um ambiente controlado e estéril para a última parte deste trabalho.

Por isso, acredita-se aqui que é importante ressaltar algumas características subjetivas e pessoais que surgiram durante a pesquisa. Se acredita aqui também que são subjetividades que precisam ser mencionadas porque vão de encontro ao que se entende como princípios fundamentais para a ética sociológica e científica, já que na execução desta pesquisa amizades acabaram sendo estabelecidas e pela maneira altruísta e convidativa que fui recebido por muitos dos entrevistados, desenvolveu-se um sentimento de afeição e ternura por muitos dos indivíduos pesquisados. Tentou-se fazer com que este fator tivesse o mínimo de influência possível, mas é impossível que um pesquisador seja capaz de excluir completamente esse viés.

Pontuado isto, vale uma reflexão final sobre outra pergunta que levantamos mais cedo neste trabalho: os programas de transferência de renda alteraram a probabilidade dos haitianos entrevistados de permanecer no Brasil? Com base nas análises das entrevistas seria fácil de inferir que não existe uma correlação direta entre esses dois fatores, apesar da questão não ser assim tão simples: com a notória excessão de Jean, todos os entrevistados foram bastante categóricos ao afirmar que gostam de viver no Brasil e que possuem vontade de permanecer no país.

Portanto, é plausível pontuar que os programas de transferência de renda são como um fator extra na política migratória brasileira. Pode ser um fator de atração secundário, mas seu impacto na permanência de haitianos é ligeiramente baixo se pensado de maneira relativa aos fatores que estão mais diretamente presentes nas disposições e pressupostos dos migrantes, ou seja, qualidade de empregos e salários, facilidade de entrada e possibilidade de documentação e visto regulamentados de maneira fácil. Assim, pontua-se, comparado com uma política como a do visto humanitário, os

programas de transferência de renda não possuem o mesmo impacto na continuidade do haitiano no Brasil por: a) não serem considerados *a priori* pelos haitianos antes do processo de emigração do Haiti, como é o caso do visto humanitário (SILVA, 2016) e b) Bolsa Família e Auxílio Emergencial não fazem parte do projeto migratório, ou seja, o objetivo da emigração do Haiti é adquirir melhores condições de trabalho e receber benefícios necessariamente significa que este objetivo não foi cumprido. Ora, importante ressaltar que estamos observando essas políticas públicas de maneira relativa, portanto de maneira alguma se quer dizer que as políticas de transferência de renda não possuem impacto nenhum na permanência dos migrantes.

Nesse sentido, o que se pode dizer com base nas entrevistas é que o impacto do programa na permanência destes haitianos no país não está presente em seus discursos, mas pode ser percebido em menor ou maior escala na trajetória e nas histórias de vida contadas. Dessa maneira, a melhor forma de elencar a questão da maneira qconsiderações finaisue ela apareceu nas falas dos haitianos seria: a política migratória brasileira é bastante leniente; de maneira geral os haitianos dizem gostar da forma que o Brasil recebe migrantes, e o fato da proteção social estar disponível para estes migrantes é mais um fator que denota a receptividade do Estado Brasileiro.

Concluídas estas reflexões, há de se pensar, também nas especificidades dos migrantes em todas essas questões, afinal, nos termos das leis, estrangeiros não possuem diferenças em relações aos brasileiros perante o sistema de proteção social. De mesma forma, os números do CadÚnico demonstram alguma paridade no que se refere ao acesso de benefícios sociais: migrantes são cadastrados com frequência e vão aparecendo nos registros à medida que ficamos sabendo de novos fluxos.

Entretanto, devem ser consideradas duas questões fundamentais: a) os dados do CadÚnico, apesar de abarcarem a maior parte da população vulnerável no Brasil, sofreram com a pandemia de Covid-19, uma vez que muitos indivíduos no país ingressaram em situação de vulnerabilidade de maneira conjunta, dificultando a celeridade dos cadastramentos (BARTHOLLO e NORONHA, 2021); b) como apontam Lanza et al. (2018), existem uma série agravantes para a situação de vulnerabilidade de migrantes, entre elas a diferença cultural e linguística, o preconceito, no caso dos haitianos principalmente, ligado a racismo (RIGHETO E SANTOS, 2017) e dificuldades gerais ligadas à locomoção, taxas de câmbio monetário, inserção laboral, burocracias e documentação e problemas fronteiriços. Por estas questões, percebe-se na literatura da assistência social, quando o assunto é migração, a defesa de princípios de equidade em detrimento do termo igualdade (LANZA et al, 2018; FAQUIN et al, 2018).

Esta questão pode parecer meramente semântica a princípio, para o leitor que se depara pela primeira vez com a bibliografia da assistência social. Contudo, no contexto léxico desta área, existem diferenças fundamentais entre os dois termos, amparadas, inclusive, por leis, com destaque à LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social, n. 8.742, de 7 de setembro de 1993).

Antes de mais nada, deve-se entender que o centro norteador da assistência social se encontra em seu princípio de universalidade, disposto tanto na LOAS quanto no SUAS (Sistema Único de Assistência Social de 1988), que, em resumo versam que a proteção social deve atingir todo indivíduo que dela precise. Nesse sentido, Faquin et al. (2018) defendem que a maneira mais assertiva para se atender o princípio de universalidade no atendimento de migrantes, é adotando, na prática da assistência social, uma abordagem equânime, em detrimento de uma abordagem de igualdade.

Os novos fluxos migratórios de fato representam desafios para a assistência social. À guisa das questões levantadas neste texto, propõe-se, em conclusão, a reflexão acerca de alguns questionamentos: primeiramente, e aqui coloca-se esta questão antes de mais nada por ser de suma importância: percebe-se na literatura da assistência social, quando o assunto se centra em migrantes, a importância que se dá às suas respectivas particularidades. Contudo, de fato, como apontam Lanza et al. (2018), pouco ou nada se faz a respeito disso a nível estrutural, nos termos das diretrizes gerais com respeito ao tratamento à migrantes.

Assim, a pergunta que se levanta aqui é: que medidas estruturais efetivamente podem ser levantadas? Pode-se, por exemplo, pensar em capacitações dentro da assistência social que especificamente visem tornar o profissional especializado em atendimento à migrantes? Lanza et al. (2018) apontam que a assistência social acaba dependendo de medidas isoladas na mediação destes atendimentos. Portanto, não seria o caso estudar de perto estas medidas para torna-las sistemáticas? A Adriana Maria Matias, assistente social que deu a palestra sobre como receber migrantes me mostrou algumas respostas interessantes: para ela a questão se resolve com acolhimento em diferentes frentes. É preciso integrar uma série de sistemas de acolhimento para dar conta de todas as vulnerabilidades mais complexas da migração. Portanto, acolhimento psicológico, um atendimento que vise compreender a multiculturalidade, em consequência menos acelerado e tecnocrata. Adriana, enfim, mostrou que Lanza et al. (2018) possuíam toda a razão. Sistemáticamente, pouco é feito de diferente: o que vimos no evento, evidenciado pelos relatos, é que as assistentes sociais despendem de seu tempo pessoal, de seus próprios recursos e disposições para ajudar os migrantes.

Em segundo lugar, por outro lado, os registros de migrantes no CadÚnico parecem de fato acontecer com frequência. Isso certamente não seria possível sem as diretrizes atuais da assistência

social. Entende-se que a literatura desta área de conhecimento é, de fato, muito crítica, e muito preocupada com os indivíduos em situação de vulnerabilidade, e, de certa forma, cobra muito dos profissionais da área. Vale lembrar que isso é apenas a literatura, e muitos destes aspectos não necessariamente acompanham a prática profissional da maioria dos assistentes sociais. Acredita-se aqui, que essa cobrança da literatura pode ser muito benéfica para o migrante, que, no fim das contas, deve se constituir como preocupação central nesta discussão. Os registros no CadÚnico, inclusive, são fundamentais para que se pense em novas políticas públicas e formas de atendimento.

Outra questão que se mostrou importante, a medida que se observa o trabalho de Silva (2021), é que apesar da análise se centrar na cidade de Curitiba, como já explicado anteriormente, é importante que se olhe brevemente de maneira comparativa para o Brasil como um todo em pesquisas futuras, uma vez que estados e municípios vem implementando ações e iniciativas diferentes de triagem e acolhimento, que muitas vezes podem servir como modelo. Isso se mostra muito pungente nas análises de Fernandes et al. (2020), onde percebe-se essa preocupação em observar o Brasil região por região, demonstrando que em cidades como São Paulo o trabalho de ONGs e iniciativas da sociedade civil são mais proeminentes. Além disso, Baeninger (2021) aponta para uma iniciativa importante da cidade de São Paulo, a abertura, em 2018, de um Centro de Referência especializado em migrantes: o CRAI (Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes). Vale, portanto, olhar, ainda que não exaustivamente, para os estados nos quais a maior parte dos registros de migrantes acontecem no sistema do CadÚnico. São estes, em ordem crescente de registros: Santa Catarina, Paraná, Roraima e São Paulo.

Talvez, algo que não tenha ficado suficientemente visível neste trabalho é que muitos migrantes haitianos passam por situações de invisibilidade documental, fome e exploração laboral. A migração haitiana no Brasil, e para Curitiba e RMC, a medida que se iniciou e foi se intensificando a partir do início da década de 2010 é notável por sua multiplicidade; por trazer haitianos de variados e diferentes perfis, dotados de capitais sociais, de mobilidade e culturais variados (MARCHIORO, 2022). Espera-se ter logrado demonstrar isto com esta pesquisa, ao mesmo tempo que denunciar as vulnerabilidades e enunciar as possibilidades e limitações do sistema de proteção social brasileiro frente essas dificuldades.

Finalmente, no tocante a escutar os haitianos e buscar satisfazer suas demandas no sentido de criar políticas públicas, com base naquilo que ouvimos deles, lemos, pesquisamos e analisamos, nos parece que estas seriam formuladas antes de mais nada com o intuito de inseri-los no mercado de trabalho formal. Benefícios de transferência de renda não estão no centro de seus projetos migratórios, e são apenas uma resposta paliativa em suas vidas, quando a falta de uma inserção satisfatória no

mercado de trabalho não se faz possível. Talvez a sociologia apresente, de fato, uma tendência maior a oferecer diagnósticos e prognósticos em detrimento de remédios e soluções. Mas o que os haitianos precisam, e isso vale, também, para a grande massa de trabalhadores no Brasil, é de estabilidade financeira e de vida, possíveis apenas com leis e direitos trabalhistas equitativos. Daniela Neves (2022) e Antunes (2020) demonstram de maneira clara e inequívoca que não é através da flexibilização e da negociação “livre” com os donos dos meios de produção que os trabalhadores do país encontram condições dignas de trabalho. De certa maneira, a preferência dos haitianos pela formalidade, registrada por Joseph (2020), demonstra que esta é uma tarefa central do poder público: fornecer leis trabalhistas e regulações que tenham como prerrogativa a inserção laboral, a dignidade e a qualidade de vida do trabalhador migrante.

REFERÊNCIAS

- ACCORSSI, Aline; SCARPARO, Helena; GUARESCHI, Pedrinho. **A naturalização da pobreza: reflexões sobre a formação do pensamento social.** *Psicologia & Sociedade*, v. 24, p. 536-546, 2012.
- ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo. SP: Boitempo Editorial, 2009.
- ANTUNES, Ricardo (Ed.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida.** Boitempo Editorial, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0.** Boitempo Editorial, 2020.
- AMORIM DE ARAÚJO, Krisley; PINHO DE ALMEIDA, Luciane. **Discutindo gênero e cultura: um estudo sobre mulheres haitianas em Campo Grande-MS, Brasil.** *Trayectorias Humanas Transcontinentales*, n. 6, 2019.
- AYER, Claudia. **Acesso dos imigrantes aos benefícios sociais: o que os dados do CADÚNICO informam.** In. CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021. p. 203 – 224.
- AYER, Claudia. **Pobreza e vulnerabilidade social entre os imigrantes internacionais registrados no CADÚNICO.** In. CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. Relatório Anual OBMigra 2022. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022. p. 69 - 91
- Barbosa, R., & Prates, I. **Efeitos do desemprego, do auxílio emergencial e do Programa Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (MP nº 936/2020) sobre a renda, a pobreza e a desigualdade durante e depois da Pandemia.** Repositório do Conhecimento do IPEA, 2020.
- AGUIAR, Marcelo et al. **Bolsa escola: educación para enfrentar la pobreza.** 2002. p. 37-51.
- BAENINGER, Rosana et al. **Imigração haitiana no Brasil.** Paco Editorial, 2017.

BAENINGER, Rosana et al. **MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E POLÍTICAS SOCIAIS: A IMPORTÂNCIA DOS REGISTROS ADMINISTRATIVOS LOCAIS**. E-book, p. 424-439, 2021.

BAPTISTE, Chandeline Jean et al. **Transição para a vida adulta e migração internacional: o caso dos jovens haitianos na cidade de São Paulo**. UNICAMP, 2015.

BARBOSA, Fernando de Holanda. **A crise econômica de 2014/2017**. Estudos avançados, v. 31, 2017. P. 51-60

BARTHOLO, Letícia; NORONHA, Claudia Ayer. Canal OBMigra. **Diálogos do Observatório 2021 | Acesso dos migrantes aos benefícios sociais**. Youtube, 18 de outubro de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bX87ia8e1N8&t=417s&ab_channel=OBMigra. Acesso: 24/10/2021.

BARTHOLO, Letícia; PASSOS, Luana; FONTOURA, Natália. **Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam as pesquisas nacionais?** Cadernos Pagu, 2017.

BIROLI, Flávia; MANTOVANI, Denise. **Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao Programa Bolsa Família e as eleições de 2006**. Opinião Pública, v. 16, 2010, p. 90-116.

BOURDIEU, Pierre; MICELI, Sergio. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BORTOLOTO, Claudimara Cassoli. **Migração e trabalho na contemporaneidade: os haitianos no Oeste do Paraná**. Tese de Doutorado, UNESP, 2019.

BRASIL. **Manual de gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. Brasília: MDS, 2017.

BRIDI, Maria Aparecida; BRAGA, Ruy; SANTANA, Marco Aurélio. **Sociologia do Trabalho no Brasil hoje: balanço e perspectivas**. Revista Brasileira de Sociologia-RBS, v. 6, n. 12, 2018.

BUTIKOFER, Erika Andrea; SILVA, Eliane Alves da. **Imigração e periferias urbanas: experiências haitianas em São Paulo**. REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 29, p. 151-169, 2021.

CARDOSO, B. B. **A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social**. Revista de Administração Pública, 1052-1063, 2020.

CAGED. Observatório, das Migrações Internacionais. **A movimentação do trabalhador estrangeiro no mercado de trabalho formal: CTPS-CAGED, Relatório Anual 2015-2016.** 2016.

CALIL, Gilberto Grassi. **A negação da pandemia: reflexões sobre a estratégia bolsonarista.** Serviço Social & Sociedade, p. 30-47, 2021.

CARRARA, Sérgio. As ciências humanas e sociais entre múltiplas epidemias. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 30, n. 2, 2020.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Proteção social em tempos de Covid-19. **Saúde em debate**, v. 44, p. 88-99, 2021.

CASTRO, Maria da Consolação Gomes de; FERNANDES, Duval. **Projeto Estudos sobre a migração haitiano ao Brasil e diálogo bilateral**, 2014.

CASTRO, Maria da Consolação Gomes de; AGUILAR, Carla Aparecida Silva. **Atendimento à Migrantes e Refugiados, Debate em Pauta no Serviço Social** (p. 551-571) In BAENINGER, Rosana et al. Imigração haitiana no Brasil. Paco Editorial, 2017.

CATÃO, Marconi. **A covid-19 no brasil e os grupos socialmente vulneráveis: do reconhecimento de necessidades à institucionalização de direitos covid-19.** UFPB, 2020.

CAVALCANTI, Leonardo. **Novos fluxos migratórios: haitianos, senegaleses e ganenses no mercado de trabalho brasileiro.** In. **Refúgio e hospitalidade.** Curitiba: Kairós, 2016.

CAVALCANTI, Leonardo; TONHATI, Tânia;. **Considerações finais: características sociodemográficas e laborais da imigração haitiana.** In. A imigração haitiana no Brasil: características sociodemográficas e laborais na Região Sul e no Distrito Federal. Brasília: OBMIGRA, 2016.

CAVALCANTI, Leonardo; BRASIL, Emmanuel. **A movimentação dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro a partir do CAGED** in. Cavalcanti, L; Oliveira, T.; Araujo, D., Tonhati, T., A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. Relatório Anual 2017. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2017.

COUTO, Berenice Rojas et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** Cortez Editora, 2014.

COGO, Denise. Haitianos no Brasil. Comunicação e interação em redes migratórias transnacionais. **Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicacion**, n. 125, p. 23-32, 2014.

CHARMAZ, Kathy. **Constructing grounded theory**. sage, 2014.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 969-978, 2020.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. **O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social**. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00101417, 2018.

CARRARA, Sérgio. **As ciências humanas e sociais entre múltiplas epidemias**. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, n. 2, 2020.

CARVALHO, Laura. Laura Carvalho: “Auxílio emergencial foi ajuda significativa, mas seu fim deixará desigualdade como herança” [Entrevista concedida a] Giulia Afiune. **Agência Pública**, 2020.

CASTRO, Maria da Consolação Gomes de; AGUILAR, Carla Aparecida Silva. **Atendimento à Migrantes e Refugiados, Debate em Pauta no Serviço Social** (p. 551-571) In BAENINGER, Rosana et al. *Imigração haitiana no Brasil*. Paco Editorial, 2017.

CASTRO, Maria da Consolação Gomes de; FERNANDES, Duval. **Projeto Estudos sobre a migração haitiano ao Brasil e diálogo bilateral**, 2014.

CATÃO, Marconi do Ó. **A covid-19 no brasil e os grupos socialmente vulneráveis: do reconhecimento de necessidades à institucionalização de direitos covid-19**, 2020.

CAMARGO, Camila Fracaro et al. Perfil socioeconômico dos beneficiários do programa Bolsa Família. **IPEA. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Governo Federal**, 2013.

CAMPENHOUDT, Quivy et al. **Manual de Investigación en Ciencias Sociales**. Mexico: Limusa, 2005.

CAVALCANTI, Leonardo. Novos fluxos migratórios: haitianos, senegaleses e ganenses no mercado de trabalho brasileiro. **Refúgio e hospitalidade**. Curitiba: Kairós, 2016.

COBO, Barbara. **Políticas focalizadas de transferência de renda: contextos e desafios**. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

COUTO, Berenice Rojas et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. Cortez Editora, 2014.

CÓRDOVA, Lorena P. **Migración haitiana em Brasil: una aproximación a través de las redes migratórias**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Estudos Latino-Americanos. Universidade de Brasília. 2019

DAMBORIARENA, Luiza. **Neoliberalismo como ideologia: uma reflexão sobre a sua reprodução na vida cotidiana a partir de Henri Lefebvre**. Revista Brasileira de Estudos Organizacionais, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 63-76, 2016.

DEVOTO, Fernando; BENENCIA, Roberto. **Historia de la inmigración en la Argentina**. Sudamericana, 2003. p. 11-42.

DIEHL, Fernando. O processo de formação do estereótipo dos imigrantes haitianos em Lajeado, Rio Grande do Sul. **Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações**, v. 1, n. 1, p. 107-117, 2017.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar em revista, n. 24, p. 213-225, 2004.

FAQUIN, Evelyn Secco et al. **Atendimentos a imigrantes recentes nas políticas públicas de saúde e assistência social: a equidade em questão**. Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 16, n. 1, 2018.

FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia de. **A diáspora haitiana no Brasil: processo de entrada, características e perfil**. Imigração haitiana no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, p. 95-111, 2016.

FERNANDES, Duval; FARIA, Andressa Virgínia de. **O visto humanitário como resposta ao pedido de refúgio dos haitianos**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 34, n. 1, p. 145-161, jan./abr. 2017.

FERNANDES, Duval; BAENINGER, Rosana (org.). **Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil**; NEPO/UNICAMP, 2020.

FRIEDRICH, Tatyana Scheila et al. **Política Migratória e Universidade Brasileira: a experiência do atendimento a haitianos e outros migrantes na UFPR**. Périplos: Revista de Estudos sobre Migrações, v. 1, n. 1, p. 73-91, 2017.

FAHEL, Murilo; TELES, Leticia Ribeiro; CAMINHAS, Davy Alves. Para além da renda. Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, 2016.

GEORGES, Isabel PH; CEBALLOS, Marco. **Bolsa familia y la asistencia social en Brasil: de la lucha política a la mercantilización local**. Caderno CRH, v. 27, p. 513-529, 2014.

Organisation Internationale du Travail OIT. **World Social Protection Report 2014-15: Building economic recovery, inclusive development and social justice**. Genève, 2015.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia Sexta Edição**. Penso editora, 2012. p. 467-480.

GENTILINI, Ugo et al. **Social protection and jobs responses to Covid-19: a real-time review of country measures**. Washington, DC: World Bank, 2020.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture ea revolução de São Domingos**. Boitempo, 2000.

JOSEPH, Handerson. **Diaspora. As dinâmicas da mobilidade haitiana no Brasil, no Suriname e na Guiana Francesa**. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social-Museu Nacional/UFRJ, 2015.

JOSEPH, Handerson. **A historicidade da (e) migração internacional haitiana. O Brasil como novo espaço migratório**. Périplos: Revista De Estudos Sobre Migrações, v. 1, n. 1, p. 7-26, 2017.

JOSEPH, Handerson; NEIBURG, Federico. **A (i) mobilidade e a pandemia nas paisagens haitianas**. Horizontes Antropológicos, v. 26, p. 463-479, 2020.

KAWAUCHI, Mary. **O Programa Bolsa Família e percepções de não beneficiários: um estudo sobre o efeito preconceito**. São Paulo, 2019.

KOIFMAN, Fabio. **Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)**. Editora José Olympio, 2015.

KOPPER, Moisés; DAMO, Arlei Sander. **A emergência e evanescência da nova classe média brasileira**. Horizontes Antropológicos, n. 50, p. 335-376, 2018.

LANZA, Liria Maria Bettiol; RIBEIRO, Paula Basilio Alves; FAQUIN, Evelyn Secco. **Imigrantes nos territórios: problematizações sobre intervenções profissionais nas políticas de seguridade social**. Revista Katálysis, v. 21, n. 2, p. 271-280, 2018.

LAMAUTE-BRISSON, Nathalie. **Social protection systems in Latin America and the Caribbean: Haiti**. 2013.

LESSA, Lucas Marques; OBREGON, Marcelo Fernando Quiroga. **A eficácia da Lei 13.455 de 2017 (a nova Lei de Migração) em relação ao Estatuto do Estrangeiro**. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-171/a-eficacia-da-lei-13-455-de-2017-a-nova-lei-de-migracao-em-relacao-ao-estatuto-do-estrangeiro/>. Acesso: 10/03/2020.

LESSER, Jeffrey Howard; ZIMBRES, Patrícia. **A invenção da brasilidade: identidade nacional, etnicidade e políticas de imigração**. Editora Unesp, 2015. p. 27-55.

LIMA, Márcia Cristina Hipólito Lemos de; MONTEIRO, Ana Carolina da Silva. **Estudo de caso das condicionalidades do programa bolsa família aplicadas aos imigrantes haitianos**.

LIMA, AL da S. et al. **Covid-19 nas favelas: cartografia das desigualdades. Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia, p. 111-121, 2021**.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; Imigração haitiana no estado de Santa Catarina, : contradições da inserção laboral. **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, p. 505-524, 2016.

MARCHIORO, Pedro Francisco. **Migração haitiana em Curitiba: um estudo sobre os usos estratégicos dos capitais pelos migrantes haitianos no Projeto de Acolhimento Português Brasileiro para Migração Humanitária (PBMIH) na Universidade Federal do Paraná.,UFPR, 2021**.

MASSEY, Douglas S. et al. **Theories of international migration: A review and appraisal**. Population and development review, p. 431-466, 1993.

MAZEGA, Rafael Basilato; VITÓRIO, Lorena Silva; **DIRETRIZES E PRINCÍPIOS DA NOVA LEI DO ESTRANGEIRO: a contextualização normativa a luz da Constituição Federal de 1988**. Fadivale, ano XIV, nº17, 2018, Minas Gerais, 2018.

MESTRINER. Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

MOURA, Sebastião Marcos; **Mesmo com cenário desfavorável, imigrantes haitianos seguem buscando o Brasil. Por quê?** 2021

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires; Imigração haitiana no estado de Santa Catarina, : contradições da inserção laboral. **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí: Paco Editorial, p. 505-524, 2016.

MASSEY, Douglas S. et al. **Theories of international migration: A review and appraisal**. Population and development review, p. 431-466, 1993.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, **Instrução Operacional nº 13 SENARC/MDS**. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/bolsa_familia/instrucoes_operacionais/2006/Instrucao%20Operacional%2013%20senarc.pdf

MAGALHÃES, Luiz Felipe Aires et al. **Imigrantes internacionais no Estado de São Paulo** (p. 351-388) in. Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil - Resultados de Pesquisa, NEPO/UNICAMP, 2020.

MARINS, Mani Tebet et al. Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Sociedade e Estado**, v. 36, p. 669-692, 2021.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. **A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti**. UNICAMP, 2017.

MAZEGA, Rafael Basillato; VITÓRIO, Lorena Silva; **DIRETRIZES E PRINCÍPIOS DA NOVA LEI DO ESTRANGEIRO: a contextualização normativa a luz da Constituição Federal de 1988**. Fadvale, ano XIV, nº17, 2018, Minas Gerais, 2018.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

MAMED, Letícia Helena. **Trabalho, migração e gênero: a trajetória da mulher haitiana na indústria da carne brasileira**. Tematicas, v. 25, n. 49, p. 139-176, 2017.

MUNDIM, Pedro Santos et al. **O Programa Bolsa Família e seus beneficiários na opinião pública brasileira**. Opinião Pública, v. 25, p. 556-576, 2020.

NEVES, M.F. **O agronegócio nos tempos de coronavírus**. In. Agriforum. Disponível em: <http://agriforum.agr.br/o-agronegocio-nos-tempos-de-coronavirus/>. Acessado em 13/10/2020.

NEVES, Daniela. **A exploração do trabalho no Brasil contemporâneo**. Revista Katálysis, v. 25, p. 11-21, 2022.

NOLETO, MARLOVA Jovchelovitch; SANÉ, Pierre. **Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social**. Unesco, 2003.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro; OLIVEIRA, Wagner Faria. **A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho informal: o que nos dizem as pesquisas domiciliares?** IMIGRAÇÃO E REFÚGIO NO BRASIL DE 2010A 2020: OS DIVERSOS DESAFIOS DOS NOVOS FLUXOS, v. 4, n. 2, p. 65-94, 2020.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 171-179, Apr. 2017. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017000100171&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Feb. 2020. <https://doi.org/10.20947/s0102-3098a0010>.

OLIVEIRA, Márcio. de. **Imigração e diferença em um estado do sul do Brasil: o caso do Paraná, 2007**. Nuevo Mundo, Mundo Nuevos, 2007.

OLIVEIRA, Márcio de. **Imigrantes Haitianos no estado do Paraná em 2015**. Refúgio e Hospitalidade. Curitiba: Kairós, p. 249-276, 2016.

OLIVEIRA, Márcio de. **Haitianos no Paraná: Distinção, integração e mobilidade**. PERIPLO, v. 1, n. 01-2017.

OLIVEIRA, Márcio de; KULAITIS, Fernando. **Habitus imigrante e capital de mobilidade: a teoria de Pierre Bourdieu aplicada aos estudos migratórios**. Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 22, n. 1, p. 15-47, 2017.

OLIVEIRA, Márcio de et al., **Imigrantes internacionais no Estado do Paraná**. (p. 405-428) in. Impactos da pandemia de Covid-19 nas migrações internacionais no Brasil - Resultados de Pesquisa; NEPO/UNICAMP, 2020.

OREIRO, José Luis. **A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica**. Estudos Avançados, v. 31, p. 75-88, 2017.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. **Crise e perspectivas para a economia brasileira**. Estudos avançados, v. 31, p. 125-144, 2017.

POCHMAN, Marcio. Indicadores da pobreza e a pobreza dos indicadores. **Rev Adm. Munic-municipios**, p. 26-32, 2007.

PEREIRA, Potyara AP. **Política social: temas & questões**. Cortez, 2008.

PEREDA, Lorena et al. **Haitianos no Paraná (Brasil) em 2018: estratégias em momento de crise.** Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas.

PINTO, Sónia Reis. **A Migração de Haitianos para o Brasil e os usos da Razão Humanitária. 2014. Tese de Doutorado.** Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia. Lisboa.

RAIS. **A Inserção socioeconômica dos imigrantes no mercado de trabalho formal.** Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra. 2019.

RIBEIRO, Luiz Carlos; OLIVEIRA, Márcio. **Sociedades em movimento.** Intermeios, 2020.

RIBEIRO, Leticia de Fátima Assis; MOTA, Jefferson Lucas Felix; JUNIOR, Leconte de Lisle Coelho. **PÓS-DIPLOMA: PESSOAS EM EXERCÍCIOS DIFERENTES DE SUA FORMAÇÃO EM CAMPINA GRANDE–PB.** Trabalho & Educação, v. 30, n. 3, p. 103-113, 2021.

SOUZA, Isabella Louise Traub Soares de et al. Desafios para a implementação de política migratória no Brasil; in. RIBEIRO, Luiz Carlos; OLIVEIRA, Márcio. **Sociedades em movimento.** Intermeios, 2020.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade.** Trad. Cristina Muracho. São Paulo. EDUSP, 1998.

SILVA, João Pedro Gonçalves. **Imigrantes haitianos e programas de transferência de renda em Curitiba: leis, cidadania e proteção social.** UFPR, 2021.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 12, p. 1429-1439, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e; YAZBEK, Maria Carmelita; DI GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo, 2004.

SIMÕES, Gustavo da Frota et al. **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil.** CRV, 2017.

SIMÕES, A; HALLAK NETO, J; CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T; GUIMARÃES, B. **Relatório Conjuntural: tendências da imigração e refúgio no Brasil, 1º quadrimestre/2022.** Observatório

das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2022.

TORRES, Haroldo da Gama; BICHIR, Renata Mirandola; CARPIM, Thais Pavez. Uma pobreza diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda. **Novos estudos CEBRAP**, p. 17-22, 2006.

PINZANI, Alessandro; REGO, Walkiria L. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

PERES, Roberta. **Imigração e Gênero: As mulheres haitianas no Brasil**. In BAENINGER, Rosana et al. *Imigração haitiana no Brasil*. Paco Editorial, 2017. (p. 267 – 278)

PEREIRA, Potyara AP. **Necessidades humanas: subsídios a crítica dos mínimos**. Editora Cortez, 2007.

POCHMANN, Marcio. **Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 89-99, 2019.

PEREIRA, Potyara AP. **Política social: temas & questões**. Cortez, 2008.

RAIS, **Relatório RAIS: A Inserção Socioeconômica dos Imigrantes no mercado de trabalho formal**. Observatório das Migrações Internacionais, 2019.

SANTOS, Danilo Braun et al. **Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a duração do emprego formal dos indivíduos de baixa renda**. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 5, p. 708-733, out. 2017. ISSN 1982-3134. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/72414>>. Acesso em: 29 Nov. 2019.

SAYAD, Abdelmalek. **Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**, A. Edusp, 1998, p. 45-72.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Editora Companhia das Letras, 2018. p. 109-135.

SEYFERTH, Giralda. **Imigrantes, estrangeiros: a trajetória de uma categoria incomoda no campo político**. Trabalho apresentado na Mesa Redonda Imigrantes e Emigrantes: as transformações das relações do Estado Brasileiro com a Migração. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Brasil. v. 1, 2008.

SPRANDEL, Marcia Anita. **Migração e crime: a Lei 6.815, de 1980**. *REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 23, n. 45, p. 145-168, 2015.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 12, p. 1429-1439, 2007.

SILVA, Maria Lucia Lopes da. **Estado e Política Social na América Latina: as tendências da Previdência Social**. *Revista Katálysis*, v. 18, n. 2, p. 147-148, 2015.

SILVA, Sidney Antonio da. **A imigração haitiana e os paradoxos do visto humanitário** in. BAENINGER, Rosana et al. *Imigração haitiana no Brasil*. Paco Editorial, p. 207 – 229, 2016.

SILVA, Fábio Castagna da et al. **Isolamento social e a velocidade de casos de covid-19: medida de prevenção da transmissão**. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 42, 2021.

SILVA, Sidney Antonio da. **Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil**. *Rev. bras. estud. popul.*, p. 99-117, 2017.

TÉLÉMAQUE, Jenny. **Imigração haitiana na mídia brasileira: entre fatos e representações**; Rio de Janeiro; UFRJ/ECO, 2012.

TORRES, J.C.E. **Cadastro único dos pobres: por que e para quê?** In: *Cadastro Único: tecnologia de reclassificação social* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 227-235.

TORRES, Abigail S.; GOUVEIA, Maria J. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: MDS, 2013.

VAN PARIJS, Philippe; VANDERBORGHT, Yannick. **Renda básica. Uma Proposta Radical Para Uma Sociedade Livre e Economia Sã**. Cortez, 2018.

VENTURA, D. **Política migratória brasileira é obsoleta e dificulta vida de estrangeiros**. UOL Notícias, 03 de maio de 2014. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/opiniaocoluna/2014/05/03/politica-migratoria-brasileira-deixa-estrangeiros-em-situacao-precaria.htm#:~:text=Apesar%20de%20tudo%2C%20%C3%A9%20falso,n%C3%A3o%20possui%20uma%20pol%C3%ADtica%20migrat%C3%B3ria.&text=Al%C3%AAs%20segundo%20o%20Itamaraty%2C%202,presen%C3%A7a%20de%20estrangeiros%20no%20Brasil>. Acesso em 24/05/2020.

VIEIRA, Rosa. **Itinerâncias e governo: a mobilidade haitiana no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

VILLEN, Patricia. Periféricos na periferia in. BAENINGER, Rosana et al. **Imigração haitiana no Brasil**. Paco Editorial, 2017. p. 45-65.

WAGNER, Keit Viviane de Souza Tessari et al. **Processo de Integração dos Haitianos no mercado de trabalho no Oeste do Paraná: Um estudo de caso na Frimesa Cooperativa Central**. 2021. Dissertação de Mestrado. Keit Viviane de Souza Tessari Wagner.

WEBER, João Luis Almeida et al. **Imigração haitiana no Rio Grande do Sul: aspectos psicossociais, aculturação, preconceito e qualidade de vida**. Psico-USF, v. 24, n. 1, p. 173-185, 2019.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita; GIOVANNI, G. D.; SILVA, MOS. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo, 2004.

REFERÊNCIAS DE NOTÍCIAS

<https://noticias.uol.com.br/opiniao/coluna/2014/05/03/politica-migratoria-brasileira-deixa-estrangeiros-em-situacao-precaria.htm>. Acesso: 29/02/2020.

REFERÊNCIAS DE LEIS

Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890. Regularisa o serviço da introdução e localização de imigrantes na Republica dos Estados Unidos do Brazil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Regularisa%20o%20servi%C3%A7o%20da%20introduc%C3%A7%C3%A3o,dos%20Estados%20Unidos%20do%20Brazil.&text=Art.&text=3%C2%BA%20policia%20dos%20portos,como%20dos%20mendigos%20e%20indigentes>.

Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm#:~:text=L6815&text=LEI%20N%C2%BA%2

06.815%2C%20DE%2019%20DE%20AGOSTO%20DE%201980.&text=Define%20a%20situa%C3%A7%C3%A3o%20jur%C3%ADdica%20do,6.964%2C%20DE%2009.12.1981.

_____. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social, n. 8.742, de 7 de setembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Educação. Portaria Interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre o Programa Bolsa Família e o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/interministerial/mjmds17-07.htm. Acesso em: 22 fev. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Educação. Portaria Interministerial nº 754, de 20 de outubro de 2010. Dispõe sobre as condicionalidades da saúde para o recebimento do benefício do Programa Bolsa Família. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 out. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/interministerial/mds_mec_754.htm. Acesso em: 22 fev. 2023.

_____. Senado Federal. Lei 13.445, de 24 de maio de 2017. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13445.htm. Acesso em: 18 jun. 2017.